DIÁRIO OFICIAL



Prefeitura Municipal
de
Acajutiba

ÍNDICE

OUTROS
POLITICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO - ALFABETIZA ACAJUTIBA.....

PARECER
PARECER CME 03/2026 - CME .....

POLITICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO - ALFABETIZA ACAJUTIBA



FICHA TÉCNICA

PREFEITO

Jadiel Souza Jesus

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Rose Maria Ramos de Souza Moreira

DIRETORA DO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO MUNICIPAL

Graziela Menezes Maia de Oliveira

COORDENADORES TÉCNICO-PEDAGÓGICOS

Jussimara Ferreira dos Santos

Moisés Santos Correia

Rosângela Maria da Anunciação dos Santos

Valdilene Neres Farias Gomes

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Danúbia da Costa Santana

Deivson Nascimento da Silva Santos

Graziela Menezes Maia de Oliveira

Maria Dilma Neres Farias

Marigleice de Oliveira Reis

Michele Santos Barbosa

Moisés Santos Correia

Paulina Soares dos Santos Ribeiro

Rosângela Maria da Anunciação dos Santos

Sueli dos Santos Nogueira

Valdilene Neres Farias Gomes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 6
2 DIAGNÓSTICO DA ALFABETIZAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ACAJUTIBA 8
2.1 EVOLUÇÃO DO INDICADOR CRIANÇA ALFABETIZADA (ICA) 9
2.2 RESULTADOS DO IDEB E DO SAEB 10
2.3 AVALIAÇÃO ESTADUAL DAS APRENDIZAGENS – SABE 12
2.4 SÍNTESE DIAGNÓSTICA E PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO 13
3 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO 14
3.1 PRINCÍPIOS 14
3.2 OBJETIVO GERAL 15
3.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 15
4 TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL 17
5 CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO 19
5.1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO MATEMÁTICO 27
6 PROCESSO PEDAGÓGICO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO 32
6.1 SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA 38
6.1.1 Propriedades do Sistema de Escrita Alfabética 39
6.1.2 Hipóteses de escrita e construção do conhecimento sobre a língua escrita 41
6.1.3 Sondagem diagnóstica da escrita 43
6.1.4 Diferentes formas de representação das letras: maiúscula, minúscula de imprensa e cursiva 45
6.2 PROCESSO DE LEITURA 47
6.3 PRODUÇÃO TEXTUAL 51
7 PRÁTICAS ESSENCIAIS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO 57
7.1 A ROTINA NO PLANEJAMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS 58
7.2 A ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE ALFABETIZADOR 60
7.3 O USO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO 62
7.4 A EQUIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR 63
7.5 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO 65
7.6 AVALIAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO 67
7.7 RECOMPOSIÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS 70
8 FORMAÇÃO CONTINUADA E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO 73
8.1 OBJETIVOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA 75
8.2 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES FORMATIVAS 76

8.3 TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS DA FORMAÇÃO CONTINUADA 78
8.4 RESPONSABILIDADES DOS PROFISSIONAIS E DAS INSTÂNCIAS EDUCACIONAIS 80
8.5 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA 81
9 IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO – ALFABETIZA ACAJUTIBA 83
9.1 MARCOS DE APRENDIZAGEM: PRÉ-ESCOLA – EDUCAÇÃO INFANTIL 84
9.1.1 Estratégias pedagógicas 85
9.2 MARCOS DE APRENDIZAGEM: 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL 86
9.2.1 Estratégias pedagógicas 88
9.3 MARCOS DE APRENDIZAGEM: 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL 89
9.3.1 Estratégias pedagógicas 91
9.4 MARCOS DE APRENDIZAGEM: 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL 92
9.4.1 Estratégias pedagógicas 93
9.5 CONTINUIDADE DA ALFABETIZAÇÃO, DO LETRAMENTO E DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS NO 4º E 5º ANOS 95
9.6 ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DAS APRENDIZAGENS 95
10 DIRETRIZES PARA A ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES ATÍPICOS E NEURODIVERGENTES 97
10.1 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS 97
10.2 RECONHECIMENTO DAS SINGULARIDADES E IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE APOIO 98
10.3 ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES ATÍPICOS E NEURODIVERGENTES 99
10.4 ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS E RECURSOS DE ACESSIBILIDADE 100
10.5 ESTUDANTES NÃO VERBAIS E COM NECESSIDADES COMPLEXAS DE APOIO 102
10.6 AUTISTAS COM NECESSIDADES INTENSIVAS DE APOIO À AUTORREGULAÇÃO E À PERMANÊNCIA ESCOLAR 103
10.7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E ACOMPANHAMENTO DOS AVANÇOS 104
10.8 ARTICULAÇÃO ENTRE PROFESSOR ALFABETIZADOR, PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE E FAMÍLIA 105
10.9 CONTRIBUIÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA 106
10.10 CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO PSICOSSOCIAL 106
10.11 FORMAÇÃO CONTINUADA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL 107
10.12 DISPOSIÇÃO ORIENTADORA 108
11 GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES 108
11.1 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER 109
11.2 GESTORES, COORDENADORES PEDAGÓGICOS E SUPERVISORES DAS UNIDADES ESCOLARES 111
11.2.1 Gestores 112

11.2.2 Coordenação pedagógica e supervisores 113
11.2.3 Professores 114
11.2.4 Oficineiros 116
11.3 FAMÍLIAS E RESPONSÁVEIS 118
11.4 GOVERNANÇA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO 120
11.4.1 Organização da governança 120
11.4.2 Núcleo Municipal de Acompanhamento da Política de Alfabetização 121
11.4.3 Atribuições do Núcleo Municipal de Alfabetização 122
11.4.4 Planejamento, monitoramento e avaliação da política 123
11.4.5 Regime de colaboração e articulação institucional 124
11.4.6 Transparência, participação e aperfeiçoamento contínuo 125
12 METAS E INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO 125
12.1 DIRETRIZES PARA A DEFINIÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DAS METAS 126
12.2 METAS E INDICADORES DE APRENDIZAGEM 127
12.3 METAS E INDICADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS 129
12.4 METAS E INDICADORES DE FORMAÇÃO CONTINUADA 131
12.5 METAS E INDICADORES DE EQUIDADE EDUCACIONAL 132
12.6 METAS E INDICADORES DE GOVERNANÇA E GESTÃO 133
12.7 DEFINIÇÃO DA LINHA DE BASE E DOS PARÂMETROS DE ACOMPANHAMENTO 135
12.8 SISTEMÁTICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 135
13 PLANO ANUAL DE AÇÃO E FINANCIAMENTO 136
13.1 QUADRO-SÍNTESE DO PLANO ANUAL DE AÇÃO 137
13.2 FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO 139
14 DISPOSIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO 140
15 CONSIDERAÇÕES FINAIS 141
REFERÊNCIAS 144

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização constitui um direito fundamental e uma condição indispensável ao desenvolvimento integral dos sujeitos, à construção de conhecimentos, ao exercício da cidadania e à participação nas diferentes práticas sociais. Assegurar que todas as crianças aprendam a ler, escrever, compreender e produzir textos com autonomia representa um compromisso essencial do poder público, exigindo políticas educacionais permanentes, práticas pedagógicas intencionais e condições adequadas de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SEDUC) de Acajutiba, Bahia, apresenta a Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba, concebida como instrumento orientador das ações educacionais destinadas à garantia do direito à alfabetização e ao letramento na Rede Municipal de Ensino. Sua finalidade é estabelecer princípios, objetivos, diretrizes e estratégias que assegurem a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como a consolidação e a recomposição das aprendizagens nos anos subsequentes, considerando as especificidades dos estudantes e os desafios educacionais do município.

A política fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996), no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Referencial Curricular Municipal de Acajutiba (RCMA) e nas diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto nº 11.556/2023 e estabelecido pela Lei nº 15.247/2025. Articula-se, ainda, às iniciativas estaduais de fortalecimento da alfabetização, especialmente ao Programa Bahia Alfabetizada, reconhecendo a importância do regime de colaboração entre os entes federativos para a garantia das aprendizagens.

Do ponto de vista pedagógico, a política compreende a alfabetização e o letramento como processos distintos, porém indissociáveis, que envolvem tanto a apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) quanto a participação em práticas sociais significativas de leitura e escrita. Essa concepção fundamenta-se,

especialmente, nas contribuições de Soares (2020), Ferreiro e Teberosky (1999) e Morais (2012), reconhecendo a necessidade de articular o ensino explícito e sistemático das relações entre fonemas e grafemas às experiências de oralidade, leitura, compreensão e produção textual. Contempla, igualmente, a alfabetização e o letramento matemático, compreendidos como dimensões essenciais para o desenvolvimento do raciocínio, da comunicação e da resolução de problemas em diferentes contextos.

A construção desta política considera a realidade educacional de Acajutiba e os resultados apresentados no diagnóstico municipal. Conforme o levantamento que fundamenta o documento, o Indicador Criança Alfabetizada (ICA) passou de 36%, em 2024, para 49%, em 2025, representando um avanço de 13 pontos percentuais. Apesar desse crescimento, os dados evidenciam a necessidade de intensificar as ações pedagógicas para ampliar o número de crianças alfabetizadas. Os indicadores de desempenho dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental também apontam desafios relacionados à consolidação das aprendizagens e à prevenção de defasagens ao longo da trajetória escolar. Desse modo, o diagnóstico constitui referência para a definição de prioridades, metas e estratégias de intervenção, devendo ser continuamente atualizado com base nos resultados oficiais das avaliações e nos registros pedagógicos da rede.

A política reconhece a Educação Infantil como etapa fundamental para o desenvolvimento das linguagens, da oralidade, da imaginação e das experiências com a cultura escrita, respeitando os direitos de aprendizagem, as interações e as brincadeiras, sem antecipar as exigências formais da alfabetização. No Ensino Fundamental, estabelece a centralidade do processo de alfabetização no 1º e no 2º ano, assegurando, nos anos posteriores, estratégias de consolidação, aprofundamento e recomposição das aprendizagens. Considera, ainda, a importância da articulação entre as etapas e da integração das experiências curriculares com as atividades da Educação Integral em Tempo Integral, valorizando as diferentes oportunidades formativas oferecidas aos estudantes.

Orientada pelos princípios da equidade, da inclusão, do respeito à diversidade e da qualidade social da educação, a *Alfabetiza Acajutiba* estabelece compromissos

relacionados à formação continuada dos profissionais, à organização de ambientes alfabetizadores, à disponibilização de materiais pedagógicos, à avaliação diagnóstica e formativa e ao acompanhamento sistemático das aprendizagens. Prevê, também, a implementação de intervenções pedagógicas oportunas, de modo a enfrentar as desigualdades educacionais e assegurar condições efetivas de aprendizagem a todos os estudantes.

Sua implementação pressupõe a atuação articulada da Secretaria Municipal de Educação, das equipes gestoras, dos coordenadores pedagógicos, supervisores, professores, oficineiros e famílias, respeitadas as atribuições de cada segmento. Para fortalecer esse processo, o documento prevê a organização do Núcleo Municipal de Alfabetização, responsável pelo acompanhamento técnico-pedagógico da política, pela análise dos indicadores e pelo apoio às unidades escolares. Estabelece, igualmente, metas e indicadores de avaliação, mecanismos de monitoramento e um Plano Anual de Ação e Financiamento, destinados a assegurar planejamento, continuidade e aperfeiçoamento das ações.

Assim, a Política Municipal de Alfabetização reafirma o compromisso do município com uma educação pública inclusiva, equitativa e socialmente referenciada. Mais do que orientar práticas pedagógicas, constitui um instrumento de gestão e de responsabilidade institucional, destinado a transformar o direito à alfabetização em oportunidades concretas de aprendizagem, assegurando às crianças condições para desenvolver sua autonomia, ampliar seus conhecimentos e participar de maneira crítica e consciente da sociedade.

2 DIAGNÓSTICO DA ALFABETIZAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ACAJUTIBA

O diagnóstico da alfabetização na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba constitui uma etapa fundamental para a formulação, implementação e acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba. Sua finalidade é identificar os avanços alcançados, reconhecer os desafios relacionados às

aprendizagens e subsidiar a definição de estratégias pedagógicas e institucionais voltadas à garantia do direito à alfabetização.

A análise considera os indicadores educacionais apresentados no levantamento municipal, especialmente o ICA, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE).

Esses instrumentos possuem finalidades distintas e complementares. O ICA acompanha o percentual de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental; o IDEB reúne informações sobre desempenho escolar e fluxo educacional; o SAEB apresenta resultados de aprendizagem em avaliações nacionais; e o SABE fornece informações para o acompanhamento das aprendizagens no âmbito estadual.

A leitura integrada desses indicadores possibilita compreender a situação da alfabetização inicial e os desafios relacionados à consolidação das aprendizagens ao longo do Ensino Fundamental, em consonância com os compromissos estabelecidos pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e pelo Programa Bahia Alfabetizada.

2.1 EVOLUÇÃO DO INDICADOR CRIANÇA ALFABETIZADA (ICA)

Os dados apresentados no levantamento municipal demonstram avanços no percentual de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. Em 2024, Acajutiba registrou 36% de crianças alfabetizadas, percentual que passou para 49% em 2025. O crescimento corresponde a 13 pontos percentuais, superando em 1 ponto percentual a meta municipal de 48% indicada para 2025.

Tabela 1 – Evolução do Indicador Criança Alfabetizada em Acajutiba, 2024–2025.

INDICADOR	RESULTADO
Crianças alfabetizadas em 2024	36%
Crianças alfabetizadas em 2025	49%
Meta municipal para 2025	48%
Evolução entre 2024 e 2025	+13 p.p.
Resultado em relação à meta de 2025	+1 p.p.
Crianças que não atingiram o padrão do ICA em 2025	51%

Fonte: Elaboração própria, com base no levantamento municipal de indicadores educacionais de Acajutiba (2026), que apresenta dados atribuídos à divulgação do ICA 2025.

Nota: p.p. significa pontos percentuais. Os percentuais referem-se ao indicador informado no levantamento, não à totalidade dos estudantes da rede.

O avanço identificado demonstra uma evolução positiva no desempenho do município em relação à alfabetização. Entretanto, o resultado de 2025 também evidencia que 51% das crianças consideradas no indicador não alcançaram o padrão de alfabetização estabelecido.

Esse cenário reforça a necessidade de consolidar práticas sistemáticas de ensino da leitura e da escrita, ampliar o acompanhamento pedagógico das turmas do 1º e 2º ano e assegurar intervenções específicas aos estudantes que apresentem dificuldades de aprendizagem.

A superação da meta estabelecida para 2025 representa um resultado relevante, mas não elimina a necessidade de intensificar os esforços para garantir a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

2.2 RESULTADOS DO IDEB E DO SAEB

Os dados reunidos no levantamento municipal apontam diferenças nos resultados educacionais entre os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental. O IDEB informado é de 4,7 para os anos iniciais e de 2,9 para os anos finais. As médias de proficiência apresentadas para o SAEB são de 178,0 em Língua Portuguesa e 189,6

em Matemática nos anos iniciais, e de 203,3 em Língua Portuguesa e 205,3 em Matemática nos anos finais.

Tabela 2 – Indicadores de desempenho educacional da Rede Municipal de Acajutiba.

ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL	IDEB INFORMADO	SAEB – LÍNGUA PORTUGUESA	SAEB – MATEMÁTICA
Anos iniciais (1º ao 5º ano)	4,7	178,0	189,6
Anos finais (6º ao 9º ano)	2,9	203,3	205,3

Fonte: Elaboração própria, com base no levantamento municipal de indicadores educacionais de Acajutiba (2026), que identifica esses resultados como referentes a 2025.

Nota: As médias de proficiência não devem ser comparadas diretamente entre etapas, pois correspondem a diferentes níveis de escolarização.

Nos anos iniciais, o IDEB de 4,7 aponta a importância de assegurar a continuidade das aprendizagens desenvolvidas no ciclo de alfabetização, fortalecendo a leitura, a escrita, a compreensão textual e o raciocínio matemático.

Embora o levantamento informe que os anos iniciais atingiram a meta histórica indicada na fonte consultada, esse resultado não deve ser interpretado isoladamente como garantia de alfabetização de todas as crianças. A análise conjunta com o ICA evidencia que ainda há uma parcela significativa de estudantes que necessita de apoio pedagógico.

Nos anos finais, o IDEB de 2,9 sinaliza desafios relacionados à continuidade e à consolidação das aprendizagens. Esse resultado reforça a importância de acompanhar a trajetória dos estudantes, especialmente na transição do 5º para o 6º ano, de modo a prevenir o acúmulo de dificuldades em leitura, interpretação textual, produção escrita e Matemática.

Os resultados do SAEB complementam o diagnóstico ao fornecer informações sobre o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática. Entretanto, a identificação das habilidades efetivamente consolidadas e daquelas que exigem intervenções depende da análise dos níveis de proficiência e dos relatórios detalhados das avaliações.

2.3 AVALIAÇÃO ESTADUAL DAS APRENDIZAGENS – SABE

O SABE constitui um instrumento complementar para o diagnóstico das aprendizagens na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba.

Conforme o levantamento apresentado, em 2025 as avaliações do 5º e do 9º ano foram aplicadas em outubro, enquanto as avaliações do 2º ano ocorreram em novembro.

Os resultados do SABE permitem aprofundar a análise das habilidades de Língua Portuguesa e Matemática, contribuindo para a identificação das necessidades pedagógicas e para a elaboração de intervenções por escola, turma e ano escolar.

Quadro 1 – Aspectos prioritários para análise dos resultados do SABE.

ANO ESCOLAR	ASPECTOS A SEREM ANALISADOS
2º ano	Leitura de palavras e textos, compreensão leitora, escrita e habilidades fundamentais para a alfabetização.
5º ano	Compreensão e interpretação textual, localização de informações, inferências e resolução de problemas matemáticos.
9º ano	Leitura crítica, interpretação de gêneros textuais, resolução de problemas e consolidação das aprendizagens.
Participação	Percentual de estudantes avaliados em relação ao total previsto, por ano escolar e unidade escolar.

Fonte: Elaboração própria, com base no levantamento municipal de indicadores educacionais de Acajutiba (2026).

Os resultados numéricos específicos do SABE 2025 para Acajutiba não constam do material analisado. Assim, sua incorporação ao diagnóstico dependerá da consulta ao relatório oficial do município na plataforma de avaliação utilizada pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia.

A análise desses resultados deverá contribuir para a identificação das habilidades que demandam maior atenção, possibilitando o planejamento de intervenções pedagógicas e o acompanhamento da evolução das aprendizagens.

2.4 SÍNTESE DIAGNÓSTICA E PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO

A análise integrada dos indicadores apresentados permite reconhecer avanços no processo de alfabetização e, simultaneamente, identificar desafios que exigem ações articuladas entre a Secretaria Municipal de Educação, as equipes gestoras, os coordenadores pedagógicos e os professores.

Quadro 2 – Síntese do diagnóstico e prioridades para a Política Municipal de Alfabetização.

EVIDÊNCIA DIAGNÓSTICA	DESAFIO IDENTIFICADO	PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO
ICA passou de 36% para 49% entre 2024 e 2025.	Ampliar o percentual de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano.	Fortalecer o ensino sistemático da leitura e da escrita e o acompanhamento individualizado.
51% das crianças consideradas no ICA 2025 não atingiram o padrão de alfabetização.	Superar dificuldades persistentes no processo de alfabetização.	Desenvolver intervenções pedagógicas planejadas e monitoradas.
IDEB de 4,7 nos anos iniciais.	Consolidar as aprendizagens ao longo do 1º ao 5º ano.	Fortalecer a leitura, a produção textual e o letramento matemático.
IDEB de 2,9 nos anos finais.	Evitar a continuidade e o acúmulo de defasagens.	Articular ações de recomposição e acompanhar a transição entre os anos iniciais e finais.
Médias de proficiência apresentadas para o SAEB.	Identificar habilidades consolidadas e dificuldades específicas.	Analisar resultados detalhados por etapa, escola e nível de proficiência.
Resultados municipais do SABE 2025 ainda não incorporados.	Completar o diagnóstico das aprendizagens.	Consultar os relatórios oficiais e integrar os dados ao planejamento pedagógico.

Fonte: Elaboração própria, com base no levantamento municipal de indicadores educacionais de Acajutiba (2026).

Diante desse panorama, a Política Municipal de Alfabetização deverá priorizar o fortalecimento das práticas de alfabetização no 1º e no 2º ano, a realização de avaliações diagnósticas e formativas, a formação continuada dos professores, a recomposição das aprendizagens e o acompanhamento sistemático dos resultados educacionais.

As ações deverão considerar as necessidades específicas de cada unidade escolar, promovendo estratégias de apoio pedagógico e de redução das desigualdades de aprendizagem.

O diagnóstico também evidencia a importância de fortalecer a articulação entre os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental, assegurando que as dificuldades não superadas no ciclo de alfabetização sejam identificadas e enfrentadas ao longo da trajetória escolar.

Os indicadores apresentados demonstram que Acajutiba registrou avanços no processo de alfabetização entre 2024 e 2025, especialmente em relação ao crescimento do Indicador Criança Alfabetizada. Entretanto, os resultados também evidenciam a necessidade de ampliar o percentual de crianças alfabetizadas e fortalecer a continuidade das aprendizagens ao longo do Ensino Fundamental.

Portanto, o diagnóstico deverá ser atualizado periodicamente, com a incorporação dos resultados oficiais das avaliações educacionais e dos registros pedagógicos das unidades escolares, constituindo referência para o planejamento, a execução e a avaliação das ações municipais de alfabetização.

3 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba fundamenta-se nos princípios e nas diretrizes estabelecidos pela legislação educacional vigente.

3.1 PRINCÍPIOS

- Direito universal à alfabetização, à permanência e à aprendizagem com qualidade social.
- Equidade territorial, racial e educacional, inclusão, acessibilidade e respeito às diferenças.
- Indissociabilidade entre apropriação do SEA e práticas sociais de leitura e escrita.
- Respeito à infância, às interações e às brincadeiras na educação infantil.

- Gestão democrática, colaboração entre instâncias e valorização dos profissionais.
- Avaliação formativa, intervenção oportuna e proteção dos dados dos estudantes.

3.2 OBJETIVO GERAL

Instituir e consolidar uma política pública municipal permanente de alfabetização e letramento, assegurando o direito à aprendizagem de todos os estudantes da Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, com prioridade para a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, por meio do desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita, compreensão e produção textual, alfabetização e letramento matemático, bem como da implementação de ações articuladas de formação continuada, acompanhamento pedagógico, avaliação e recomposição das aprendizagens, fundamentadas nos princípios da equidade, da inclusão e da qualidade social da educação.

3.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I – Assegurar a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em consonância com as diretrizes nacionais e com o Currículo Municipal de Acajutiba, garantindo o direito à aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades essenciais de leitura e escrita.

II – Promover a articulação curricular e pedagógica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, assegurando a continuidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades de cada etapa e evitando a antecipação de práticas formais de alfabetização na Educação Infantil.

III – Fortalecer as práticas pedagógicas de alfabetização e letramento, desde as experiências com a cultura escrita na Educação Infantil até a sistematização das aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando os conhecimentos prévios, os diferentes ritmos de aprendizagem e as orientações curriculares da rede.

IV – Qualificar o ensino da leitura, da escrita, da oralidade e da Matemática, promovendo o desenvolvimento progressivo das competências linguísticas e matemáticas necessárias à construção de conhecimentos, à autonomia e à participação dos estudantes nas práticas sociais.

V – Promover a articulação entre alfabetização, letramento, letramento matemático, Educação Integral em Tempo Integral, literatura, cultura e práticas sociais, assegurando experiências educativas contextualizadas, interdisciplinares e significativas.

VI – Instituir processos sistemáticos e contínuos de avaliação diagnóstica e formativa, acompanhando o desenvolvimento das aprendizagens e utilizando os resultados das avaliações internas e externas para subsidiar o planejamento e o aprimoramento das práticas pedagógicas.

VII – Identificar precocemente as dificuldades de aprendizagem e desenvolver intervenções pedagógicas planejadas, diferenciadas e acompanhadas por reavaliações periódicas, considerando as necessidades e os níveis de aprendizagem dos estudantes.

VIII – Assegurar estratégias de recuperação e recomposição das aprendizagens para os estudantes que não consolidaram as habilidades essenciais de alfabetização e letramento, inclusive nos anos posteriores ao ciclo de alfabetização, garantindo condições para a continuidade de seus percursos escolares.

IX – Promover a equidade educacional e reduzir as desigualdades de aprendizagem entre escolas, turmas e grupos de estudantes, assegurando atenção às diferentes realidades sociais, culturais e territoriais do município.

X – Garantir práticas pedagógicas inclusivas, acessibilidade e recursos de apoio à aprendizagem, considerando as necessidades específicas dos estudantes com deficiência e daqueles que enfrentam barreiras à aprendizagem e à participação.

XI – Fortalecer a formação continuada dos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais profissionais envolvidos nos processos de alfabetização e letramento, articulando os conhecimentos teóricos às práticas pedagógicas e às necessidades identificadas na Rede Municipal de Ensino.

XII – Ampliar e qualificar a disponibilização e a utilização de livros, materiais didáticos, recursos pedagógicos e tecnologias educacionais, assegurando condições adequadas ao desenvolvimento das práticas de alfabetização e letramento nas unidades escolares.

XIII – Fortalecer a gestão pedagógica e a articulação institucional entre a Secretaria de Educação, as equipes gestoras (gestor, coordenador e supervisor), os professores e os oficineiros, integrando o planejamento curricular, a formação continuada, os recursos pedagógicos e o acompanhamento das aprendizagens, com base em evidências e indicadores educacionais, sem utilização de mecanismos de ranqueamento punitivo.

XIV – Incentivar a participação das famílias e da comunidade escolar nos processos de alfabetização e letramento, fortalecendo a corresponsabilidade educativa, o diálogo entre escola e família e a valorização das práticas de leitura, escrita e matemática nos diferentes contextos sociais.

4 TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental constitui um momento significativo na trajetória escolar das crianças, exigindo planejamento, acolhimento e articulação entre as instituições de ensino, de modo a assegurar a continuidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento. No município de Acajutiba, essa transição deve ser compreendida como parte de um percurso educativo contínuo, fundamentado nas orientações da BNCC, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e do RCMA, respeitando as especificidades de cada etapa da Educação Básica.

Considerando a organização da Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, que oferta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental em Tempo Integral, torna-se fundamental estabelecer estratégias institucionais e pedagógicas que promovam a integração entre as unidades escolares, especialmente entre os professores da pré-escola e os docentes do 1º ano do Ensino Fundamental. Essa articulação deve assegurar que as experiências vivenciadas pelas crianças na Educação Infantil sejam

reconhecidas e valorizadas como elementos essenciais para a construção de novas aprendizagens, evitando rupturas entre as práticas pedagógicas das duas etapas.

Conforme estabelecem as DCNEI, as propostas pedagógicas devem prever formas de garantir a continuidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando suas especificidades etárias e assegurando uma transição acolhedora e progressiva (BRASIL, 2009). Nessa perspectiva, a BNCC orienta que a passagem para o Ensino Fundamental considere as aprendizagens construídas na Educação Infantil, preservando a ludicidade, as interações, as brincadeiras e as experiências que caracterizam o desenvolvimento infantil (BRASIL, 2018).

Em consonância com o RCMA, a articulação entre as etapas deve considerar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiências da Educação Infantil, estabelecendo relações com as competências e habilidades previstas para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

No âmbito da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba, a transição deve contribuir para a construção de condições favoráveis ao processo de alfabetização e letramento, reconhecendo que as experiências com a linguagem oral e escrita se iniciam antes do ingresso no Ensino Fundamental. Assim, o trabalho pedagógico desenvolvido na Educação Infantil deve proporcionar situações significativas de contato com livros, histórias, músicas, parlendas, poemas, jogos e diferentes gêneros textuais, respeitando os interesses, os ritmos e as necessidades das crianças.

A organização da Educação Integral em Tempo Integral no município também deve favorecer essa continuidade, assegurando que os tempos, espaços e experiências educativas sejam planejados de maneira integrada. Dessa forma, as atividades desenvolvidas ao longo da jornada escolar devem contribuir para o desenvolvimento integral das crianças, contemplando suas dimensões cognitivas, físicas, afetivas, sociais e culturais, sem transformar a ampliação do tempo escolar em antecipação de conteúdos ou práticas escolarizantes próprias do Ensino Fundamental.

Para assegurar uma transição articulada, a SEDUC, em conjunto com as equipes gestoras, os coordenadores pedagógicos, supervisores, professores e oficineiros deverá promover momentos de planejamento coletivo, encontros formativos,

compartilhamento de registros pedagógicos e acompanhamento das aprendizagens. Essas ações deverão possibilitar o conhecimento das experiências desenvolvidas na Educação Infantil e subsidiar a organização de práticas pedagógicas adequadas às necessidades das crianças que ingressam no 1º ano.

Para tanto, o calendário letivo anual da rede municipal deverá prever encontros específicos de articulação entre os professores da pré-escola e do 1º ano do Ensino Fundamental, com a participação das equipes gestoras e de acompanhamento pedagógico. Esses encontros deverão ocorrer, no mínimo, em dois momentos: no último bimestre do ano letivo, para compartilhar registros, conhecer os percursos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e planejar as ações de transição; e no início do ano letivo subsequente, durante a Jornada Pedagógica ou em período de planejamento anterior ao início das aulas, para organizar o acolhimento e definir estratégias de continuidade do trabalho pedagógico.

Nesse processo, torna-se indispensável considerar as diferentes condições de desenvolvimento e aprendizagem, garantindo práticas inclusivas e equitativas que respeitem as singularidades das crianças, especialmente daquelas com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou que apresentem barreiras à aprendizagem e à participação. O acolhimento, a escuta sensível, o diálogo com as famílias e o acompanhamento pedagógico devem constituir elementos permanentes dessa transição.

Nesse sentido, os Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Acajutiba deverão contemplar estratégias específicas para a transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, em consonância com o RCMA, as diretrizes da Secretaria de Educação (SEDUC) e os princípios da Política Municipal de Alfabetização. Essas estratégias deverão assegurar a continuidade curricular, o respeito às infâncias, o acolhimento das crianças e o fortalecimento das condições necessárias ao desenvolvimento da alfabetização e do letramento, contribuindo para a garantia do direito de aprender.

5 CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A alfabetização e o letramento constituem processos fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes, pois possibilitam a apropriação da linguagem escrita, a ampliação das capacidades de comunicação, a construção de conhecimentos e a participação nas diferentes práticas sociais. Desde a primeira infância, as crianças demonstram curiosidade pela cultura escrita, elaboram hipóteses sobre seu funcionamento e atribuem significados aos textos presentes em seu cotidiano. Nesse sentido, é essencial que as instituições educativas promovam experiências significativas de interação com a leitura e a escrita, respeitando as especificidades do desenvolvimento infantil e valorizando os conhecimentos construídos nos diferentes contextos familiares, sociais e culturais.

No município de Acajutiba, a concepção de alfabetização e letramento adotada pela Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba fundamenta-se na compreensão de que aprender a ler e a escrever envolve tanto a apropriação do SEA quanto o desenvolvimento de habilidades para utilizar a linguagem escrita em situações reais de comunicação e participação social. Essa perspectiva articula-se às orientações da BNCC e aos princípios curriculares que devem orientar o trabalho pedagógico da Rede Municipal de Ensino, considerando as particularidades do território, a diversidade cultural dos estudantes e a garantia do direito à aprendizagem.

Na Educação Infantil, o contato com a cultura escrita deve ocorrer por meio de experiências lúdicas, interações, brincadeiras e práticas sociais que favoreçam a ampliação da linguagem oral, da imaginação, da escuta e da expressão das crianças. A exploração de livros, histórias, cantigas, parlendas, poemas, nomes próprios, jogos de linguagem e diferentes gêneros textuais possibilita que as crianças construam conhecimentos sobre as funções sociais da escrita e desenvolvam suas primeiras hipóteses acerca de sua organização. Essas experiências devem respeitar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiências previstos na BNCC, especialmente o campo Escuta, fala, pensamento e imaginação, sem antecipar a escolarização formal característica do Ensino Fundamental (BRASIL, 2018).

Ao interagirem com diferentes materiais escritos e participarem de situações de leitura e produção de registros, as crianças manifestam suas compreensões sobre a escrita por meio de desenhos, rabiscos, garatujas, símbolos e escritas espontâneas.

Essas manifestações representam formas de expressão e construção de conhecimentos que devem ser observadas e valorizadas pelos professores. Conforme os estudos de Ferreiro e Teberosky (1999), a aprendizagem da língua escrita envolve um processo ativo de elaboração e reorganização de hipóteses, no qual a criança busca compreender as relações entre a linguagem oral e sua representação gráfica.

No Ensino Fundamental, especialmente no 1º e no 2º ano, a alfabetização deve ser desenvolvida mediante práticas pedagógicas intencionais, sistemáticas e contextualizadas, que assegurem a compreensão do funcionamento do SEA, o desenvolvimento da consciência fonológica, o estabelecimento das relações entre fonemas e grafemas, a leitura e a produção de textos. Essas aprendizagens precisam estar articuladas às práticas de letramento, de modo que os estudantes compreendam não apenas como a escrita funciona, mas também suas finalidades e possibilidades de utilização nas diferentes situações da vida cotidiana.

Segundo Soares (2020), alfabetização e letramento são processos distintos, porém interdependentes e indissociáveis. Enquanto a alfabetização está relacionada à apropriação do sistema de escrita e de suas convenções, o letramento envolve a participação nas práticas sociais de leitura e escrita. A autora defende a perspectiva do alfaletrar, que consiste em desenvolver esses processos de maneira articulada, assegurando que a aprendizagem das relações entre sons e letras aconteça em contextos significativos de utilização da linguagem escrita.

Em consonância com o RCMA (2020), a organização do trabalho pedagógico deverá assegurar a progressão das aprendizagens, respeitando as características de cada etapa da Educação Básica e estabelecendo relações entre os conhecimentos escolares e as experiências socioculturais dos estudantes. As práticas de alfabetização e letramento deverão valorizar as manifestações culturais locais, a literatura infantil, as tradições orais, os conhecimentos das famílias e as diferentes formas de expressão presentes na comunidade, fortalecendo a identidade cultural e o sentimento de pertencimento dos estudantes.

Considerando que a Rede Municipal de Ensino de Acajutiba está organizada na perspectiva da Educação Integral em Tempo Integral, os processos de alfabetização e letramento deverão integrar as diferentes experiências educativas desenvolvidas ao

longo da jornada escolar. Nesse contexto, as atividades curriculares e as oficinas pedagógicas de Língua Portuguesa, Matemática, artes, cultura e outras áreas do conhecimento poderão ampliar as oportunidades de leitura, escrita, oralidade e produção de sentidos, favorecendo a consolidação das aprendizagens. A ampliação do tempo escolar deverá representar, portanto, a diversificação e o enriquecimento das experiências formativas, e não apenas a repetição de atividades ou a extensão do ensino convencional.

A alfabetização também deve ser compreendida como responsabilidade compartilhada entre os profissionais da educação, considerando que as habilidades de leitura, escrita e interpretação são fundamentais para a aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento. Nos anos posteriores ao ciclo de alfabetização, especialmente do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental, deverão ser asseguradas estratégias de consolidação e recomposição das aprendizagens para os estudantes que ainda não desenvolveram as habilidades essenciais, respeitando suas trajetórias escolares e necessidades pedagógicas.

A concepção municipal reconhece, ainda, que o processo de alfabetização ocorre em ritmos e condições diferentes, exigindo práticas inclusivas, avaliações diagnósticas e intervenções pedagógicas adequadas. Dessa forma, o planejamento docente deverá considerar os conhecimentos prévios dos estudantes, suas hipóteses de escrita, os avanços na leitura e na produção textual e as possíveis barreiras à aprendizagem e à participação, assegurando oportunidades equitativas de desenvolvimento.

Assim, a Política Municipal de Alfabetização assume a alfabetização e o letramento como processos articulados, contínuos e socialmente contextualizados, orientados pela garantia do direito de aprender. Seu compromisso consiste em assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, promovendo, nos anos subsequentes, a consolidação, o aprofundamento e, quando necessário, a recomposição das aprendizagens, de modo a contribuir para a formação de sujeitos autônomos, críticos e capazes de participar plenamente da vida social.

Quadro 3 – Distinções e complementaridades entre alfabetização e letramento

ASPECTOS	ALFABETIZAÇÃO	LETRAMENTO
Conceito	Processo de apropriação do SEA e das convenções necessárias à leitura e à escrita.	Processo de desenvolvimento das capacidades de utilizar a leitura e a escrita nas diferentes situações sociais.
Finalidade	Desenvolver habilidades para ler e escrever com autonomia, compreendendo o funcionamento da língua escrita.	Possibilitar a participação ativa e crítica nas práticas sociais que envolvem a linguagem escrita.
Conhecimentos envolvidos	Reconhecimento das letras, consciência fonológica, relações entre fonemas e grafemas, decodificação, codificação e convenções ortográficas.	Compreensão e interpretação de textos, reconhecimento das funções sociais da escrita e utilização de diferentes gêneros textuais.
Processo de aprendizagem	Envolve ensino explícito, sistemático e progressivo do funcionamento do sistema de escrita.	Desenvolve-se por meio da participação em situações reais e significativas de leitura e escrita.
Práticas pedagógicas	Exploração das relações entre sons e letras, formação de palavras, leitura e escrita de palavras e textos, reflexão sobre a escrita.	Leitura de histórias, produção de bilhetes, convites, listas, notícias, poemas e outros textos com finalidades comunicativas.
Papel do professor	Planejar intervenções que favoreçam a compreensão do sistema alfabético, considerando os conhecimentos e as necessidades dos estudantes.	Organizar experiências que possibilitem o contato com diferentes textos, suportes e práticas sociais de leitura e escrita.
Avaliação	Acompanhamento das hipóteses de escrita, das relações fonema-grafema, da precisão e fluência leitora e da evolução da escrita.	Observação da compreensão textual, da produção de sentidos e da utilização da leitura e da escrita em diferentes contextos.
Resultados esperados	Estudantes capazes de ler e escrever com progressiva precisão, fluência e autonomia.	Estudantes capazes de compreender, interpretar e produzir textos adequados a diferentes situações comunicativas.
Aplicação na Rede Municipal de Acajutiba	Desenvolvimento de práticas sistemáticas de alfabetização, prioritariamente no 1º e 2º ano, com acompanhamento e recomposição das aprendizagens quando necessários.	Integração de práticas de leitura e escrita às experiências curriculares, aos projetos de leitura, às oficinas pedagógicas e às manifestações culturais locais.

Fonte: Elaboração própria, com base em Soares (2020) e Brasil (2018), considerando a organização pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Acajutiba.

A articulação entre alfabetização e letramento, fundamentada na perspectiva do alfaletrar de Soares (2020), orienta a organização progressiva das aprendizagens. Nesse sentido, a sistematização apresentada por Sargiani (2022) contribui para compreender as etapas do processo de alfabetização, conforme sintetizado no Quadro 4.

Quadro 4 - Metas de Aprendizagem por Ano Escolar

ETAPA	PERÍODO/ANO	METAS DA ETAPA
Pré-alfabetização	Corresponde ao período da Educação Infantil	Desenvolver noções básicas e gerais sobre a leitura e a escrita, bem como habilidades fundamentais para a alfabetização, como a consciência fonológica e conhecimento alfabético, sendo essas as bases que fundamentam a leitura e a escrita.
Alfabetização Inicial	Corresponde ao 1º ano do Ensino Fundamental	Foco está no ensino das habilidades de decodificação e codificação, essenciais para que a criança possa ler e escrever com autonomia e acurácia em um sistema alfabético.
Consolidação da Alfabetização	Corresponde ao 2º e 3º ano do Ensino Fundamental	Foco está no ensino para a fluência e compreensão leitora e na escrita de texto respeitando ortografia e coesão. No 3º ano consolida-se a aprendizagem da leitura e da escrita.
Ler para aprender	Corresponde ao 4º e 5º ano do Ensino Fundamental	Etapa em que os estudantes passam a ler para aprender. Quanto mais leem, mais desenvolvem a fluência de leitura e a compreensão leitora, então podem se beneficiar das leituras para obter novos conhecimentos.

Fonte: Sargiani, R. (2022, p. 13-14).

É importante reconhecer que nem todos os estudantes consolidam o processo de alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental, podendo chegar ao 3º, 4º ou 5º ano sem desenvolver plenamente as habilidades de leitura e escrita. Nessa perspectiva, Sargiani (2022) destaca a importância de assegurar um ensino sistemático e adequado às necessidades de aprendizagem de cada estudante, considerando seu nível de desenvolvimento, independentemente do ano escolar em que esteja

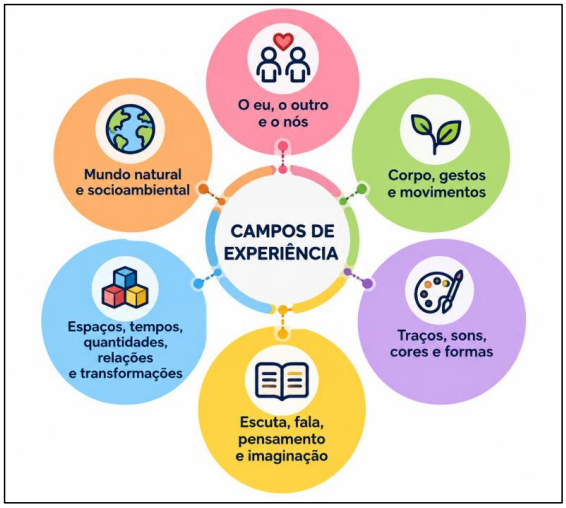
matriculado. Dessa forma, torna-se fundamental implementar estratégias pedagógicas de recomposição das aprendizagens que possibilitem a apropriação inicial do SEA e o avanço progressivo na leitura e na escrita, até a consolidação das habilidades previstas para cada etapa da escolarização.

No âmbito da Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, as práticas pedagógicas da Educação Infantil devem estar fundamentadas nas orientações da BNCC e articuladas ao RCMA, tendo como eixos estruturantes as interações e as brincadeiras. Essas práticas devem assegurar os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento - conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se - proporcionando experiências significativas que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças em suas dimensões física, cognitiva, afetiva, social e cultural (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, as experiências relacionadas à linguagem oral e escrita devem integrar o cotidiano das instituições de Educação Infantil de maneira lúdica, intencional e contextualizada, especialmente por meio do campo de experiências *Escuta, fala, pensamento e imaginação*, em articulação com os demais campos. A contação de histórias, as brincadeiras com palavras, as cantigas, as parlendas, a exploração de livros e as produções gráficas espontâneas constituem possibilidades pedagógicas que aproximam as crianças da cultura escrita, respeitando seus interesses, ritmos de desenvolvimento e formas próprias de aprender.

De acordo com a BNCC, os campos de experiências organizam o currículo da Educação Infantil a partir das vivências, dos conhecimentos e das situações concretas que fazem parte do cotidiano das crianças, estabelecendo relações com os saberes historicamente construídos pela sociedade (BRASIL, 2018). Assim, a Política Municipal de Alfabetização compreende que as experiências desenvolvidas nessa etapa constituem fundamentos importantes para a continuidade das aprendizagens no Ensino Fundamental, sem antecipar práticas de alfabetização formal ou desconsiderar as especificidades das infâncias.

Figura 1 - Campos de Experiências da Educação Infantil.



Fonte: Campos de Experiências na Educação Infantil (BNCC, 2017).

A estrutura curricular da Educação Infantil é organizada pelos campos de experiências. Neles estão os objetivos a serem explorados e garantidos, oportunizando ações intencionais para que a criança vivencie, com seus pares, uma diversidade de experiências que promovam seu desenvolvimento.

No âmbito da Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, o Currículo Municipal do Ensino Fundamental Anos Iniciais orienta a organização das práticas pedagógicas a partir da valorização das experiências, dos conhecimentos e das manifestações culturais das crianças, considerando tanto as tradições locais quanto as diferentes expressões das culturas infantis contemporâneas. Nessa perspectiva, os componentes curriculares devem promover situações de aprendizagem contextualizadas, que articulem os saberes construídos nos espaços familiares e comunitários aos conhecimentos escolares, respeitando as especificidades da infância e favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a alfabetização constitui o eixo central do trabalho pedagógico, conforme estabelece a BNCC. A apropriação da leitura e da escrita amplia as possibilidades de acesso ao conhecimento, fortalece as aprendizagens nos diferentes componentes curriculares e favorece a participação dos

estudantes nas práticas sociais que envolvem a cultura escrita. Dessa forma, o processo de alfabetização deve assegurar o desenvolvimento progressivo da autonomia, da capacidade de comunicação e do protagonismo infantil, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de compreender e interagir criticamente com a realidade em que vivem (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, o componente curricular Língua Portuguesa, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, deve reconhecer, valorizar e ampliar as experiências dos estudantes com a linguagem oral e escrita, considerando as diferentes formas de expressão e comunicação presentes em seu cotidiano. O trabalho pedagógico deve contemplar práticas significativas de oralidade, leitura, produção textual e análise linguística e semiótica, articulando os conhecimentos prévios das crianças às aprendizagens previstas no currículo.

Durante o processo de alfabetização, cabe ao professor desenvolver intervenções pedagógicas intencionais, sistemáticas e adequadas aos diferentes níveis de aprendizagem, criando condições para que os estudantes formulem hipóteses, reflitam sobre o funcionamento do SEA e avancem na construção de conhecimentos. Assim, a aprendizagem deve ser compreendida como um processo ativo, no qual a criança participa da elaboração de seus saberes, atribui significados às experiências educativas e amplia progressivamente suas possibilidades de leitura, escrita e compreensão do mundo.

5.1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO MATEMÁTICO

A alfabetização e o letramento matemático constituem processos complementares e indissociáveis na formação dos estudantes, pois possibilitam a construção de conhecimentos necessários à compreensão, à interpretação e à transformação da realidade. Enquanto a alfabetização matemática está relacionada à apropriação inicial dos conceitos, das representações, dos procedimentos e da linguagem matemática, o letramento matemático envolve a capacidade de mobilizar esses conhecimentos em diferentes situações da vida cotidiana, utilizando o raciocínio

lógico, a argumentação, a comunicação e a resolução de problemas de maneira crítica e autônoma.

De acordo com a BNCC, o Ensino Fundamental deve assegurar o desenvolvimento do letramento matemático, compreendido como um conjunto de competências e habilidades que permite aos estudantes raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, favorecendo a formulação e a resolução de problemas em diferentes contextos (BRASIL, 2018). Nessa perspectiva, a aprendizagem matemática não deve se restringir à memorização de números, fórmulas e procedimentos, mas proporcionar experiências que favoreçam a compreensão dos conceitos e sua utilização em situações significativas.

Conforme Danyluk (2015), a alfabetização matemática envolve a compreensão e a interpretação da linguagem própria da Matemática, possibilitando ao estudante atribuir significados aos símbolos, às representações e às relações matemáticas. Assim, aprender Matemática significa desenvolver capacidades para compreender informações, estabelecer relações, comunicar ideias, elaborar estratégias e utilizar conhecimentos matemáticos na interpretação do mundo.

No âmbito da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba, a alfabetização e o letramento matemático são compreendidos como processos contínuos, que se iniciam nas experiências vivenciadas pelas crianças na Educação Infantil e se desenvolvem progressivamente ao longo do Ensino Fundamental. Essa concepção deverá orientar as práticas pedagógicas da Rede Municipal de Ensino, em consonância com a BNCC e com o RCMA, considerando as especificidades das etapas de ensino, os conhecimentos prévios dos estudantes e as características sociais, culturais e territoriais do município.

Na Educação Infantil, as experiências matemáticas devem ser desenvolvidas por meio das interações e brincadeiras, respeitando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Nesse contexto, o campo de experiências Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, articulado aos demais campos, possibilita a exploração de noções relacionadas à contagem, à comparação de quantidades, às formas, às medidas, às relações espaciais e temporais e à observação de fenômenos do cotidiano. Essas aprendizagens devem ocorrer em situações lúdicas

e significativas, sem antecipar a formalização dos conteúdos matemáticos próprios do Ensino Fundamental (BRASIL, 2018).

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no 1º e no 2º ano, a alfabetização e o letramento matemático devem integrar as prioridades do trabalho pedagógico, assegurando a construção progressiva do conceito de número, a compreensão do Sistema de Numeração Decimal, o desenvolvimento de estratégias de contagem e cálculo, a identificação de padrões e regularidades, o reconhecimento de formas geométricas e a exploração de grandezas, medidas e informações estatísticas. Essas aprendizagens deverão ser desenvolvidas de maneira contextualizada, articulando os conhecimentos matemáticos às experiências e necessidades dos estudantes.

Em consonância com a BNCC, o ensino da Matemática deverá contemplar as cinco unidades temáticas - Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas, Probabilidade e Estatística - considerando a progressão das habilidades previstas para cada ano escolar. A organização dessas aprendizagens deverá favorecer a construção de conhecimentos matemáticos de forma integrada, possibilitando aos estudantes estabelecer relações entre diferentes conceitos e utilizá-los na resolução de situações-problema (BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva, a resolução de problemas deverá constituir uma prática essencial no processo de ensino e aprendizagem da Matemática, permitindo que os estudantes investiguem situações, formulem hipóteses, desenvolvam estratégias, comparem procedimentos e expliquem seus raciocínios. Segundo Nacarato, Mengali e Passos (2009), o trabalho pedagógico nos Anos Iniciais deve valorizar a participação ativa dos estudantes, a comunicação de ideias matemáticas e a construção de significados, superando práticas centradas exclusivamente na repetição de exercícios e na memorização de procedimentos.

No contexto educacional de Acajutiba, as práticas de alfabetização e letramento matemático deverão considerar as experiências socioculturais dos estudantes, estabelecendo relações entre os conhecimentos escolares e as situações presentes no cotidiano das famílias e comunidades. Atividades relacionadas ao comércio local, à agricultura, às feiras, à organização de calendários, à utilização de medidas em

receitas, às brincadeiras tradicionais e à interpretação de informações sobre o município poderão constituir situações de aprendizagem que favoreçam a compreensão e a aplicação dos conhecimentos matemáticos.

Considerando a organização da Rede Municipal de Ensino de Acajutiba na perspectiva da Educação Integral em Tempo Integral, as práticas de alfabetização e letramento matemático deverão estar articuladas às atividades curriculares, às oficinas pedagógicas de Matemática e aos projetos interdisciplinares desenvolvidos nas unidades escolares. A ampliação da jornada escolar deverá favorecer a diversificação das experiências educativas, possibilitando a realização de jogos, investigações, experimentações, atividades práticas e situações-problema que contribuam para o desenvolvimento do pensamento matemático e para a consolidação das aprendizagens.

Nesse processo, a utilização de materiais manipuláveis, jogos pedagógicos, recursos tecnológicos, instrumentos de medida, tabelas, gráficos e diferentes formas de representação matemática deverá integrar o planejamento docente, respeitando os níveis de aprendizagem e as necessidades dos estudantes. Esses recursos deverão ser utilizados com intencionalidade pedagógica, favorecendo a compreensão dos conceitos, a elaboração de estratégias e a construção progressiva da autonomia na resolução de problemas.

A avaliação da alfabetização e do letramento matemático deverá assumir caráter diagnóstico, formativo e contínuo, permitindo identificar os conhecimentos já construídos, as dificuldades apresentadas e os avanços dos estudantes. Os resultados das avaliações internas e externas deverão subsidiar o planejamento pedagógico, a formação continuada dos professores e a organização de intervenções que assegurem a progressão das aprendizagens, considerando as habilidades previstas no RCMA e nas orientações nacionais.

Para os estudantes que apresentarem dificuldades persistentes na aprendizagem matemática, inclusive aqueles matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental, deverão ser desenvolvidas estratégias de recomposição das aprendizagens, com foco na identificação e no desenvolvimento das habilidades essenciais ainda não consolidadas. Essas ações deverão considerar os conhecimentos

prévios dos estudantes, suas trajetórias escolares e as necessidades específicas de aprendizagem, evitando a utilização exclusiva de atividades repetitivas e descontextualizadas.

A alfabetização e o letramento matemático deverão, ainda, estar fundamentados nos princípios da equidade, da inclusão e do respeito à diversidade, assegurando oportunidades de aprendizagem a todos os estudantes. Para isso, o trabalho pedagógico deverá contemplar diferentes estratégias de ensino, recursos acessíveis e formas diversificadas de representação, comunicação e resolução de problemas, de modo a superar barreiras à aprendizagem e à participação.

Assim, a Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba reconhece a alfabetização e o letramento matemático como dimensões fundamentais da formação integral dos estudantes, assumindo o compromisso de assegurar aprendizagens matemáticas significativas desde os primeiros anos de escolarização. Busca-se, dessa forma, desenvolver sujeitos capazes de compreender e utilizar os conhecimentos matemáticos em diferentes situações, tomar decisões fundamentadas, resolver problemas e participar de maneira autônoma, crítica e consciente da vida social.

Quadro 5 – Diferenças e complementaridades entre alfabetização e letramento matemático.

ASPECTOS	ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA	LETRAMENTO MATEMÁTICO
Conceito	Apropriação inicial da linguagem, dos conceitos e das representações matemáticas.	Capacidade de utilizar conhecimentos matemáticos em diferentes situações sociais.
Finalidade	Compreender números, operações, formas, medidas e relações matemáticas.	Interpretar situações, resolver problemas e tomar decisões utilizando a Matemática.
Habilidades	Contar, comparar, calcular, representar quantidades e reconhecer padrões.	Raciocinar, interpretar informações, argumentar e aplicar estratégias matemáticas.
Práticas pedagógicas	Jogos numéricos, materiais manipuláveis, sequências e atividades de construção de conceitos.	Resolução de problemas cotidianos, interpretação de gráficos, pesquisas e situações de compra e venda.

Resultados esperados	Compreensão progressiva dos conceitos e da linguagem matemática.	Utilização autônoma, crítica e contextualizada dos conhecimentos matemáticos.

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil (2018), Danyluk (2015) e Nacarato, Mengali e Passos (2009).

6 PROCESSO PEDAGÓGICO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

O processo de alfabetização e letramento constitui uma dimensão essencial da formação integral dos estudantes, envolvendo a construção progressiva de conhecimentos sobre a linguagem oral e escrita, a apropriação do SEA e o desenvolvimento de habilidades necessárias à participação nas diferentes práticas sociais de leitura e escrita. Trata-se de um processo que exige intencionalidade pedagógica, planejamento sistemático, acompanhamento contínuo e intervenções adequadas às necessidades de aprendizagem, considerando as características do desenvolvimento infantil e as experiências socioculturais dos estudantes.

Na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, o processo de alfabetização e letramento deverá estar fundamentado nas orientações da BNCC, articulado ao RCMA e às diretrizes da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba. Sua organização deverá considerar a continuidade das aprendizagens entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, respeitando as especificidades de cada etapa e assegurando práticas pedagógicas inclusivas, contextualizadas e comprometidas com a equidade educacional.

Na Educação Infantil, as experiências relacionadas à linguagem oral e à cultura escrita deverão ocorrer por meio das interações, brincadeiras e situações significativas de aprendizagem, em consonância com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiências previstos na BNCC. A exploração de livros, histórias, cantigas, parlendas, poemas, jogos de linguagem, desenhos e escritas espontâneas deverá favorecer a ampliação do repertório linguístico, da imaginação, da oralidade e da compreensão das funções sociais da escrita, sem antecipar as exigências formais da alfabetização próprias do Ensino Fundamental (BRASIL, 2018).

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a alfabetização deverá constituir o foco prioritário da ação pedagógica, assegurando aos estudantes oportunidades sistemáticas de apropriação do SEA, de desenvolvimento da leitura, da compreensão textual e da produção escrita. Essa prioridade está em consonância com a BNCC e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556/2023 e estabelecido em lei pela Lei Federal nº 15.247/2025, que reafirma o compromisso com a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental (BRASIL, 2018; BRASIL, 2023; BRASIL, 2025).

Nessa perspectiva, a Política Municipal de Alfabetização de Acajutiba compreende que alfabetizar e letrar são processos distintos, porém interdependentes, que devem ser desenvolvidos de maneira articulada. Conforme Soares (2020), a aprendizagem do sistema de escrita precisa ocorrer simultaneamente à inserção dos estudantes nas práticas sociais de leitura e escrita, possibilitando que compreendam tanto o funcionamento da língua escrita quanto suas finalidades comunicativas.

Entre os conhecimentos fundamentais para a apropriação do SEA, destaca-se o desenvolvimento da consciência fonológica, compreendida como a capacidade de reconhecer, refletir e manipular conscientemente unidades sonoras da fala, como palavras, sílabas e fonemas. Essas habilidades contribuem para a compreensão das relações entre a linguagem oral e sua representação escrita, devendo ser trabalhadas de maneira progressiva, intencional e articulada às experiências de leitura e escrita.

De acordo com Morais (2012), a apropriação do SEA exige que os estudantes compreendam seus princípios de funcionamento, construindo conhecimentos sobre as relações entre as unidades sonoras da fala e sua representação por letras. Nesse processo, as atividades de reflexão fonológica devem estar associadas à exploração de palavras, textos e situações significativas de comunicação, evitando práticas exclusivamente mecânicas e descontextualizadas.

O desenvolvimento da consciência fonológica contempla diferentes habilidades, entre as quais se destacam:

a) RIMAS: correspondem à percepção de semelhanças sonoras entre palavras, especialmente em suas terminações. Atividades envolvendo poemas, parlendas, cantigas, quadrinhas, jogos e brincadeiras com palavras que rimam, como *coração,*

balão e canção, favorecem a atenção aos aspectos sonoros da linguagem. Essas práticas poderão ser desenvolvidas de maneira lúdica, valorizando o repertório cultural e as manifestações da tradição oral presentes nas comunidades de Acajutiba.

b) ALITERAÇÕES: envolvem a identificação de sons semelhantes ou repetidos, especialmente no início das palavras. A exploração de palavras como *pato, panela e pipoca*, bem como de trava-línguas, cantigas e jogos de identificação de sons iniciais, possibilita aos estudantes perceber semelhanças e diferenças sonoras entre as palavras. Essas atividades devem privilegiar inicialmente a escuta e a oralidade, sendo progressivamente articuladas à representação escrita.

c) CONSCIÊNCIA DE PALAVRAS: refere-se à capacidade de perceber que os enunciados orais são constituídos por palavras que podem ser identificadas e organizadas em sequências. Atividades de segmentação oral de frases, contagem de palavras, reorganização de enunciados e exploração de textos conhecidos contribuem para o desenvolvimento dessa habilidade. No Ensino Fundamental, essas experiências deverão ser articuladas à compreensão dos espaços entre palavras e das convenções de organização da escrita.

d) CONSCIÊNCIA SILÁBICA: consiste na capacidade de identificar, segmentar, comparar e manipular as sílabas que compõem as palavras. Jogos de contagem de sílabas, identificação de sílabas iniciais e finais, formação de novas palavras por substituição ou retirada de sílabas e brincadeiras com os nomes dos estudantes constituem possibilidades de intervenção pedagógica. Essas práticas contribuem para a reflexão sobre a estrutura sonora das palavras e para o desenvolvimento das habilidades necessárias à alfabetização.

e) CONSCIÊNCIA FONÊMICA: corresponde à capacidade de identificar e manipular os fonemas, unidades sonoras mínimas que permitem distinguir palavras. Atividades de comparação de palavras como *faca* e *vaca*, identificação de sons iniciais e finais, segmentação e combinação de fonemas favorecem o desenvolvimento dessa habilidade. No processo de alfabetização, essas experiências deverão ser articuladas ao ensino explícito e sistemático das relações entre fonemas e grafemas, considerando as características da língua portuguesa.

O desenvolvimento dessas habilidades não deverá ocorrer de maneira isolada ou mediante uma sequência rígida e uniforme para todos os estudantes. As práticas pedagógicas deverão considerar os conhecimentos prévios, as hipóteses de escrita, os diferentes ritmos de aprendizagem e as necessidades identificadas nas avaliações diagnósticas. Dessa forma, a consciência fonológica deverá ser trabalhada em articulação com o conhecimento das letras, a leitura e a escrita de palavras, a compreensão textual e a produção de textos.

Além da consciência fonológica, a apropriação do SEA requer o desenvolvimento de conhecimentos sobre as letras, suas diferentes formas de representação, as correspondências entre fonemas e grafemas, a organização das palavras e as convenções da escrita. O ensino desses conhecimentos deverá ocorrer de forma explícita, sistemática e progressiva, sem perder de vista as práticas sociais de leitura e escrita que conferem sentido à aprendizagem.

A leitura deverá ser desenvolvida por meio de situações que articulem a decodificação, a precisão, a fluência e a compreensão textual. Para isso, o planejamento pedagógico deverá contemplar a leitura realizada pelo professor, a leitura compartilhada, a exploração de diferentes gêneros textuais e a leitura progressivamente autônoma dos estudantes. A produção escrita, por sua vez, deverá envolver situações de escrita espontânea, produção coletiva, escrita orientada, revisão e reescrita de textos, considerando os objetivos comunicativos e os conhecimentos já construídos pelos estudantes.

Outro aspecto relevante para o processo de alfabetização e letramento refere-se ao desenvolvimento das funções executivas, compreendidas como um conjunto de processos cognitivos que contribuem para a organização e a regulação das ações, dos pensamentos e dos comportamentos. Entre seus componentes, destacam-se a memória de trabalho, o controle inibitório e a flexibilidade cognitiva, que participam de diferentes situações de aprendizagem, incluindo a realização de atividades de leitura e escrita (DIAMOND, 2013).

A memória de trabalho contribui para a manutenção e a manipulação temporária de informações necessárias à realização de tarefas; o controle inibitório favorece a regulação da atenção e das respostas diante de diferentes estímulos; e a flexibilidade

cognitiva possibilita modificar estratégias, considerar alternativas e adaptar-se a novas situações. Essas capacidades desenvolvem-se progressivamente e podem ser favorecidas por experiências educativas diversificadas, como jogos de regras, brincadeiras, atividades de investigação, resolução de problemas e situações que exijam planejamento e tomada de decisões.

Figura 2 – Funções executivas e exemplos de situações no cotidiano escolar.



Fonte: Elaborado com base em Diamond (2013)

Na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, considerando a organização da Educação Integral em Tempo Integral, o desenvolvimento dessas capacidades deverá ser favorecido por experiências pedagógicas que integrem as atividades curriculares, as oficinas de Língua Portuguesa, as práticas de leitura, as atividades artísticas, culturais e os jogos pedagógicos. A ampliação da jornada escolar deverá proporcionar oportunidades diversificadas de aprendizagem, respeitando as necessidades dos estudantes e evitando a repetição excessiva de exercícios ou a fragmentação das experiências educativas.

Nesse contexto, o trabalho pedagógico deverá considerar também a valorização da literatura infantil, das tradições orais, das manifestações culturais locais e das diferentes experiências de linguagem presentes no cotidiano dos estudantes. A

utilização de histórias, cantigas, parlendas, poemas, cordéis e outros gêneros textuais poderá favorecer o desenvolvimento da oralidade, da consciência fonológica, da compreensão leitora e da produção escrita, fortalecendo a relação entre alfabetização, letramento e identidade cultural.

A avaliação deverá constituir parte integrante do processo de alfabetização e letramento, assumindo caráter diagnóstico, formativo e contínuo. Por meio de observações, sondagens de escrita, atividades de leitura, produções textuais e outros instrumentos pedagógicos, os professores deverão identificar os conhecimentos já consolidados, acompanhar os avanços e planejar intervenções adequadas às necessidades dos estudantes. Os resultados deverão subsidiar o planejamento docente e as ações de acompanhamento desenvolvidas pelas equipes gestoras, e pela SEDUC.

Para os estudantes que não consolidarem as habilidades essenciais de alfabetização até o final do 2º ano, deverão ser asseguradas estratégias de recomposição das aprendizagens, com acompanhamento individualizado ou em pequenos grupos, conforme as necessidades identificadas. Essas ações deverão ter continuidade nos anos posteriores, considerando as especificidades dos estudantes e a necessidade de garantir condições efetivas para a progressão escolar.

A implementação dessas práticas deverá estar fundamentada nos princípios da inclusão, da equidade e do respeito à diversidade, assegurando recursos de acessibilidade, estratégias pedagógicas diferenciadas e oportunidades de participação a todos os estudantes. O planejamento deverá considerar as necessidades específicas de aprendizagem, as barreiras à participação e as diferentes condições sociais, culturais e educacionais presentes no território municipal.

Assim, a Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba reconhece que o processo de alfabetização e letramento exige a integração entre conhecimentos linguísticos, práticas sociais de leitura e escrita, desenvolvimento cognitivo, planejamento pedagógico, avaliação e intervenções sistemáticas. Seu compromisso consiste em assegurar que todas as crianças tenham oportunidades efetivas de alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, garantindo a continuidade, a consolidação e a recomposição das aprendizagens ao longo da trajetória escolar, em consonância com o RCMA e com as diretrizes nacionais vigentes.

6.1 SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA

A apropriação do SEA constitui uma aprendizagem fundamental no processo de alfabetização, pois possibilita aos estudantes compreender os princípios que organizam a representação escrita da língua portuguesa. Esse processo envolve a construção de conhecimentos sobre as letras, suas relações com os sons da fala, a organização das palavras e as convenções que orientam a leitura e a escrita.

De acordo com Morais (2012), o SEA não deve ser compreendido como um código cuja aprendizagem ocorre apenas pela memorização e associação mecânica entre letras e sons. Trata-se de um sistema de representação que exige a compreensão de suas propriedades e a reflexão sobre as relações entre a linguagem oral e a linguagem escrita. Assim, sua apropriação demanda situações de ensino planejadas, intervenções pedagógicas sistemáticas e oportunidades de reflexão sobre o funcionamento da escrita.

Na perspectiva de Soares (2020), a aprendizagem do SEA deve ocorrer de maneira articulada ao letramento, assegurando que os estudantes desenvolvam conhecimentos sobre o funcionamento da escrita e, simultaneamente, participem de práticas sociais de leitura e produção textual. Dessa forma, a alfabetização não pode restringir-se ao reconhecimento de letras, à formação de sílabas ou à escrita de palavras isoladas, devendo estar vinculada à compreensão e à utilização da língua escrita em situações significativas.

No âmbito da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba, o ensino do SEA deverá integrar as práticas pedagógicas dos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, considerando as experiências anteriores das crianças com a cultura escrita, os conhecimentos já construídos e as necessidades identificadas no acompanhamento das aprendizagens.

Na Educação Infantil, deverão ser asseguradas experiências lúdicas de aproximação com a linguagem escrita, por meio de histórias, cantigas, parlendas, jogos de linguagem, exploração de livros, reconhecimento do próprio nome e produções gráficas espontâneas. Essas práticas deverão respeitar os direitos de aprendizagem e

desenvolvimento e os campos de experiências previstos na BNCC, sem antecipar a escolarização formal própria do Ensino Fundamental (BRASIL, 2018).

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o trabalho pedagógico deverá favorecer a reflexão sobre as unidades sonoras da fala, o conhecimento das letras, a compreensão das correspondências entre fonemas e grafemas, a leitura e a escrita de palavras, frases e textos, bem como a ampliação progressiva da autonomia dos estudantes. Essas aprendizagens deverão ocorrer de maneira articulada, por meio de atividades diversificadas que considerem as especificidades da língua portuguesa e os diferentes percursos de aprendizagem.

Considerando a organização da Rede Municipal de Ensino de Acajutiba na perspectiva da Educação Integral em Tempo Integral, a apropriação do SEA poderá ser fortalecida mediante a articulação entre as atividades curriculares, as oficinas de Língua Portuguesa, os projetos de leitura e as ações de acompanhamento pedagógico. Essas experiências deverão ampliar as oportunidades de aprendizagem, evitando a repetição mecânica de exercícios e assegurando intervenções adequadas aos conhecimentos e às necessidades de cada estudante.

6.1.1 Propriedades do Sistema de Escrita Alfabética

A compreensão das propriedades do SEA é indispensável para que os estudantes avancem na aprendizagem da leitura e da escrita. Conforme Morais (2012), apropriar-se desse sistema envolve compreender um conjunto de princípios que orientam a representação gráfica das palavras e as relações entre suas unidades sonoras e escritas.

Entre os conhecimentos fundamentais a serem desenvolvidos, destacam-se:

I – Compreender que a escrita alfabética utiliza letras pertencentes a um conjunto convencional, distinto de números, desenhos e outros símbolos gráficos.

II – Reconhecer que as letras apresentam características gráficas próprias, podendo assumir diferentes formatos sem perder sua identidade.

III – Perceber que a ordem das letras nas palavras interfere em sua composição e pode modificar seus significados.

IV – Identificar que uma mesma letra pode aparecer em diferentes palavras e repetir-se em uma mesma palavra.

V – Compreender que a escrita alfabética representa aspectos sonoros da fala e não as características físicas dos objetos, seres ou situações a que as palavras se referem.

VI – Reconhecer que as palavras podem ser analisadas em unidades sonoras, incluindo sílabas e fonemas, estabelecendo progressivamente relações entre essas unidades e sua representação escrita.

VII – Compreender que as correspondências entre letras e sons apresentam regularidades, mas nem sempre ocorrem de maneira única, considerando as particularidades ortográficas da língua portuguesa.

VIII – Reconhecer que a combinação e a posição das letras nas palavras obedecem a possibilidades e restrições próprias do sistema de escrita.

IX – Identificar que as palavras podem apresentar diferentes estruturas silábicas, não se restringindo à combinação de uma consoante seguida de uma vogal.

X – Compreender progressivamente a função de convenções ortográficas, como o uso de acentos gráficos, a segmentação entre palavras e outras marcas necessárias à escrita convencional, reconhecendo e valorizando as variedades linguísticas presentes nos contextos familiares, comunitários, regionais, culturais e religiosos dos estudantes, com respeito aos seus modos de falar e às suas identidades, de modo a combater o preconceito linguístico e compreendendo, progressivamente, as relações entre a diversidade da fala e as convenções da escrita.

Esses conhecimentos deverão ser desenvolvidos por meio de situações didáticas que favoreçam a observação, a comparação, a análise e a reflexão sobre a escrita. O planejamento pedagógico poderá contemplar atividades com nomes próprios, listas, jogos de formação de palavras, alfabeto móvel, leitura de textos conhecidos, escrita espontânea e análise de semelhanças e diferenças entre palavras.

É importante que o ensino dessas propriedades não seja organizado exclusivamente como uma sequência de conteúdos isolados. As atividades deverão possibilitar que os estudantes mobilizem diferentes conhecimentos sobre o sistema de escrita, relacionando-os à leitura, à compreensão e à produção de textos.

Nesse processo, o professor deverá atuar como mediador das aprendizagens, propondo desafios adequados, formulando questionamentos e oferecendo intervenções que contribuam para a construção e a sistematização dos conhecimentos. O acompanhamento dos avanços deverá orientar a seleção de estratégias pedagógicas, considerando tanto as necessidades individuais quanto as possibilidades de aprendizagem coletiva.

6.1.2 Hipóteses de escrita e construção do conhecimento sobre a língua escrita

A aprendizagem da escrita envolve um processo de construção de conhecimentos no qual as crianças elaboram, experimentam e reformulam ideias sobre o funcionamento do SEA. Desde suas primeiras experiências com a cultura escrita, procuram compreender o que a escrita representa, como as palavras são organizadas e quais relações existem entre a fala e sua representação gráfica.

As pesquisas de Ferreiro e Teberosky (1999), fundamentadas na psicogênese da língua escrita, contribuíram para a compreensão de que as produções infantis revelam conhecimentos e hipóteses sobre o sistema de escrita. Nessa perspectiva, as escritas não convencionais podem fornecer informações importantes sobre as formas pelas quais as crianças estão interpretando e construindo conhecimentos sobre a língua escrita.

Para fins de acompanhamento pedagógico, as produções escritas poderão ser analisadas considerando diferentes formas de compreensão do sistema alfabético, frequentemente descritas como hipóteses pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética. A hipótese silábica, por sua vez, pode apresentar registros com ou sem correspondência sonora convencional.

Hipótese pré-silábica: caracteriza-se por produções nas quais o estudante ainda não estabelece uma correspondência sistemática entre as partes sonoras das palavras e as letras utilizadas para representá-las. Podem aparecer registros com diferentes quantidades de letras, critérios próprios de organização gráfica e tentativas de diferenciação entre palavras.

Hipótese silábica sem valor sonoro convencional: ocorre quando o estudante passa a estabelecer relações entre a quantidade de partes sonoras percebidas e a quantidade de caracteres utilizados, embora as letras escolhidas ainda não correspondam convencionalmente aos sons das sílabas.

Hipótese silábica com valor sonoro convencional: caracteriza-se pela utilização de letras relacionadas aos sons presentes nas sílabas, embora a escrita ainda não represente todos os fonemas que compõem as palavras.

Hipótese silábico-alfabética: manifesta-se quando o estudante combina registros orientados por uma correspondência silábica com outros que representam unidades sonoras menores, demonstrando avanços na compreensão do princípio alfabético.

Hipótese alfabética: ocorre quando o estudante compreende que a escrita alfabética representa unidades sonoras menores que as sílabas e passa a utilizar letras para representar os fonemas das palavras, ainda que apresente dificuldades relacionadas às convenções ortográficas.

Essas categorias deverão ser compreendidas como referências para a análise pedagógica das produções infantis, e não como etapas rígidas, homogêneas ou suficientes, isoladamente, para descrever todo o processo de alfabetização. Os estudantes podem apresentar conhecimentos diferentes conforme a tarefa, o contexto e as palavras utilizadas, sendo necessário considerar também suas habilidades de leitura, consciência fonológica, compreensão e produção textual.

Conforme Soares (2020), o desenvolvimento da alfabetização exige a articulação entre os conhecimentos sobre o sistema de escrita, as habilidades de leitura e escrita e as práticas de letramento. Portanto, identificar as hipóteses dos estudantes não substitui o ensino explícito e sistemático das relações entre fonemas e grafemas, tampouco dispensa a organização de situações significativas de leitura e produção textual.

Na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, o conhecimento das hipóteses de escrita deverá subsidiar o planejamento pedagógico, a organização de agrupamentos flexíveis, a seleção de atividades e a definição de intervenções diferenciadas. O professor deverá utilizar essas informações para compreender os avanços e as

necessidades dos estudantes, evitando classificações permanentes ou práticas que reduzam suas possibilidades de aprendizagem.

6.1.3 Sondagem diagnóstica da escrita

A sondagem diagnóstica constitui um instrumento de acompanhamento pedagógico que possibilita identificar os conhecimentos dos estudantes sobre o funcionamento do SEA. Sua finalidade é fornecer informações para o planejamento de intervenções adequadas, permitindo compreender como os estudantes organizam suas produções escritas e quais conhecimentos necessitam desenvolver.

Na Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba, a sondagem deverá integrar os processos de avaliação diagnóstica e formativa, especialmente no 1º e no 2º ano do Ensino Fundamental. Também poderá ser utilizada nos anos posteriores, sempre que houver necessidade de identificar conhecimentos ainda não consolidados e orientar ações de recomposição das aprendizagens.

A aplicação da sondagem deverá ocorrer de maneira planejada, respeitosa e individualizada quando necessário, evitando situações que provoquem constrangimento ou exposição dos estudantes. Os resultados deverão ser analisados conjuntamente com outras evidências de aprendizagem, como atividades de leitura, registros de escrita, observações docentes e avaliações pedagógicas.

Para sua realização, poderão ser observadas as seguintes orientações:

I – Selecionar palavras significativas para os estudantes, considerando seu repertório linguístico, as experiências escolares e os contextos socioculturais em que estão inseridos.

II – Organizar, quando pertinente, palavras pertencentes a um mesmo campo semântico, como alimentos, animais, brinquedos, objetos escolares ou elementos presentes no cotidiano das comunidades de Acajutiba.

III – Contemplar palavras com diferentes quantidades de sílabas e estruturas silábicas, de modo a ampliar as possibilidades de análise das relações estabelecidas pelos estudantes entre a fala e a escrita.

IV – Evitar que a atividade se restrinja à reprodução de palavras previamente memorizadas ou expostas em materiais disponíveis para cópia.

V – Apresentar oralmente as palavras de forma natural, sem segmentação artificial em sílabas, quando o objetivo for investigar os conhecimentos espontaneamente mobilizados pelo estudante.

VI – Propor, quando adequado, a escrita de uma frase que contenha uma das palavras utilizadas, possibilitando observar a organização da escrita e a segmentação entre palavras.

VII – Solicitar ao estudante que leia ou explique sua própria produção, respeitando suas possibilidades de comunicação, para compreender as relações que estabelece entre o que pretende escrever e o que registrou.

VIII – Registrar as produções e as observações realizadas, possibilitando a comparação dos avanços ao longo do período letivo.

IX – Utilizar os resultados para reorganizar o planejamento, propor intervenções pedagógicas e acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens.

X – Assegurar adaptações e recursos de acessibilidade quando necessários, de modo que a avaliação considere as condições de participação e expressão dos estudantes.

A sondagem diagnóstica não deverá ser utilizada como instrumento de classificação definitiva, comparação punitiva ou responsabilização individual dos estudantes por dificuldades de aprendizagem. Sua principal função consiste em orientar decisões pedagógicas e identificar possibilidades de intervenção.

A SEDUC, em articulação com as equipes gestoras, deverá orientar a utilização de instrumentos de acompanhamento das aprendizagens, favorecendo a análise coletiva dos resultados e o planejamento de ações de apoio aos professores.

As informações obtidas deverão subsidiar intervenções pedagógicas sistemáticas, com acompanhamento e reavaliações periódicas, assegurando que os estudantes tenham oportunidades de avançar na apropriação do SEA e no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

6.1.4 Diferentes formas de representação das letras: maiúscula, minúscula de imprensa e cursiva

O conhecimento das diferentes formas de representação das letras integra o processo de alfabetização, contribuindo para que os estudantes reconheçam a diversidade gráfica presente nos textos e ampliem suas possibilidades de leitura e escrita.

As letras do alfabeto podem apresentar diferentes configurações, como maiúsculas e minúsculas de imprensa e formas cursivas, mantendo sua identidade no sistema de escrita. O contato progressivo com essas representações favorece o reconhecimento das letras em livros, cartazes, materiais didáticos, textos digitais e demais suportes utilizados nas práticas sociais.

Nos momentos iniciais da alfabetização, o uso da letra maiúscula de imprensa, também denominada letra bastão, pode facilitar determinadas atividades de identificação e registro das letras, considerando suas características gráficas e as necessidades dos estudantes. Entretanto, sua utilização não deverá impedir o contato com outras formas de escrita presentes no ambiente escolar e na vida cotidiana.

A apresentação das letras minúsculas de imprensa e da escrita cursiva deverá ocorrer de maneira progressiva e contextualizada, respeitando o desenvolvimento dos estudantes, as orientações curriculares e as necessidades identificadas no processo de aprendizagem. Não se recomenda estabelecer uma transição uniforme e obrigatória para todos os estudantes em um mesmo momento do ano letivo.

O trabalho pedagógico deverá favorecer a compreensão de que uma mesma letra pode assumir diferentes formas gráficas, sem alteração de sua identidade. Para isso, poderão ser desenvolvidas atividades de comparação entre alfabetos, leitura de diferentes suportes textuais, identificação de letras em palavras conhecidas e exploração de variadas formas de registro escrito.

O ensino da escrita cursiva deverá considerar as condições de desenvolvimento motor, a legibilidade, o conforto e a funcionalidade da escrita, sem se sobrepor às aprendizagens fundamentais relacionadas à compreensão do SEA, à leitura e à produção textual.

Na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, o trabalho com as diferentes formas de representação das letras deverá assegurar acessibilidade e flexibilidade pedagógica, considerando as necessidades específicas dos estudantes e a utilização de recursos de apoio quando necessários.

Assim, a Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba estabelece que o ensino das diferentes formas gráficas das letras deverá contribuir para a ampliação das competências de leitura e escrita, respeitando os percursos individuais e valorizando a participação dos estudantes em práticas sociais de linguagem.

A apropriação do SEA deverá, portanto, ser compreendida como parte de um processo mais amplo de alfabetização e letramento, no qual a aprendizagem das propriedades da escrita, o desenvolvimento da consciência fonológica, a compreensão das relações entre fonemas e grafemas, a leitura e a produção textual se articulam continuamente. Dessa forma, busca-se assegurar que os estudantes não apenas compreendam o funcionamento da escrita alfabética, mas também desenvolvam autonomia para utilizá-la de maneira significativa em diferentes situações de comunicação e aprendizagem.

Quadro 6 – Orientações pedagógicas para a apropriação do SEA.

DIMENSÃO	APRENDIZAGENS A DESENVOLVER	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO
Conhecimento das letras	Reconhecer, nomear e diferenciar letras e suas formas gráficas.	Alfabeto móvel, jogos de identificação, nomes próprios e leitura de cartazes.
Consciência fonológica	Identificar e manipular sílabas, rimas e fonemas.	Parlendas, cantigas, jogos sonoros e comparação de palavras.
Princípio alfabético	Compreender relações entre fonemas e grafemas.	Análise e escrita de palavras, comparação de sons e letras, intervenções explícitas.
Hipóteses de escrita	Construir e revisar conhecimentos sobre a representação escrita.	Escrita espontânea, leitura da própria produção e reflexão orientada.
Convenções da escrita	Desenvolver conhecimentos sobre segmentação e regularidades ortográficas.	Leitura, revisão de palavras e textos e atividades de reflexão linguística.
Uso social da escrita	Utilizar a escrita em situações com finalidade comunicativa.	Produção de bilhetes, listas, convites, relatos e textos para

		projetos escolares.

Fonte: Elaboração própria, com base em Ferreiro e Teberosky (1999), Morais (2012), Soares (2020) e Brasil (2018).

6.2 PROCESSO DE LEITURA

A leitura constitui uma prática social, cultural e cognitiva fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes, pois possibilita a construção de conhecimentos, a ampliação do repertório linguístico e cultural, o desenvolvimento da imaginação e a participação nas diferentes situações de comunicação. Aprender a ler envolve não apenas reconhecer palavras e compreender o funcionamento do SEA, mas também atribuir sentidos aos textos, estabelecer relações com conhecimentos prévios, interpretar informações e desenvolver uma postura crítica diante das mensagens presentes nos diferentes contextos sociais.

Na perspectiva do letramento, a formação de leitores deve estar articulada às práticas sociais de utilização da linguagem escrita, considerando os diferentes gêneros textuais, suas finalidades comunicativas e os contextos em que são produzidos e circulam. Conforme Soares (2020), a alfabetização e o letramento são processos distintos, porém interdependentes, sendo necessário assegurar que a aprendizagem da leitura e da escrita ocorra em situações significativas, nas quais os estudantes compreendam tanto o funcionamento do sistema alfabético quanto os usos sociais da língua escrita.

A BNCC estabelece que, nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a alfabetização deve constituir o foco prioritário da ação pedagógica, assegurando a apropriação do SEA e o desenvolvimento progressivo das habilidades de leitura e escrita. Ao longo da escolarização, essas aprendizagens deverão ser ampliadas e aprofundadas, possibilitando a participação dos estudantes em práticas de leitura cada vez mais diversificadas e complexas (BRASIL, 2018).

No âmbito da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba, o processo de leitura deverá ser desenvolvido de maneira contínua, desde as experiências de aproximação com a cultura escrita na Educação Infantil até a

consolidação das competências leitoras ao longo do Ensino Fundamental. As práticas pedagógicas deverão considerar os conhecimentos prévios, os interesses, as necessidades e os diferentes ritmos de aprendizagem dos estudantes, em consonância com a BNCC e com o RCMA.

Na Educação Infantil, a formação de leitores deverá ocorrer por meio de experiências lúdicas e significativas, envolvendo a escuta de histórias, o manuseio de livros, a exploração de imagens, o reconto de narrativas, a apreciação de poemas, cantigas, parlendas e outros gêneros da tradição oral e escrita. Essas práticas deverão favorecer a ampliação do vocabulário, o desenvolvimento da oralidade, da imaginação e da compreensão da função social da leitura, respeitando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e os campos de experiências previstos na BNCC.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no 1º e no 2º ano, o ensino da leitura deverá articular o desenvolvimento da consciência fonológica, o conhecimento das correspondências entre fonemas e grafemas, a decodificação, o reconhecimento progressivamente automáticos de palavras, a fluência e a compreensão leitora. Essas dimensões deverão ser trabalhadas de maneira integrada, considerando que o desenvolvimento da autonomia na leitura depende tanto da apropriação do sistema alfabético quanto da construção de sentidos.

A decodificação corresponde à capacidade de relacionar as representações gráficas das palavras às unidades sonoras da língua, constituindo uma aprendizagem essencial para a leitura autônoma. Seu desenvolvimento deverá ocorrer por meio de atividades sistemáticas e contextualizadas, que possibilitem aos estudantes reconhecer letras, compreender relações entre fonemas e grafemas e realizar a leitura progressiva de palavras, frases e textos.

A fluência leitora envolve a capacidade de ler com precisão, ritmo e expressividade adequados às características do texto e ao nível de desenvolvimento do estudante. Seu aprimoramento contribui para que a atenção seja progressivamente direcionada à compreensão do conteúdo lido. Para isso, deverão ser desenvolvidas práticas como leitura compartilhada, leitura orientada, releitura de textos conhecidos, leitura em voz alta e outras situações que favoreçam a ampliação da autonomia leitora, evitando a utilização da velocidade como único indicador de aprendizagem.

A compreensão leitora, por sua vez, envolve a construção de sentidos a partir da interação entre o leitor, o texto e o contexto. Conforme Solé (1998), a leitura exige a mobilização de estratégias que possibilitem estabelecer objetivos, ativar conhecimentos prévios, formular antecipações, realizar inferências e verificar a compreensão durante o contato com o texto.

Nessa perspectiva, o trabalho pedagógico deverá contemplar diferentes estratégias de leitura, entre as quais se destacam:

a) DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS DE LEITURA: consiste em compreender as finalidades da atividade leitora, identificando se o texto será lido para obter informações, aprender sobre determinado assunto, seguir orientações, apreciar uma obra literária ou realizar outras ações. O professor deverá apresentar situações que possibilitem aos estudantes reconhecer diferentes propósitos de leitura.

b) ANTECIPAÇÃO E FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES: envolve a elaboração de previsões sobre o conteúdo do texto a partir de elementos como título, imagens, gênero textual, conhecimentos prévios e informações iniciais. Essas hipóteses deverão ser retomadas durante e após a leitura, permitindo sua confirmação ou reformulação.

c) SELEÇÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES: refere-se à capacidade de identificar elementos importantes para alcançar os objetivos de leitura, distinguindo informações centrais de detalhes complementares, conforme a natureza e a finalidade do texto.

d) REALIZAÇÃO DE INFERÊNCIAS: consiste em construir sentidos que não estão expressos diretamente no texto, relacionando informações apresentadas pelo autor aos conhecimentos e às experiências do leitor. Essa estratégia favorece a compreensão de relações, intenções e significados implícitos.

e) VERIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DA COMPREENSÃO: envolve acompanhar a construção de sentidos durante a leitura, identificar dúvidas, retomar trechos, reformular interpretações e utilizar estratégias que contribuam para superar dificuldades de compreensão.

Essas estratégias deverão ser desenvolvidas de maneira articulada, por meio de intervenções pedagógicas que incentivem os estudantes a formular perguntas,

compartilhar interpretações, justificar respostas, estabelecer relações entre textos e refletir sobre o que leem.

O professor desempenha papel fundamental nesse processo, atuando como mediador e referência de práticas leitoras. A leitura realizada pelo docente, acompanhada de questionamentos, comentários e momentos de interação, possibilita que os estudantes tenham acesso a textos cuja complexidade ainda ultrapassa sua capacidade de leitura autônoma, ampliando as oportunidades de compreensão, apreciação e construção de conhecimentos.

A literatura infantil deverá ocupar lugar de destaque nas práticas de formação de leitores, contribuindo para o desenvolvimento da sensibilidade, da imaginação, da criatividade e da ampliação do repertório cultural. Conforme Cosson (2014), o letramento literário envolve experiências de leitura que favorecem a construção compartilhada de sentidos e a participação dos sujeitos no universo da literatura.

Na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, as práticas de leitura deverão valorizar a diversidade de gêneros textuais e manifestações culturais, contemplando canções, contos, fábulas, poemas, cordéis, parlendas, notícias, bilhetes, convites, receitas, histórias em quadrinhos, textos informativos e produções relacionadas às experiências das comunidades locais. Essa diversidade deverá possibilitar que os estudantes reconheçam a presença da leitura em diferentes espaços e compreendam sua importância para a vida cotidiana.

Considerando a organização da Educação Integral em Tempo Integral, o desenvolvimento das competências leitoras deverá ser fortalecido mediante a articulação entre as atividades curriculares, as oficinas de Língua Portuguesa, os projetos de leitura, as bibliotecas e os demais espaços educativos. A ampliação da jornada escolar deverá favorecer experiências diversificadas de leitura, incluindo rodas literárias, contação de histórias, leitura compartilhada, atividades de pesquisa, produção de registros e socialização de interpretações.

A participação das famílias também deverá ser incentivada por meio de estratégias que fortaleçam o vínculo entre escola e comunidade, como empréstimo de livros, propostas de leitura em família, encontros literários e outras ações que ampliem

o acesso à cultura escrita, respeitando as diferentes condições e possibilidades de participação dos responsáveis.

A avaliação da leitura deverá ocorrer de maneira diagnóstica, formativa e contínua, contemplando aspectos relacionados ao conhecimento do sistema alfabético, à decodificação, à precisão, à fluência e à compreensão textual. Os resultados deverão subsidiar o planejamento de intervenções pedagógicas diferenciadas, considerando os avanços e as necessidades dos estudantes.

Para aqueles que apresentarem dificuldades persistentes na aprendizagem da leitura, inclusive nos anos posteriores ao ciclo de alfabetização, deverão ser asseguradas estratégias de recomposição das aprendizagens, com acompanhamento sistemático e atividades adequadas às habilidades ainda não consolidadas. Essas intervenções deverão preservar o acesso dos estudantes a textos significativos e às práticas sociais de leitura, evitando que o atendimento se restrinja à repetição de exercícios de decodificação.

Assim, a Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba reconhece a formação de leitores como compromisso permanente da Rede Municipal de Ensino, buscando assegurar que todos os estudantes desenvolvam competências para ler, compreender, interpretar e utilizar diferentes textos com autonomia, criticidade e participação nas práticas sociais.

6.3 PRODUÇÃO TEXTUAL

A produção textual constitui uma prática de linguagem essencial ao processo de alfabetização e letramento, pois possibilita aos estudantes expressar ideias, sentimentos, conhecimentos e experiências, utilizando a escrita para interagir, registrar informações, comunicar-se e participar de diferentes situações sociais. Sua aprendizagem envolve a apropriação progressiva do SEA, o conhecimento das características dos gêneros textuais e o desenvolvimento de capacidades relacionadas ao planejamento, à organização, à revisão e à circulação dos textos.

Na perspectiva de Soares (2020), a aprendizagem da escrita deve ocorrer de maneira articulada às práticas sociais de linguagem, assegurando que os estudantes

compreendam não apenas como escrever, mas também para que, para quem e em quais situações se escreve. Dessa forma, a produção textual não deve ser compreendida como atividade restrita à reprodução de palavras e frases ou ao domínio das convenções ortográficas, mas como uma prática de construção e comunicação de sentidos.

A BNCC orienta que o ensino de Língua Portuguesa contemple práticas de produção de textos vinculadas a diferentes campos de atuação e situações comunicativas, considerando os interlocutores, as finalidades, os suportes e as características dos gêneros textuais. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, essas aprendizagens deverão ocorrer de maneira progressiva, articulando o desenvolvimento das habilidades de escrita às experiências de oralidade, leitura e análise linguística (BRASIL, 2018).

No âmbito da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba, a produção textual deverá integrar as práticas pedagógicas desde a Educação Infantil, respeitando as especificidades dessa etapa, e ser sistematicamente ampliada nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O planejamento deverá considerar os conhecimentos prévios, as experiências socioculturais, as necessidades de aprendizagem e as diferentes formas de expressão dos estudantes.

Na Educação Infantil, as experiências relacionadas à produção de textos deverão ocorrer por meio de situações lúdicas e significativas, como reconto de histórias, criação de narrativas orais, elaboração coletiva de bilhetes, produção de listas com a mediação do professor, registros gráficos, desenhos e escritas espontâneas. Nessas situações, as crianças deverão ser incentivadas a expressar suas ideias e a compreender que a escrita possui funções comunicativas, sem que seja exigido o domínio convencional do sistema alfabético.

A atuação do professor como escriba constitui uma estratégia importante nesse processo, pois permite que as crianças participem da elaboração de textos, organizem oralmente suas ideias, acompanhem o registro escrito e reflitam sobre as relações entre a linguagem oral e a escrita. Essas experiências contribuem para ampliar o repertório linguístico e favorecer a compreensão de características próprias da linguagem escrita.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, especialmente durante o ciclo de alfabetização, a produção textual deverá ocorrer de maneira articulada à apropriação do SEA, assegurando que os estudantes tenham oportunidades de escrever desde o início do processo, mesmo quando suas produções ainda apresentarem registros não convencionais.

As contribuições de Ferreiro e Teberosky (1999) demonstram a importância de compreender as produções infantis como manifestações dos conhecimentos que os estudantes constroem sobre a escrita. Assim, as escritas espontâneas deverão ser valorizadas como oportunidades de aprendizagem e de investigação pedagógica, possibilitando ao professor identificar conhecimentos, propor desafios e realizar intervenções que favoreçam o avanço na compreensão do sistema alfabético.

O trabalho com a produção textual deverá considerar a diversidade de gêneros presentes nas práticas sociais, como bilhetes, convites, listas, receitas, relatos, histórias, poemas, cartas, notícias e textos informativos. A escolha desses gêneros deverá estar relacionada aos objetivos de aprendizagem, às experiências dos estudantes e às situações comunicativas propostas no planejamento pedagógico.

Conforme Geraldi (1997), a produção de textos na escola ganha significado quando o estudante tem o que dizer, uma razão para dizer, um interlocutor a quem se dirigir e possibilidades de constituir-se como sujeito de seu próprio discurso. Nessa perspectiva, as atividades de escrita deverão apresentar finalidades comunicativas compreensíveis, evitando propostas centradas exclusivamente na produção de textos destinados à correção pelo professor.

Para favorecer o desenvolvimento progressivo da autonomia dos estudantes, as práticas pedagógicas deverão contemplar diferentes modalidades de produção textual, entre as quais se destacam:

a) PRODUÇÃO COLETIVA: ocorre quando os estudantes participam da elaboração de um texto em grupo, com a mediação do professor, que poderá atuar como escriba. Essa prática possibilita discutir ideias, selecionar informações, organizar a sequência textual, escolher palavras e refletir sobre as características do gênero produzido.

b) PRODUÇÃO COLABORATIVA: envolve a elaboração de textos em duplas ou pequenos grupos, favorecendo a troca de conhecimentos, a negociação de ideias, a revisão compartilhada e a construção conjunta de estratégias de escrita. Os agrupamentos deverão ser organizados de maneira flexível, considerando os objetivos pedagógicos e as necessidades dos estudantes.

c) PRODUÇÃO INDIVIDUAL: consiste na elaboração de textos pelo próprio estudante, com diferentes níveis de autonomia e apoio pedagógico. Essa modalidade permite acompanhar a progressão das aprendizagens relacionadas à organização das ideias, à construção de sentidos, à apropriação do sistema alfabético e ao uso das convenções da escrita.

Essas modalidades não deverão ser compreendidas como etapas rígidas ou excludentes, podendo ser utilizadas de maneira complementar ao longo do processo de alfabetização e letramento.

O ensino da produção textual deverá contemplar, de maneira progressiva, os processos de planejamento, textualização, revisão, reescrita e socialização dos textos. Essas ações deverão ser desenvolvidas de acordo com as possibilidades dos estudantes e as características dos gêneros trabalhados.

I) O planejamento do texto envolve a definição da finalidade comunicativa, do interlocutor, do assunto e das informações que serão apresentadas. Nessa etapa, o professor poderá utilizar conversas orientadas, leitura de textos de referência, organização de ideias e registros coletivos.

II) A textualização corresponde ao momento de elaboração do texto, no qual os estudantes mobilizam conhecimentos sobre a língua escrita, o gênero textual e as formas de organização das ideias. Durante essa atividade, deverão ser asseguradas intervenções pedagógicas que favoreçam a progressiva autonomia na escrita.

III) A revisão e a reescrita constituem oportunidades de reflexão sobre o texto produzido, considerando a clareza das informações, a organização das ideias, a adequação à finalidade comunicativa e, progressivamente, as convenções ortográficas e gramaticais. A revisão deverá ser compreendida como parte do processo de aprendizagem, e não apenas como correção de erros.

IV) A socialização dos textos possibilita que as produções tenham interlocutores e finalidades reais, por meio de murais, livros coletivos, apresentações, exposições, correspondências, publicações escolares e outras formas de circulação. Essas experiências contribuem para que os estudantes reconheçam o valor social da escrita e desenvolvam maior envolvimento com as atividades de produção textual.

Na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, as práticas de produção textual deverão valorizar as experiências, os conhecimentos e as manifestações culturais dos estudantes, possibilitando a elaboração de textos relacionados à vida escolar, às famílias, às comunidades e às tradições locais. A produção de relatos, histórias, poemas, cordéis, entrevistas, notícias e registros de projetos poderá contribuir para fortalecer a identidade cultural e ampliar as oportunidades de participação nas práticas sociais de escrita.

Considerando a Educação Integral em Tempo Integral, a produção textual deverá ser desenvolvida de maneira interdisciplinar, articulando as atividades curriculares às oficinas pedagógicas, aos projetos de leitura, às práticas artísticas e culturais e às experiências investigativas realizadas nas unidades escolares. Essa articulação deverá favorecer situações de escrita relacionadas às diferentes áreas do conhecimento, ampliando as possibilidades de utilização da linguagem escrita em contextos significativos.

A avaliação da produção textual deverá assumir caráter diagnóstico, formativo e contínuo, considerando os conhecimentos dos estudantes sobre o SEA, a organização das ideias, a adequação ao gênero textual, a finalidade comunicativa e a progressiva utilização das convenções da escrita. Os critérios avaliativos deverão respeitar o nível de aprendizagem e os objetivos propostos para cada atividade.

Os registros das produções escritas, organizados em portfólios ou outros instrumentos de acompanhamento, poderão subsidiar a análise da progressão das aprendizagens, a identificação de dificuldades e o planejamento de intervenções pedagógicas. A comparação entre produções realizadas em diferentes momentos deverá contribuir para reconhecer os avanços individuais e orientar novas oportunidades de aprendizagem.

Para os estudantes que apresentarem dificuldades persistentes na produção escrita, inclusive nos anos posteriores ao ciclo de alfabetização, deverão ser asseguradas estratégias de recomposição das aprendizagens, contemplando atividades de reflexão sobre o sistema alfabético, ampliação do repertório linguístico, planejamento de textos, escrita orientada e revisão, conforme as necessidades identificadas.

As práticas de produção textual deverão, ainda, assegurar condições de acessibilidade e participação a todos os estudantes, mediante a utilização de recursos pedagógicos diversificados, tecnologias assistivas, formas alternativas de registro e estratégias diferenciadas de mediação, quando necessárias.

Assim, a Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba reconhece a produção textual como dimensão fundamental do processo de alfabetização e letramento, assumindo o compromisso de assegurar que todos os estudantes desenvolvam, progressivamente, a capacidade de produzir textos com sentido, finalidade comunicativa e crescente autonomia, utilizando a escrita como instrumento de expressão, aprendizagem, participação social e exercício da cidadania.

Quadro 7 - Dimensões essenciais da leitura e da produção textual.

DIMENSÃO	APRENDIZAGENS PRIORITÁRIAS	POSSIBILIDADES DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
Decodificação	Relacionar letras e sons e reconhecer palavras escritas.	Jogos de leitura, análise de palavras e leitura orientada.
Fluência leitora	Ler com precisão, ritmo e expressividade progressivos.	Leitura compartilhada, releitura e leitura em voz alta.
Compreensão leitora	Localizar informações, inferir, interpretar e construir sentidos.	Rodas de leitura, perguntas interpretativas e discussão de textos.
Leitura literária	Desenvolver repertório, imaginação e apreciação estética.	Contação de histórias, leitura de poemas, cordéis e livros literários.
Planejamento textual	Identificar finalidade, interlocutor e organização das ideias.	Conversas orientadas, análise de modelos e planejamento coletivo.

Produção escrita	Elaborar textos adequados às situações comunicativas.	Escrita espontânea, coletiva, colaborativa e individual.
Revisão e reescrita	Refletir sobre a clareza, a organização e as convenções da escrita.	Revisão orientada, comparação de versões e reescrita.
Circulação dos textos	Compreender e vivenciar a função social da escrita.	Murais, livros coletivos, jornais e exposições escolares.

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil (2018), Soares (2020), Solé (1998), Cosson (2014) e Geraldi (1997).

7 PRÁTICAS ESSENCIAIS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A garantia do direito à alfabetização e ao letramento exige a organização de práticas pedagógicas intencionais, sistemáticas, inclusivas e articuladas às necessidades de aprendizagem dos estudantes. Essas práticas devem possibilitar a apropriação do SEA, o desenvolvimento da leitura, da compreensão e da produção textual, bem como a participação em situações sociais que envolvam o uso da linguagem escrita.

Na perspectiva de Soares (2020), alfabetização e letramento constituem processos distintos, porém interdependentes, que precisam ser desenvolvidos de maneira integrada. Desse modo, a organização do trabalho pedagógico deve contemplar tanto o ensino explícito e sistemático dos conhecimentos necessários à aprendizagem da leitura e da escrita quanto a participação dos estudantes em práticas sociais significativas de linguagem.

A Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba estabelece que as práticas pedagógicas deverão estar fundamentadas na BNCC, articuladas ao RCMA e aos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares, considerando as especificidades da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e as necessidades de recomposição das aprendizagens nos anos posteriores.

A organização dessas práticas deverá considerar as características socioculturais das comunidades atendidas pela Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, valorizando os conhecimentos prévios, as experiências familiares, as manifestações

culturais e as diferentes formas de interação dos estudantes com a linguagem oral e escrita.

Nesse contexto, o planejamento da rotina, a organização do ambiente alfabetizador, a utilização de materiais pedagógicos, a promoção da equidade, o acompanhamento pedagógico, a avaliação e a recomposição das aprendizagens constituem dimensões complementares e indissociáveis do trabalho educativo.

7.1 A ROTINA NO PLANEJAMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A organização da rotina pedagógica constitui um elemento fundamental para assegurar a continuidade, a intencionalidade e a progressão das aprendizagens. Por meio do planejamento, o professor estabelece objetivos, seleciona conteúdos e experiências, organiza tempos e espaços, define estratégias de ensino e prevê formas de acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes.

O planejamento deverá considerar as orientações da BNCC, do RCMA e dos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares, articulando os objetivos de aprendizagem às necessidades identificadas nas avaliações diagnósticas e formativas.

Conforme Soares (2020), o ensino da alfabetização exige organização sistemática e progressiva das aprendizagens, contemplando os conhecimentos sobre o SEA e as práticas de leitura e produção textual. Assim, a rotina pedagógica deverá assegurar oportunidades frequentes de reflexão sobre a língua escrita, sem restringir o processo de alfabetização à repetição de exercícios mecânicos.

Na Educação Infantil, a organização da rotina deverá respeitar os eixos estruturantes das interações e brincadeiras, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiências estabelecidos pela BNCC. O planejamento deverá contemplar situações que favoreçam a exploração, a participação, a convivência, a expressão e a construção de conhecimentos, considerando as necessidades e os interesses das crianças.

Entre as experiências que poderão integrar a rotina da Educação Infantil, destacam-se:

a) BRINCADEIRAS E EXPERIÊNCIAS DE LIVRE ESCOLHA: situações organizadas em ambientes acessíveis e estimulantes, nas quais as crianças possam explorar materiais, interagir com seus pares, tomar decisões e desenvolver a autonomia.

b) EXPERIÊNCIAS MEDIADAS PELO PROFESSOR: propostas planejadas para ampliar o repertório cultural, artístico, literário e linguístico das crianças, por meio de contação de histórias, cantigas, parlendas, jogos, brincadeiras, dramatizações e exploração de diferentes materiais.

c) EXPERIÊNCIAS COLETIVAS DE INVESTIGAÇÃO E EXPRESSÃO: situações que favoreçam a formulação de perguntas, a observação, a comunicação de descobertas, a escuta e a construção compartilhada de conhecimentos.

d) MOMENTOS DE CUIDADO, ACOLHIMENTO E CONVIVÊNCIA: experiências relacionadas à alimentação, higiene, descanso, organização dos espaços e interações cotidianas, reconhecidas como dimensões integrantes do processo educativo.

Essas experiências deverão ocorrer de maneira articulada, respeitando o desenvolvimento infantil e evitando a antecipação de exigências formais de alfabetização próprias do Ensino Fundamental.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no 1º e no 2º ano, a rotina pedagógica deverá assegurar o desenvolvimento sistemático das habilidades relacionadas à alfabetização e ao letramento, articulando atividades de oralidade, consciência fonológica, conhecimento das letras, apropriação do SEA, leitura, compreensão e produção textual.

A organização do trabalho pedagógico poderá contemplar:

a) ATIVIDADES PERMANENTES: práticas realizadas com regularidade, como leitura diária pelo professor, rodas de conversa, exploração de textos, leitura compartilhada, escrita de palavras e textos, jogos de linguagem e atividades de reflexão sobre o sistema alfabético.

b) SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS: conjuntos de atividades organizadas progressivamente, com objetivos definidos, que possibilitem aprofundar conhecimentos e desenvolver habilidades específicas de leitura e escrita.

c) PROJETOS DE LETRAMENTO: propostas que articulem diferentes práticas de linguagem em torno de finalidades sociais, como a produção de livros, jornais, murais, convites, relatos, entrevistas e outras produções destinadas a interlocutores reais.

d) INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS DIFERENCIADAS: atividades planejadas a partir das necessidades identificadas no acompanhamento das aprendizagens, envolvendo mediação individualizada, agrupamentos flexíveis e utilização de recursos diversificados.

e) ATIVIDADES DE SISTEMATIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO: situações que favoreçam a retomada, a ampliação e a aplicação dos conhecimentos construídos, possibilitando verificar avanços e identificar novas necessidades de aprendizagem.

Na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, considerando a organização da Educação Integral em Tempo Integral, a rotina deverá promover a articulação entre as atividades curriculares e as oficinas pedagógicas, especialmente aquelas relacionadas à Língua Portuguesa, à Matemática, à literatura, às artes e à cultura.

A ampliação da jornada escolar deverá contribuir para diversificar as experiências educativas e ampliar as oportunidades de aprendizagem, evitando a simples repetição de conteúdos e atividades entre os diferentes períodos.

O planejamento deverá ser desenvolvido de maneira articulada entre professores, oficineiros, supervisores, coordenadores pedagógicos e gestores, assegurando momentos de estudo, reflexão sobre as práticas, análise das aprendizagens e replanejamento das intervenções.

7.2 A ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE ALFABETIZADOR

O ambiente alfabetizador constitui uma dimensão importante do processo de alfabetização e letramento, pois favorece o contato dos estudantes com diferentes manifestações da linguagem escrita e amplia as possibilidades de interação, investigação e construção de conhecimentos.

Sua organização deve ultrapassar a simples exposição de letras, palavras e cartazes, compreendendo a criação de espaços nos quais a leitura e a escrita estejam

presentes em situações significativas e sejam utilizadas com diferentes finalidades comunicativas.

De acordo com Soares (2020), a aprendizagem da escrita deve estar articulada às práticas sociais de leitura e produção textual. Nessa perspectiva, o ambiente alfabetizador deverá possibilitar que os estudantes observem, explorem, consultem, produzam e utilizem textos, reconhecendo a função social da linguagem escrita.

Na Educação Infantil, os espaços deverão favorecer a exploração de livros, imagens, histórias, materiais gráficos, jogos simbólicos e diferentes formas de expressão, respeitando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos na BNCC. A presença da cultura escrita deverá ocorrer de maneira contextualizada, sem transformar o ambiente em espaço de antecipação de exercícios formais de alfabetização.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o ambiente alfabetizador deverá contribuir para a apropriação do SEA e para o desenvolvimento das práticas de leitura e escrita, oferecendo recursos que possam ser utilizados pelos estudantes durante as atividades pedagógicas.

Entre os elementos que poderão compor esse ambiente, destacam-se o alfabeto de referência, os nomes dos estudantes, calendários, listas, quadros de rotina, murais de produções, textos literários, materiais de consulta, jogos de linguagem e acervos de livros adequados às diferentes necessidades e interesses.

A seleção e a disposição desses materiais deverão estar relacionadas aos objetivos de aprendizagem e às experiências desenvolvidas, evitando o excesso de informações visuais e a utilização de recursos meramente decorativos.

A participação dos estudantes na organização e na atualização do ambiente alfabetizador deverá ser incentivada, possibilitando que contribuam com suas produções, escolhas e registros, fortalecendo o sentimento de pertencimento e o protagonismo nas práticas de leitura e escrita.

Na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, a organização dos ambientes alfabetizadores deverá considerar as condições físicas e os recursos disponíveis em cada unidade escolar, assegurando que os materiais sejam acessíveis, funcionais e adequados às características dos estudantes.

Os espaços de leitura poderão ser organizados nas salas de aula, bibliotecas, cantinhos de leitura e demais ambientes educativos, de acordo com as possibilidades das unidades escolares. Projetos como a Biblioteca Itinerante poderão contribuir para ampliar a circulação de livros e o acesso às experiências literárias.

A valorização das produções dos estudantes, da literatura infantil, dos cordéis, das manifestações culturais e dos textos relacionados ao cotidiano das comunidades locais deverá integrar a organização desses espaços, favorecendo o reconhecimento da diversidade cultural e linguística.

O ambiente alfabetizador deverá, ainda, contemplar princípios de acessibilidade, oferecendo recursos visuais, táteis, sonoros, digitais e outras formas de apoio quando necessárias, de modo a assegurar a participação de todos os estudantes.

7.3 O USO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A utilização de materiais pedagógicos diversificados constitui um recurso importante para o desenvolvimento das aprendizagens, desde que esteja vinculada a objetivos claros, ao planejamento docente e às necessidades dos estudantes.

Os materiais utilizados no processo de alfabetização e letramento deverão favorecer a apropriação do SEA, o desenvolvimento da consciência fonológica, a leitura, a compreensão textual e a produção escrita, possibilitando diferentes formas de interação com os conhecimentos.

Conforme Morais (2012), a aprendizagem do sistema alfabético exige oportunidades de reflexão sobre suas propriedades e sobre as relações entre as unidades sonoras da fala e sua representação escrita. Nesse sentido, jogos, alfabetos móveis, fichas de palavras, textos conhecidos e outros materiais poderão contribuir para o desenvolvimento dessas aprendizagens, desde que utilizados mediante intervenções pedagógicas intencionais.

Na perspectiva de Soares (2020), os recursos pedagógicos deverão também favorecer o contato com diferentes gêneros textuais e situações reais de comunicação, assegurando que o ensino do sistema alfabético esteja articulado às práticas de letramento.

O planejamento poderá contemplar livros literários, materiais didáticos, jogos de linguagem, alfabetos móveis, cartazes, fichas de leitura, recursos manipuláveis, materiais produzidos pelos professores e estudantes, tecnologias digitais e outros instrumentos adequados às aprendizagens pretendidas.

A escolha dos materiais deverá considerar sua qualidade pedagógica, adequação à faixa etária, acessibilidade, pertinência curricular, diversidade cultural e possibilidades de utilização pelos estudantes.

Na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, a SEDUC deverá orientar e apoiar a seleção, a disponibilização e a utilização de materiais pedagógicos, em articulação com as equipes gestoras, professores e oficineiros.

Os materiais disponibilizados por programas federais e estaduais, quando recebidos pela rede, deverão ser integrados ao planejamento pedagógico, observando sua adequação às orientações curriculares e às necessidades de aprendizagem.

A produção de materiais contextualizados também deverá ser incentivada, valorizando experiências, manifestações culturais e situações do cotidiano municipal, sem restringir o acesso dos estudantes à diversidade de conhecimentos e textos presentes na sociedade.

A utilização de recursos digitais deverá ocorrer de maneira planejada, crítica e adequada à faixa etária, complementando as experiências de leitura e escrita e respeitando as condições de acesso das unidades escolares.

Os materiais pedagógicos não substituem a mediação docente. Sua efetividade depende da intencionalidade do professor, da qualidade das intervenções e da avaliação contínua dos avanços e das dificuldades dos estudantes.

7.4 A EQUIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

A equidade educacional constitui um princípio fundamental da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba, orientando a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições sociais, econômicas, culturais, territoriais ou de suas necessidades específicas de apoio.

Promover a equidade significa reconhecer que os estudantes apresentam diferentes experiências, conhecimentos, condições de acesso e necessidades de aprendizagem, exigindo da escola a organização de estratégias pedagógicas que assegurem oportunidades efetivas de participação e desenvolvimento.

A igualdade de direitos não pressupõe a oferta de práticas idênticas para todos, mas a disponibilização de condições e apoios adequados para que cada estudante possa avançar em seu percurso de aprendizagem.

A Lei Federal nº 15.247/2025, que estabelece o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, reafirma a promoção da equidade educacional e o enfrentamento das desigualdades como princípios e diretrizes da política de alfabetização. Nesse sentido, a Rede Municipal de Ensino de Acajutiba deverá desenvolver práticas pedagógicas que considerem a diversidade dos estudantes, incluindo aqueles com deficiência, transtornos do desenvolvimento, dificuldades persistentes de aprendizagem e outras condições que demandem estratégias específicas de apoio.

A organização do trabalho pedagógico deverá buscar a identificação e a redução das barreiras que dificultam o acesso ao currículo, a participação nas atividades e a consolidação das aprendizagens. Entre as abordagens que podem contribuir para a organização de práticas inclusivas, destaca-se o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe a diversificação das formas de apresentação dos conhecimentos, de participação dos estudantes e de expressão das aprendizagens. Essa abordagem poderá orientar o planejamento pedagógico a partir de três dimensões complementares:

a) Múltiplas formas de representação: disponibilização dos conhecimentos por diferentes meios, como textos, imagens, recursos sonoros, materiais concretos, tecnologias assistivas e explicações orais, considerando as necessidades de acesso e compreensão dos estudantes.

b) Múltiplas formas de ação e expressão: utilização de diferentes possibilidades para que os estudantes participem das atividades e demonstrem suas aprendizagens, incluindo produções escritas, apresentações orais, recursos visuais, registros digitais e outras formas acessíveis de comunicação.

c) Múltiplas formas de engajamento: organização de experiências que considerem os interesses, os conhecimentos prévios e as necessidades dos estudantes, favorecendo a motivação, a autonomia, a participação e o envolvimento com as atividades pedagógicas.

A adoção dessas estratégias não deverá resultar na redução indiscriminada das expectativas de aprendizagem, mas na diversificação dos caminhos e recursos necessários para assegurar o acesso aos conhecimentos essenciais.

Na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, as ações de equidade deverão contemplar o acompanhamento das diferenças de aprendizagem entre escolas, turmas e grupos de estudantes, permitindo identificar necessidades e orientar a distribuição de recursos e apoios pedagógicos.

O trabalho desenvolvido pelas unidades escolares deverá articular-se, quando necessário, aos profissionais e serviços de apoio educacional disponíveis na rede, incluindo o Atendimento Educacional Especializado e os serviços de apoio multiprofissional, respeitadas suas atribuições.

A valorização das identidades culturais, das relações étnico-raciais e das diferentes experiências sociais deverá integrar as práticas de alfabetização e letramento, assegurando a presença de textos, autores, narrativas e materiais que representem a diversidade da população brasileira e das comunidades locais.

A participação das famílias deverá ser incentivada por meio de ações de diálogo, acolhimento e orientação, reconhecendo que as diferentes condições de vida não podem constituir justificativa para a exclusão ou para a redução das oportunidades de aprendizagem.

Assim, a promoção da equidade deverá constituir responsabilidade compartilhada entre a SEDUC, as equipes gestoras, os professores e os demais profissionais envolvidos no processo educativo.

7.5 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

O acompanhamento pedagógico constitui uma ação contínua e sistemática destinada a fortalecer as práticas de ensino, monitorar o desenvolvimento das

aprendizagens e subsidiar decisões que contribuam para a melhoria da qualidade da alfabetização e do letramento.

Sua finalidade consiste em apoiar o trabalho docente, identificar necessidades de formação, acompanhar a implementação das propostas curriculares e orientar intervenções pedagógicas adequadas às características dos estudantes e das unidades escolares.

Na Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba, o acompanhamento pedagógico deverá ocorrer de maneira articulada entre a SEDUC, a Diretoria de Planejamento Pedagógico, as equipes gestoras, e os professores. Esse processo deverá fundamentar-se na análise de evidências de aprendizagem, na observação das práticas pedagógicas, no diálogo profissional e na construção coletiva de estratégias para superar as dificuldades identificadas.

Entre as ações de acompanhamento pedagógico, destacam-se:

I – Realizar reuniões periódicas de planejamento e alinhamento entre a equipe técnica da SEDUC e as equipes gestoras das unidades escolares.

II – Acompanhar a implementação das práticas de alfabetização e letramento, considerando as orientações curriculares, os objetivos de aprendizagem e as necessidades dos estudantes.

III – Analisar os planejamentos docentes e contribuir para a organização de estratégias pedagógicas que contemplem o ensino sistemático do SEA, a leitura e a produção textual.

IV – Promover momentos de observação e reflexão sobre as práticas pedagógicas, com devolutivas formativas aos professores e às equipes escolares.

V – Orientar a utilização de instrumentos de avaliação diagnóstica e formativa, favorecendo a identificação dos avanços e das dificuldades de aprendizagem.

VI – Acompanhar os registros das aprendizagens e subsidiar a organização de intervenções pedagógicas diferenciadas.

VII – Promover estudos e momentos de formação em serviço, considerando as necessidades identificadas no acompanhamento das práticas e dos resultados.

VIII – Apoiar a interpretação dos resultados das avaliações internas e externas, articulando-os ao planejamento e às ações de recomposição das aprendizagens.

IX – Incentivar o compartilhamento de experiências pedagógicas exitosas entre professores e unidades escolares, respeitando as diferentes realidades e contextos educacionais.

X – Acompanhar a implementação das ações previstas nos planos de intervenção pedagógica, avaliando seus resultados e orientando os ajustes necessários.

O acompanhamento pedagógico deverá assumir caráter formativo, colaborativo e orientador, evitando práticas exclusivamente fiscalizadoras ou centradas na responsabilização individual dos profissionais. Os dados educacionais deverão ser utilizados para identificar necessidades, orientar decisões e fortalecer o trabalho coletivo, sem promover mecanismos de comparação ou ranqueamento punitivo entre escolas, professores ou estudantes.

Na Rede Municipal de Ensino, o acompanhamento deverá considerar a organização da Educação Integral em Tempo Integral, buscando fortalecer a articulação entre as atividades curriculares, as oficinas pedagógicas e as ações de recomposição das aprendizagens.

A sistematização das informações deverá contribuir para a elaboração de diagnósticos, o estabelecimento de prioridades, a definição de estratégias de apoio e a avaliação contínua da implementação da Política Municipal de Alfabetização.

7.6 AVALIAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO

A avaliação constitui parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, devendo ser compreendida como uma prática contínua de investigação, acompanhamento e reflexão sobre o desenvolvimento dos estudantes e a efetividade das intervenções pedagógicas.

Na perspectiva de Hoffmann (2014), a avaliação mediadora contribui para compreender os percursos de aprendizagem e orientar intervenções que favoreçam o desenvolvimento dos estudantes. Dessa forma, avaliar não significa apenas verificar resultados, mas produzir informações que permitam reorganizar o ensino e ampliar as oportunidades de aprendizagem.

Na Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba, a avaliação deverá assumir caráter diagnóstico, formativo e, quando pertinente à etapa e às normas da rede, somativo, considerando os objetivos de aprendizagem previstos na BNCC e no RCMA.

Na Educação Infantil, a avaliação deverá ocorrer por meio da observação e do registro do desenvolvimento das crianças, considerando suas experiências, interações, brincadeiras, descobertas e formas de expressão. Em consonância com as DCNEI, a avaliação nessa etapa não deverá ter finalidade de seleção, promoção ou classificação, inclusive para o ingresso no Ensino Fundamental.

Poderão ser utilizados registros de observação, relatórios descritivos, portfólios, produções das crianças, fotografias, documentação pedagógica e outros instrumentos que possibilitem acompanhar os processos de aprendizagem e desenvolvimento. Esses registros deverão subsidiar o planejamento das experiências educativas e favorecer a comunicação com as famílias, respeitando as especificidades do desenvolvimento infantil.

No Ensino Fundamental, a avaliação deverá contemplar os conhecimentos e as habilidades relacionados à apropriação do SEA, à consciência fonológica, ao conhecimento das letras, à leitura de palavras e textos, à fluência, à compreensão leitora e à produção escrita. As práticas avaliativas deverão considerar os diferentes momentos do processo de alfabetização e as necessidades de aprendizagem dos estudantes, assegurando informações que orientem o planejamento e as intervenções pedagógicas.

Para isso, deverão ser desenvolvidas modalidades complementares de avaliação:

a) Avaliação diagnóstica: destinada a identificar os conhecimentos prévios, as habilidades já consolidadas e as necessidades de aprendizagem dos estudantes. Deverá ser realizada em momentos planejados e sempre que necessário para orientar decisões pedagógicas.

b) Avaliação formativa: desenvolvida continuamente durante as atividades de ensino, permitindo acompanhar os avanços, identificar dificuldades, oferecer devolutivas e reorganizar as intervenções pedagógicas.

c) Avaliação somativa: utilizada para sistematizar resultados de aprendizagem ao final de determinados períodos, observando as normas de avaliação e registro estabelecidas pelo Sistema Municipal de Ensino.

A avaliação da alfabetização e do letramento deverá utilizar instrumentos diversificados, como sondagens de escrita, leitura individual e compartilhada, produções textuais, atividades de compreensão, observações sistemáticas, portfólios, registros pedagógicos e outros procedimentos adequados aos objetivos de aprendizagem.

Os instrumentos deverão ser selecionados considerando as habilidades que se pretende avaliar, evitando a utilização de uma única atividade ou resultado como medida suficiente para determinar o desenvolvimento global do estudante.

As avaliações externas, quando aplicadas à Rede Municipal de Ensino, deverão ser compreendidas como instrumentos complementares de diagnóstico e monitoramento da qualidade educacional, contribuindo para a análise de tendências, desigualdades e necessidades de intervenção. Seus resultados deverão ser analisados em conjunto com as avaliações internas e os registros produzidos pelas unidades escolares, considerando os contextos educacionais e as condições de aprendizagem.

A SEDUC deverá orientar a utilização pedagógica dos resultados, promovendo momentos de estudo e análise com os gestores, coordenações pedagógicas, supervisores, professores e oficineiros, de modo a subsidiar o planejamento e o aprimoramento das práticas.

O acompanhamento da alfabetização deverá considerar a prioridade de garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em consonância com a BNCC e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Para os estudantes que não consolidarem as habilidades esperadas, deverão ser organizadas estratégias de recomposição das aprendizagens, com acompanhamento sistemático e reavaliações periódicas. Os resultados das avaliações não deverão ser utilizados para produzir estigmatização, exclusão ou responsabilização individual dos estudantes e profissionais, mas para orientar ações institucionais que assegurem o direito à aprendizagem.

Os procedimentos de registro, periodicidade e critérios de avaliação deverão observar o Regimento Escolar Unificado, as normas do Conselho Municipal de Educação e os demais instrumentos normativos vigentes no Sistema Municipal de Ensino de Acajutiba.

7.7 RECOMPOSIÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

A recomposição das aprendizagens constitui uma estratégia fundamental para assegurar o direito à alfabetização e ao letramento dos estudantes que, por diferentes razões, ainda não consolidaram os conhecimentos e as habilidades essenciais previstos para sua trajetória escolar.

Na Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba, a recomposição deverá ser compreendida como um conjunto articulado de ações pedagógicas destinadas a identificar lacunas de aprendizagem, priorizar conhecimentos essenciais, desenvolver intervenções sistemáticas e acompanhar os avanços dos estudantes.

A Lei Federal nº 15.247/2025 estabelece, entre os objetivos do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, a promoção de medidas de recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação das competências de leitura e escrita dos estudantes, especialmente daqueles que não alcançaram os padrões adequados ao final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Nesse contexto, a recomposição das aprendizagens deverá ocorrer de maneira articulada ao currículo e ao planejamento pedagógico, evitando sua redução à repetição de conteúdos ou à realização de atividades descontextualizadas.

É importante distinguir a recuperação das aprendizagens da recomposição. A recuperação refere-se às intervenções destinadas a superar dificuldades identificadas no desenvolvimento dos conteúdos e habilidades trabalhados em determinado período. A recomposição apresenta uma abrangência maior, envolvendo a identificação de aprendizagens essenciais não consolidadas ao longo da trajetória escolar e a organização de percursos pedagógicos que possibilitem sua construção. Ambas deverão integrar as responsabilidades da escola, respeitando as necessidades dos estudantes e os objetivos de aprendizagem estabelecidos para cada etapa.

Na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, as ações de recomposição deverão priorizar os estudantes que apresentem dificuldades na apropriação do SEA, na leitura, na compreensão textual e na produção escrita, sem desconsiderar o desenvolvimento da alfabetização e do letramento matemático.

O planejamento das intervenções deverá considerar os resultados das avaliações diagnósticas e formativas, os registros dos professores e as análises realizadas pelas equipes pedagógicas.

Entre as estratégias que poderão ser desenvolvidas, destacam-se:

I – Identificação das habilidades essenciais ainda não consolidadas, mediante análise de avaliações e registros pedagógicos.

II – Organização de planos de intervenção com objetivos claros, estratégias definidas e acompanhamento dos resultados.

III – Desenvolvimento de atividades sistemáticas de consciência fonológica, conhecimento das letras e relações entre fonemas e grafemas, conforme as necessidades identificadas.

IV – Realização de práticas orientadas de leitura de palavras, frases e textos, considerando a precisão, a fluência e a compreensão leitora.

V – Promoção de atividades de escrita espontânea, produção textual orientada, revisão e reescrita, adequadas aos conhecimentos dos estudantes.

VI – Organização de agrupamentos flexíveis e atendimentos pedagógicos individualizados ou em pequenos grupos, quando necessários.

VII – Utilização de materiais pedagógicos diversificados, jogos de linguagem, recursos manipuláveis e tecnologias educacionais acessíveis.

VIII – Articulação entre as atividades curriculares e as oficinas pedagógicas, ampliando as oportunidades de aprendizagem na Educação Integral em Tempo Integral.

IX – Realização de avaliações periódicas para acompanhar os avanços e reorientar as intervenções.

X – Fortalecimento do diálogo com as famílias, compartilhando orientações e informações sobre o desenvolvimento das aprendizagens.

As intervenções deverão ocorrer preferencialmente de maneira integrada à rotina escolar, assegurando que os estudantes participem das atividades curriculares e tenham acesso aos conhecimentos previstos para seu ano de escolaridade.

A organização de atendimentos específicos não deverá resultar em segregação permanente, redução das expectativas de aprendizagem ou afastamento dos estudantes das experiências educativas coletivas.

Para os estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental que ainda apresentarem dificuldades relacionadas à alfabetização, deverão ser organizadas estratégias adequadas à faixa etária, ao repertório cultural e às necessidades de aprendizagem, evitando práticas infantilizadas e assegurando a continuidade dos estudos.

O desenvolvimento dessas ações deverá envolver a atuação articulada dos professores, oficineiros, equipe gestora e equipe técnica da SEDUC, considerando as responsabilidades de cada profissional.

O acompanhamento dos resultados deverá subsidiar a revisão das estratégias, a definição de novas intervenções e a identificação de necessidades de formação e apoio pedagógico.

Assim, a Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba estabelece a recuperação e a recomposição das aprendizagens como responsabilidades permanentes da Rede Municipal de Ensino, orientadas pela garantia do direito à aprendizagem, pela promoção da equidade e pelo compromisso com a alfabetização de todos os estudantes.

Quadro 8 – Síntese das práticas essenciais de alfabetização e letramento.

DIMENSÃO	FINALIDADE PEDAGÓGICA	RESPONSÁVEIS PRINCIPAIS
Planejamento da rotina	Garantir intencionalidade, sistematização e progressão das aprendizagens.	Professores e coordenadores pedagógicos.
Ambiente alfabetizador	Ampliar o contato com a cultura escrita e favorecer práticas significativas de leitura e escrita.	Professores e equipes escolares.
Materiais pedagógicos	Disponibilizar recursos diversificados, contextualizados e acessíveis.	Secretaria de Educação, gestores e professores.

Equidade educacional	Reduzir barreiras e desigualdades, assegurando oportunidades de aprendizagem.	Todos os profissionais envolvidos.
Acompanhamento pedagógico	Apoiar as práticas docentes e orientar intervenções a partir de evidências.	Equipe técnica, gestores e coordenadores.
Avaliação	Identificar avanços e necessidades e subsidiar o replanejamento.	Professores, coordenadores e equipe técnica.
Recomposição das aprendizagens	Assegurar intervenções sistemáticas para habilidades ainda não consolidadas.	Professores, coordenadores, gestores e equipe técnica.

Fonte: Elaboração própria, com base em Soares (2020), Morais (2012), Hoffmann (2014), Brasil (2018) e Brasil (2025).

8 FORMAÇÃO CONTINUADA E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

A formação continuada dos profissionais da educação constitui um dos eixos estruturantes da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba, sendo compreendida como um processo permanente de desenvolvimento profissional, reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e construção coletiva de conhecimentos necessários à garantia do direito à alfabetização e ao letramento de todos os estudantes.

A qualificação das práticas de ensino exige que os profissionais da educação tenham oportunidades sistemáticas de aprofundamento teórico, atualização de conhecimentos, análise das aprendizagens e desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes e às características das comunidades escolares.

Nesse sentido, a formação continuada não deverá restringir-se à realização de cursos, palestras ou encontros pontuais, mas constituir um processo articulado ao cotidiano das unidades escolares, ao planejamento pedagógico, ao acompanhamento das aprendizagens e à avaliação das práticas educativas.

Conforme Imbernón (2010), a formação continuada deve considerar os contextos concretos de atuação dos professores, valorizando a reflexão coletiva, a participação dos profissionais e a construção de alternativas para os desafios encontrados no

exercício da docência. Nessa perspectiva, a escola constitui um espaço privilegiado de desenvolvimento profissional, no qual os conhecimentos teóricos dialogam com as experiências e as necessidades da prática pedagógica.

Nóvoa (2009) também destaca a importância de uma formação construída no interior da profissão docente, fundamentada na colaboração entre professores, na reflexão sobre o trabalho educativo e na valorização dos conhecimentos profissionais desenvolvidos nas experiências escolares.

No campo específico da alfabetização, Soares (2020) evidencia a necessidade de uma ação pedagógica sistemática, fundamentada nos conhecimentos sobre o desenvolvimento da linguagem, a apropriação do SEA e as práticas sociais de leitura e escrita. Dessa forma, a formação dos professores alfabetizadores deverá favorecer a compreensão das relações entre alfabetização e letramento, contribuindo para o desenvolvimento de práticas intencionais, contextualizadas e comprometidas com a aprendizagem de todas as crianças.

A formação continuada deverá observar os princípios e as diretrizes estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996), na BNCC e na Lei Federal nº 15.247/2025, que estabelece o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e contempla a formação dos profissionais da educação como uma das estratégias fundamentais para a melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar.

No âmbito da Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, a formação continuada deverá ser organizada pela SEDUC, em articulação com as equipes gestoras e demais profissionais envolvidos na implementação da Política Municipal de Alfabetização.

As ações formativas deverão considerar as necessidades identificadas nas unidades escolares, os resultados das avaliações diagnósticas e formativas, os desafios apresentados pelos professores e as prioridades estabelecidas no planejamento educacional da rede.

A formação deverá abranger os profissionais da Educação Infantil, especialmente aqueles que atuam na pré-escola; os professores do ciclo de alfabetização; os docentes dos demais anos do Ensino Fundamental envolvidos na consolidação e recomposição das aprendizagens; os coordenadores pedagógicos; os

gestores escolares; e os profissionais de apoio educacional, conforme suas atribuições e necessidades específicas de formação.

8.1 OBJETIVOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada dos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Acajutiba terá como objetivo fortalecer os conhecimentos teóricos, metodológicos e pedagógicos necessários à implementação da Política Municipal de Alfabetização, contribuindo para a melhoria das práticas educativas e para a garantia do direito à aprendizagem.

Constituem objetivos específicos da formação continuada:

I – Aprofundar os conhecimentos dos profissionais sobre os fundamentos teóricos e metodológicos da alfabetização e do letramento, considerando as contribuições da literatura educacional e as orientações curriculares vigentes.

II – Fortalecer a compreensão dos processos de apropriação do SEA, incluindo o desenvolvimento da consciência fonológica, as relações entre fonemas e grafemas e a progressão das aprendizagens de leitura e escrita.

III – Qualificar as práticas pedagógicas relacionadas à oralidade, à leitura, à compreensão e à produção textual, assegurando a articulação entre o ensino sistemático da língua escrita e seus usos sociais.

IV – Desenvolver conhecimentos e estratégias pedagógicas relacionados à alfabetização e ao letramento matemático, considerando a resolução de problemas, o raciocínio lógico, a comunicação matemática e a utilização dos conhecimentos matemáticos em situações do cotidiano.

V – Fortalecer as práticas pedagógicas da Educação Infantil, valorizando as interações, as brincadeiras, a oralidade, a literatura e as experiências com a cultura escrita, sem antecipar as exigências formais da alfabetização.

VI – Promover a articulação pedagógica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, assegurando a continuidade das experiências e aprendizagens e respeitando as especificidades de cada etapa.

VII – Qualificar o planejamento pedagógico, a organização da rotina e a utilização de materiais didáticos e recursos educacionais adequados às necessidades dos estudantes.

VIII – Desenvolver competências para a elaboração, aplicação e análise de avaliações diagnósticas e formativas, utilizando seus resultados para orientar intervenções e acompanhar a progressão das aprendizagens.

IX – Fortalecer as estratégias de recuperação e recomposição das aprendizagens, especialmente para estudantes que não consolidaram as habilidades essenciais de alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

X – Promover práticas pedagógicas inclusivas e equitativas, considerando a diversidade dos estudantes, a acessibilidade curricular e a eliminação de barreiras à participação e à aprendizagem.

XI – Valorizar as relações étnico-raciais, as identidades culturais e os conhecimentos das comunidades locais, promovendo práticas de alfabetização e letramento comprometidas com o respeito à diversidade.

XII – Desenvolver competências relacionadas ao acompanhamento pedagógico, à análise de indicadores educacionais e à gestão das aprendizagens, fortalecendo a atuação dos coordenadores pedagógicos e das equipes gestoras.

XIII – Incentivar a produção, a adaptação e o compartilhamento de materiais pedagógicos, sequências didáticas, projetos de leitura e outras experiências educativas fundamentadas em conhecimentos científicos e nas necessidades da rede.

XIV – Consolidar uma cultura de formação colaborativa, reflexão sobre as práticas, valorização profissional e corresponsabilidade pela aprendizagem dos estudantes.

8.2 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES FORMATIVAS

A formação continuada deverá ser organizada de maneira sistemática, articulando os conhecimentos teóricos às experiências pedagógicas e às necessidades identificadas no cotidiano das unidades escolares. Sua implementação deverá ocorrer

por meio de um planejamento formativo construído pela SEDUC, em articulação com as equipes gestoras.

O planejamento das ações formativas deverá considerar os resultados das avaliações de aprendizagem, os registros de acompanhamento pedagógico, as demandas apresentadas pelos profissionais e as prioridades estabelecidas na Política Municipal de Alfabetização.

As ações poderão ser desenvolvidas por meio de diferentes modalidades e estratégias, entre as quais se destacam:

a) Encontros formativos da rede: momentos coletivos de estudo, aprofundamento teórico e discussão de práticas pedagógicas, organizados de acordo com as necessidades dos profissionais e as prioridades da política municipal.

b) Formação em serviço: ações realizadas no contexto das unidades escolares, articuladas ao planejamento, à análise das aprendizagens e à reflexão sobre os desafios enfrentados pelos professores.

c) Grupos de estudo: espaços de leitura, discussão e aprofundamento de referenciais teóricos relacionados à alfabetização, ao letramento, à avaliação e às práticas pedagógicas.

d) Oficinas pedagógicas: atividades práticas voltadas à elaboração de materiais, ao desenvolvimento de estratégias didáticas, à análise de situações de ensino e à experimentação de recursos educacionais.

e) Planejamento colaborativo: momentos de construção e revisão de planejamentos, sequências didáticas, projetos e intervenções pedagógicas, favorecendo a articulação entre professores e coordenadores.

f) Análise de práticas e produções dos estudantes: estudo de registros de aprendizagem, sondagens de escrita, atividades de leitura, produções textuais e outras evidências que possibilitem compreender os percursos de aprendizagem e orientar intervenções.

g) Socialização de experiências pedagógicas: encontros destinados ao compartilhamento de práticas desenvolvidas nas unidades escolares, possibilitando a reflexão coletiva sobre seus resultados e suas possibilidades de adaptação.

h) Formação mediada por tecnologias digitais: utilização de ambientes virtuais, encontros on-line, materiais digitais e outros recursos que ampliem as possibilidades de estudo e colaboração, observadas as condições de acesso dos profissionais.

A organização das ações formativas deverá assegurar a participação dos profissionais, respeitando as atribuições, os tempos de trabalho pedagógico e as condições estabelecidas na legislação educacional e nas normas municipais vigentes.

Na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, considerando a perspectiva da Educação Integral em Tempo Integral, as formações deverão contribuir para a articulação entre os componentes curriculares, as oficinas pedagógicas e os projetos desenvolvidos nas unidades escolares. Essa articulação deverá favorecer a integração entre as práticas de alfabetização, as experiências literárias, as atividades culturais, as linguagens artísticas e as situações de aprendizagem que envolvam diferentes áreas do conhecimento.

A formação continuada deverá, ainda, promover o diálogo entre os profissionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, especialmente aqueles que atuam na pré-escola e nos dois primeiros anos, fortalecendo a continuidade das aprendizagens e a compreensão das especificidades do processo de transição entre as etapas.

8.3 TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS DA FORMAÇÃO CONTINUADA

As temáticas da formação continuada deverão ser definidas a partir das necessidades identificadas na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, considerando os objetivos da Política Municipal de Alfabetização, os referenciais teóricos e as orientações curriculares vigentes.

Entre os temas prioritários, destacam-se:

I – Fundamentos conceituais da alfabetização e do letramento, incluindo as contribuições de Magda Soares, Artur Gomes de Morais, Emília Ferreiro e Ana Teberosky para a compreensão da aprendizagem da língua escrita.

II – Apropriação do SEA, consciência fonológica, princípio alfabético, correspondências entre fonemas e grafemas e desenvolvimento progressivo da ortografia.

III – Desenvolvimento da leitura, contemplando decodificação, precisão, fluência, compreensão textual e estratégias de formação de leitores.

IV – Produção textual na alfabetização, incluindo escrita espontânea, produção coletiva, planejamento, textualização, revisão, reescrita e circulação social dos textos.

V – Literatura infantil, letramento literário, mediação de leitura e organização de práticas leitoras na escola.

VI – Alfabetização e letramento matemático, envolvendo conhecimentos numéricos, resolução de problemas, raciocínio lógico, representações matemáticas e práticas sociais de utilização da Matemática.

VII – Planejamento pedagógico, organização da rotina, sequências didáticas, projetos de letramento e utilização de materiais pedagógicos diversificados.

VIII – Avaliação diagnóstica e formativa, análise de produções escritas, acompanhamento da fluência e da compreensão leitora e utilização pedagógica dos resultados.

IX – Recuperação e recomposição das aprendizagens, com estratégias de intervenção adequadas aos estudantes que apresentam dificuldades persistentes de alfabetização.

X – Educação Infantil e experiências com a linguagem oral e escrita, considerando os direitos de aprendizagem, os campos de experiências e as especificidades do desenvolvimento infantil.

XI – Transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, com foco na continuidade das aprendizagens e no respeito às características de cada etapa.

XII – Educação inclusiva, acessibilidade, Desenho Universal para a Aprendizagem e estratégias pedagógicas diferenciadas.

XIII – Educação para as relações étnico-raciais, valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas e utilização de materiais literários e pedagógicos representativos da diversidade cultural.

XIV – Educação Integral em Tempo Integral e articulação entre currículo, oficinas pedagógicas, projetos interdisciplinares e práticas de alfabetização e letramento.

XV – Gestão pedagógica da alfabetização, acompanhamento das aprendizagens, análise de indicadores educacionais e organização de planos de intervenção.

As temáticas poderão ser reorganizadas e ampliadas conforme os diagnósticos educacionais, as avaliações da política e as necessidades apresentadas pelos profissionais.

8.4 RESPONSABILIDADES DOS PROFISSIONAIS E DAS INSTÂNCIAS EDUCACIONAIS

A implementação da formação continuada deverá ocorrer de maneira articulada entre os diferentes profissionais e instâncias responsáveis pela organização e pelo acompanhamento das práticas educativas.

I) À SEDUC, caberá coordenar o planejamento das ações formativas, identificar prioridades, mobilizar recursos, estabelecer parcerias institucionais e acompanhar o desenvolvimento e os resultados das formações.

II) Às equipes gestoras das unidades escolares caberá favorecer as condições organizacionais necessárias à participação dos profissionais, apoiar o desenvolvimento das ações formativas e incentivar a incorporação dos conhecimentos construídos ao planejamento pedagógico.

III) Aos coordenadores pedagógicos e supervisores caberá mediar os processos de formação em serviço, acompanhar o planejamento docente, promover estudos coletivos, analisar evidências de aprendizagem e apoiar a construção de estratégias de intervenção pedagógica.

IV) Aos professores e oficineiros caberá participar das ações formativas, desenvolver estudos relacionados à prática docente, compartilhar experiências, analisar os resultados das aprendizagens e utilizar os conhecimentos construídos para o aprimoramento das práticas pedagógicas.

V) Aos profissionais de apoio educacional, respeitadas suas atribuições, caberá participar das ações formativas pertinentes às suas funções, contribuindo para a

construção de ambientes educativos acolhedores, acessíveis e favoráveis à aprendizagem.

A atuação integrada desses profissionais deverá fortalecer uma cultura institucional de colaboração, corresponsabilidade e compromisso com o direito à alfabetização e ao letramento.

8.5 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

O acompanhamento e a avaliação das ações formativas deverão constituir processos permanentes, destinados a identificar avanços, necessidades de aprimoramento e contribuições para a qualificação das práticas pedagógicas.

A avaliação da formação continuada não deverá restringir-se à verificação da participação ou da satisfação dos profissionais, mas considerar também sua pertinência, sua relação com as necessidades identificadas e as possibilidades de aplicação dos conhecimentos construídos no cotidiano escolar.

Para isso, poderão ser utilizados instrumentos como registros de participação, avaliações dos encontros, questionários, relatórios formativos, análise de planejamentos, registros de práticas pedagógicas e acompanhamento das intervenções desenvolvidas nas unidades escolares.

A SEDUC, deverá sistematizar as informações obtidas e utilizá-las para orientar o planejamento das ações formativas posteriores.

O acompanhamento deverá considerar, entre outros aspectos:

I – A participação dos profissionais nas ações formativas, respeitando as diferentes funções e áreas de atuação.

II – A pertinência dos conteúdos abordados em relação às necessidades pedagógicas identificadas.

III – A articulação entre os conhecimentos teóricos estudados e as práticas desenvolvidas nas unidades escolares.

IV – A utilização dos conhecimentos construídos na elaboração de planejamentos, materiais e intervenções pedagógicas.

V – O fortalecimento das práticas de avaliação diagnóstica e formativa e da utilização pedagógica de seus resultados.

VI – A ampliação das estratégias de alfabetização, letramento e recomposição das aprendizagens.

VII – O desenvolvimento de práticas inclusivas e equitativas, considerando as necessidades dos estudantes.

VIII – A contribuição das ações formativas para o fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores, coordenadores pedagógicos e equipes gestoras.

Os resultados das avaliações de aprendizagem poderão subsidiar a análise das necessidades de formação, sem que sejam utilizados isoladamente para atribuir resultados educacionais a determinadas ações formativas ou para responsabilizar individualmente os profissionais.

A avaliação deverá assumir caráter formativo e institucional, possibilitando a revisão de estratégias, a identificação de novas demandas e o aperfeiçoamento contínuo da política de formação.

Quadro 9 – Organização da formação continuada no Alfabetiza Acajutiba

EIXO FORMATIVO	PÚBLICO PRIORITÁRIO	FINALIDADE
Linguagem oral e cultura escrita na Educação Infantil	Professores da pré-escola e coordenadores	Fortalecer experiências de linguagem respeitando a infância.
Sistema de Escrita Alfabética	Professores do 1º e 2º ano	Qualificar o ensino sistemático da alfabetização.
Leitura e produção textual	Professores dos Anos Iniciais	Desenvolver práticas integradas de alfabetização e letramento.
Alfabetização matemática	Professores dos Anos Iniciais	Fortalecer o raciocínio e o uso social dos conhecimentos matemáticos.
Recomposição das aprendizagens	Professores do 3º ao 9º ano e equipes pedagógicas	Orientar intervenções para estudantes com aprendizagens não consolidadas.
Avaliação e acompanhamento	Coordenadores, gestores e equipe técnica	Fortalecer a análise de evidências e o replanejamento pedagógico.

Inclusão e equidade	Todos os profissionais envolvidos	Reduzir barreiras e desigualdades de aprendizagem.

Fonte: Elaboração própria, com base em Soares (2020), Imbernón (2010), Nóvoa (2009), Brasil (2018) e Brasil (2025).

De acordo com quadro, a Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba reconhece a formação continuada como condição fundamental para a qualidade das práticas de alfabetização e letramento, comprometendo-se com o desenvolvimento profissional permanente, a valorização dos educadores e a construção de uma cultura pedagógica colaborativa, orientada pela garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes.

9 IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO – ALFABETIZA ACAJUTIBA

A implementação da Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida de forma articulada, contínua e sistemática, envolvendo a SEDUC, as equipes gestoras, os professores, os oficineiros, os estudantes e suas famílias, com a finalidade de assegurar o direito à alfabetização e ao letramento na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba.

A política terá como prioridade garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, assegurando, nos anos subsequentes, a consolidação das habilidades de leitura, escrita, compreensão e produção textual, bem como o desenvolvimento do letramento matemático e a recomposição das aprendizagens ainda não consolidadas.

A implementação da política deverá contemplar a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, a definição de marcos de aprendizagem, a organização de práticas pedagógicas intencionais, a formação continuada dos profissionais, a avaliação diagnóstica e formativa, o acompanhamento sistemático e a realização de intervenções pedagógicas que assegurem a progressão das aprendizagens.

A definição dos marcos de aprendizagem deverá considerar as especificidades de cada etapa e ano escolar, reconhecendo que o desenvolvimento das crianças ocorre de maneira progressiva e que os conhecimentos relacionados à oralidade, à leitura, à escrita e à Matemática se ampliam ao longo de toda a trajetória escolar.

Portanto, deverá considerar os conhecimentos prévios dos estudantes, suas necessidades de aprendizagem, seus contextos socioculturais e as diferentes condições de acesso à cultura escrita, garantindo práticas pedagógicas inclusivas, equitativas e comprometidas com a aprendizagem de todos.

9.1 MARCOS DE APRENDIZAGEM: PRÉ-ESCOLA – EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Educação Infantil, as experiências relacionadas à linguagem oral, à leitura, à escrita e aos conhecimentos matemáticos deverão integrar as práticas pedagógicas, respeitando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os cinco campos de experiências previstos na BNCC.

A pré-escola constitui uma etapa fundamental para a ampliação das experiências culturais, sociais, linguísticas e cognitivas das crianças, sem que isso implique antecipação da escolarização formal própria do Ensino Fundamental.

Conforme a BNCC (BRASIL, 2018), as interações e as brincadeiras constituem os eixos estruturantes das práticas pedagógicas da Educação Infantil. Dessa forma, o contato com livros, histórias, poemas, parlendas, cantigas, jogos, desenhos, registros espontâneos e diferentes manifestações da linguagem deverá ocorrer em contextos significativos e adequados às características da infância.

Ao final da pré-escola, espera-se que as crianças tenham vivenciado oportunidades de aprendizagem que lhes permitam, progressivamente:

I – Expressar ideias, sentimentos, desejos, opiniões e experiências por meio da linguagem oral e de outras formas de expressão.

II – Participar de conversas, rodas de diálogo, relatos e situações de interação, respeitando diferentes formas de comunicação.

III – Ouvir, compreender, contar, recontar e criar histórias, ampliando o vocabulário, a imaginação e a organização do pensamento.

IV – Demonstrar interesse por livros, histórias, poemas e outros gêneros textuais, reconhecendo a leitura como fonte de prazer, conhecimento e interação social.

V – Reconhecer, em situações cotidianas, diferentes usos e funções da escrita, compreendendo que os textos circulam em diversos espaços sociais.

VI – Formular hipóteses sobre a linguagem escrita, realizando desenhos, marcas gráficas e registros espontâneos, de acordo com suas experiências e possibilidades.

VII – Explorar sonoridades da língua oral por meio de rimas, aliterações, cantigas, parlendas, poemas e brincadeiras com palavras.

VIII – Reconhecer o próprio nome e estabelecer relações com outras palavras e registros escritos, em situações significativas, respeitando os diferentes percursos de aprendizagem.

IX – Participar de experiências que envolvam contagem, comparação, classificação, ordenação, localização espacial, medidas e resolução de situações-problema do cotidiano.

X – Desenvolver atitudes de curiosidade, investigação, cooperação, autonomia e participação nas experiências propostas.

Esses marcos constituem referências para a organização das experiências educativas, não devendo ser utilizados como critérios de promoção, retenção ou exigência de alfabetização convencional ao término da Educação Infantil.

9.1.1 Estratégias pedagógicas

Para favorecer o desenvolvimento dessas aprendizagens, as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Acajutiba deverão:

I – Organizar o planejamento pedagógico com base nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento e nos campos de experiências da BNCC, considerando as características e necessidades das crianças.

II – Desenvolver projetos, brincadeiras, jogos, rodas de conversa, experiências investigativas e atividades de exploração da linguagem em diferentes contextos.

III – Assegurar momentos frequentes de leitura e contação de histórias, utilizando obras literárias diversificadas e adequadas às experiências infantis.

IV – Promover situações de produção oral de narrativas, relatos, explicações, perguntas e recontos, valorizando a participação das crianças.

V – Possibilitar experiências com a cultura escrita por meio de listas, convites, bilhetes, cartazes, livros, receitas e outros textos presentes no cotidiano, sem exigir o domínio convencional da leitura e da escrita.

VI – Desenvolver brincadeiras com sons, palavras, rimas e aliterações, favorecendo a percepção de características sonoras da linguagem oral.

VII – Incentivar desenhos, escritas espontâneas, produções coletivas e registros de experiências, valorizando as diferentes formas de expressão das crianças.

VIII – Promover experiências matemáticas envolvendo quantidades, números, formas geométricas, relações espaciais, medidas e resolução de problemas em situações lúdicas.

IX – Organizar ambientes educativos acolhedores, acessíveis e enriquecidos com livros, jogos, brinquedos, materiais manipuláveis e produções das crianças.

X – Realizar acompanhamento do desenvolvimento infantil por meio de observações, registros, portfólios e documentação pedagógica, sem finalidade classificatória.

XI – Planejar ações de transição para o Ensino Fundamental, mediante diálogo entre professores, coordenadores pedagógicos e equipes gestoras das duas etapas.

XII – Assegurar adaptações, recursos de acessibilidade e estratégias pedagógicas diversificadas, de modo a favorecer a participação de todas as crianças.

9.2 MARCOS DE APRENDIZAGEM: 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

O 1º ano do Ensino Fundamental constitui o início da sistematização do processo de alfabetização, devendo assegurar a continuidade das experiências desenvolvidas na Educação Infantil e ampliar progressivamente os conhecimentos das crianças sobre a linguagem oral e escrita.

Nessa etapa, a ação pedagógica deverá priorizar o ensino intencional e sistemático do SEA, articulado às práticas sociais de leitura e escrita, à literatura, à oralidade e ao desenvolvimento dos conhecimentos matemáticos. Segundo Morais

(2012), a apropriação da escrita alfabética envolve a compreensão de suas propriedades e das relações entre as unidades sonoras da fala e sua representação gráfica. Essa aprendizagem requer situações de reflexão, exploração e ensino sistemático, considerando os conhecimentos que as crianças já construíram.

Assim, ao longo do 1º ano, deverão ser asseguradas oportunidades de aprendizagem para que os estudantes avancem progressivamente nas seguintes habilidades:

I – Compreender que a escrita alfabética representa unidades sonoras da fala, avançando na compreensão das relações entre fonemas e grafemas.

II – Reconhecer, nomear e utilizar letras do alfabeto em situações de leitura e escrita, compreendendo suas diferentes formas de representação.

III – Desenvolver a consciência fonológica, incluindo a percepção e a reflexão sobre palavras, sílabas e fonemas, em articulação com a aprendizagem do sistema alfabético.

IV – Ler e escrever palavras e frases, ampliando progressivamente a precisão e a autonomia na utilização das correspondências entre letras e sons.

V – Participar de práticas de leitura de textos de diferentes gêneros, mobilizando conhecimentos prévios e estratégias de compreensão.

VI – Compreender textos lidos pelo professor ou por outros leitores, identificando informações, personagens, acontecimentos e sentidos construídos na leitura.

VII – Produzir textos orais e escritos, individual e coletivamente, com diferentes finalidades comunicativas e com mediação adequada às necessidades de aprendizagem.

VIII – Desenvolver atitudes de interesse, participação e autonomia nas práticas de leitura e escrita.

IX – Reconhecer, ler, escrever, comparar e ordenar números naturais em situações adequadas ao ano escolar.

X – Resolver situações-problema envolvendo contagens, quantidades, adição, subtração e outras noções matemáticas previstas para o 1º ano, utilizando diferentes estratégias e representações.

Os marcos de aprendizagem do 1º ano deverão orientar o planejamento e o acompanhamento pedagógico, sem limitar a progressão dos estudantes a uma hipótese de escrita previamente determinada. A identificação das hipóteses constitui um recurso diagnóstico, enquanto as habilidades curriculares orientam o ensino e as expectativas de aprendizagem.

9.2.1 Estratégias pedagógicas

Para assegurar o desenvolvimento das aprendizagens previstas para o 1º ano, deverão ser adotadas as seguintes estratégias:

I – Elaborar planejamentos pedagógicos articulados à BNCC e às orientações curriculares vigentes, considerando os conhecimentos prévios e as necessidades dos estudantes.

II – Organizar rotinas que contemplem práticas diárias de leitura, escrita, oralidade, reflexão sobre o SEA e atividades matemáticas.

III – Desenvolver atividades sistemáticas de reflexão sobre letras, palavras, sílabas, fonemas e correspondências entre fonemas e grafemas, utilizando diferentes recursos pedagógicos.

IV – Promover situações de leitura compartilhada, leitura mediada e leitura progressivamente autônoma, com textos adequados às possibilidades dos estudantes.

V – Desenvolver atividades de escrita espontânea, escrita orientada, produção coletiva e revisão de textos, respeitando os diferentes percursos de aprendizagem.

VI – Utilizar jogos linguísticos, alfabeto móvel, materiais manipuláveis, livros, recursos visuais e outros instrumentos que favoreçam a aprendizagem.

VII – Realizar avaliação diagnóstica no início do ano letivo e acompanhamento formativo periódico, utilizando sondagens de escrita, observações, registros de leitura, produções textuais e outros instrumentos.

VIII – Organizar intervenções pedagógicas e agrupamentos flexíveis, considerando necessidades específicas de aprendizagem, sem estabelecer classificações permanentes dos estudantes.

IX – Desenvolver atividades matemáticas contextualizadas, envolvendo jogos, contagens, resolução de problemas, registros e comunicação de estratégias.

X – Garantir oportunidades de aprendizagem diversificadas, com recursos acessíveis e estratégias inclusivas.

XI – Analisar coletivamente os resultados das avaliações e reorganizar o planejamento, em articulação com a coordenação pedagógica.

XII – Manter diálogo com as famílias, compartilhando orientações sobre o desenvolvimento das aprendizagens e incentivando práticas de leitura no ambiente familiar.

9.3 MARCOS DE APRENDIZAGEM: 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

O 2º ano do Ensino Fundamental constitui uma etapa decisiva para a consolidação da alfabetização, considerando que a BNCC estabelece os dois primeiros anos como período prioritário para a apropriação do SEA e o desenvolvimento das habilidades essenciais de leitura e escrita.

A Lei Federal nº 15.247/2025, ao estabelecer o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, reafirma a garantia do direito à alfabetização de todas as crianças e a necessidade de ações articuladas entre os entes federativos para assegurar a aprendizagem e enfrentar as desigualdades educacionais.

Na Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, o trabalho pedagógico do 2º ano deverá priorizar a consolidação da leitura e da escrita alfabética, a ampliação da compreensão leitora, o desenvolvimento da produção textual e o fortalecimento do letramento matemático.

Ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, espera-se que os estudantes tenham desenvolvido, de acordo com as habilidades previstas na BNCC, as seguintes aprendizagens:

I – Compreender o funcionamento do SEA, utilizando as correspondências entre fonemas e grafemas para ler e escrever palavras, frases e textos adequados ao ano escolar.

II – Ler palavras, frases e textos com autonomia progressiva, precisão e fluência compatíveis com seu percurso de aprendizagem.

III – Compreender textos de diferentes gêneros, identificando informações explícitas, estabelecendo relações e realizando inferências compatíveis com a complexidade dos textos.

IV – Utilizar estratégias de leitura para construir sentidos, considerando os objetivos da leitura, as características dos textos e os conhecimentos prévios.

V – Produzir textos de diferentes gêneros, considerando finalidade, destinatário, assunto e características da situação comunicativa, com autonomia crescente e mediação quando necessária.

VI – Utilizar conhecimentos sobre segmentação de palavras, pontuação e regularidades ortográficas trabalhadas, avançando progressivamente no domínio das convenções da escrita.

VII – Participar de práticas de oralidade, leitura e escrita em situações escolares e sociais diversificadas.

VIII – Desenvolver interesse e autonomia na escolha e leitura de livros e outros materiais escritos.

IX – Ler, escrever, comparar e ordenar números naturais, conforme as habilidades previstas para o 2º ano.

X – Resolver e elaborar situações-problema envolvendo operações e conceitos matemáticos adequados ao ano escolar, utilizando estratégias pessoais e procedimentos progressivamente sistematizados.

XI – Interpretar e produzir registros matemáticos simples, incluindo tabelas, representações e outras formas de organização de informações.

XII – Utilizar conhecimentos de leitura, escrita e Matemática em situações significativas do cotidiano escolar e social.

A garantia da alfabetização até o final do 2º ano deverá constituir prioridade institucional, exigindo acompanhamento contínuo e intervenções pedagógicas oportunas sempre que forem identificadas dificuldades.

A consolidação da alfabetização não deverá ser confundida com o domínio integral das convenções ortográficas ou de todas as habilidades de leitura e produção textual, que continuarão sendo aprofundadas nos anos seguintes.

9.3.1 Estratégias pedagógicas

Para assegurar o alcance dos marcos de aprendizagem do 2º ano, deverão ser desenvolvidas as seguintes estratégias:

I – Organizar o planejamento pedagógico com base nas habilidades curriculares e nos resultados das avaliações diagnósticas e formativas.

II – Desenvolver práticas sistemáticas de leitura e escrita, assegurando oportunidades diárias de aprendizagem.

III – Promover atividades que consolidem o domínio das correspondências entre fonemas e grafemas, a leitura de palavras e textos e o desenvolvimento da fluência leitora.

IV – Desenvolver estratégias de compreensão textual, incluindo localização de informações, antecipação, inferência, interpretação e discussão dos sentidos dos textos.

V – Organizar situações frequentes de produção textual, contemplando planejamento, escrita, revisão e socialização das produções.

VI – Utilizar gêneros textuais diversificados, como contos, poemas, bilhetes, convites, listas, notícias e outros textos adequados ao contexto pedagógico.

VII – Realizar avaliações diagnósticas e formativas periódicas, contemplando conhecimentos sobre o sistema alfabético, leitura, compreensão e produção escrita.

VIII – Identificar precocemente os estudantes que apresentam dificuldades persistentes e desenvolver intervenções pedagógicas específicas, com acompanhamento de seus resultados.

IX – Organizar agrupamentos flexíveis, atividades diferenciadas e momentos de atendimento pedagógico complementar, conforme as necessidades identificadas.

X – Desenvolver práticas de alfabetização matemática por meio de jogos, materiais manipuláveis, resolução de problemas, atividades de probabilidade e estatística e situações contextualizadas.

XI – Utilizar os resultados das avaliações internas e externas para subsidiar o planejamento e o replanejamento pedagógico, considerando também as evidências produzidas em sala de aula.

XII – Promover reuniões pedagógicas para análise da progressão das aprendizagens, com participação dos professores, coordenadores pedagógicos e equipes gestoras.

XIII – Assegurar estratégias inclusivas, recursos de acessibilidade e intervenções adequadas aos estudantes que necessitem de apoios específicos.

XIV – Estabelecer comunicação periódica com as famílias, compartilhando avanços, necessidades de aprendizagem e orientações de acompanhamento.

XV – Organizar registros pedagógicos que subsidiem a continuidade do acompanhamento dos estudantes no 3º ano, especialmente daqueles que necessitem de recomposição das aprendizagens.

9.4 MARCOS DE APRENDIZAGEM: 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

O 3º ano do Ensino Fundamental constitui uma etapa de aprofundamento e ampliação das aprendizagens relacionadas à leitura, à escrita, à compreensão textual, à produção de textos e ao desenvolvimento dos conhecimentos matemáticos.

Considerando que a alfabetização deverá estar assegurada até o final do 2º ano, o trabalho pedagógico do 3º ano deverá priorizar o desenvolvimento da fluência e da compreensão leitora, o aperfeiçoamento das convenções ortográficas, a ampliação das práticas de produção textual e a utilização da leitura e da escrita como instrumentos de aprendizagem nos diferentes componentes curriculares.

Entretanto, a existência de estudantes que ainda não consolidaram as habilidades essenciais de alfabetização exige a implementação de ações sistemáticas de recomposição das aprendizagens, sem comprometer o acesso aos conhecimentos previstos para o ano escolar.

A recomposição deverá ser compreendida como um processo pedagógico planejado, fundamentado na identificação das necessidades de aprendizagem e na organização de intervenções adequadas, assegurando oportunidades efetivas de avanço.

Nesse sentido, espera-se que, ao longo do 3º ano, os estudantes desenvolvam progressivamente as seguintes aprendizagens:

I – Ler textos de diferentes gêneros com autonomia, precisão, fluência e compreensão progressivamente ampliadas.

II – Identificar informações explícitas, realizar inferências e estabelecer relações entre diferentes partes do texto.

III – Utilizar estratégias de leitura adequadas às finalidades e características dos gêneros textuais.

IV – Produzir textos de autoria, considerando finalidade comunicativa, interlocutores, organização das ideias e características dos gêneros trabalhados.

V – Desenvolver procedimentos de planejamento, revisão e reescrita, com atenção à coerência, à coesão e à progressiva adequação às convenções da escrita.

VI – Ampliar o domínio das regularidades ortográficas e compreender progressivamente convenções da escrita que exigem reflexão e sistematização.

VII – Participar de práticas de leitura literária, ampliando o repertório cultural e desenvolvendo apreciação estética.

VIII – Utilizar a leitura e a escrita para pesquisar, registrar informações, organizar conhecimentos e comunicar aprendizagens.

IX – Ampliar conhecimentos sobre números, operações, grandezas, medidas, geometria e tratamento de informações, conforme as habilidades previstas para o 3º ano.

X – Resolver e elaborar problemas matemáticos, utilizando diferentes estratégias, representações e procedimentos de cálculo.

XI – Desenvolver autonomia, participação e responsabilidade nas situações de aprendizagem.

Esses marcos deverão orientar tanto o aprofundamento das aprendizagens dos estudantes alfabetizados quanto a organização de intervenções específicas para aqueles que ainda não consolidaram a alfabetização.

9.4.1 Estratégias pedagógicas

Para favorecer o desenvolvimento das aprendizagens no 3º ano, deverão ser adotadas as seguintes estratégias:

I – Realizar avaliação diagnóstica no início do ano letivo, identificando os conhecimentos consolidados e as necessidades de recomposição.

II – Organizar planejamentos que articulem as habilidades curriculares do 3º ano às intervenções necessárias para a consolidação de aprendizagens anteriores.

III – Desenvolver práticas diárias de leitura, contemplando fluência, compreensão, interpretação e ampliação do repertório textual.

IV – Promover situações sistemáticas de produção textual, incluindo planejamento, escrita, revisão, reescrita e circulação dos textos.

V – Desenvolver atividades de reflexão sobre a ortografia, considerando regularidades, irregularidades e convenções da escrita.

VI – Organizar projetos de leitura e escrita articulados aos diferentes componentes curriculares.

VII – Desenvolver atividades matemáticas que valorizem a resolução de problemas, a argumentação e a utilização de diferentes estratégias.

VIII – Implementar ações de recomposição para estudantes que ainda não consolidaram o SEA, a leitura e a escrita, com intervenções específicas e acompanhamento periódico.

IX – Utilizar agrupamentos flexíveis e atividades diferenciadas, considerando as necessidades identificadas nas avaliações.

X – Acompanhar a progressão das aprendizagens por meio de registros de leitura, produções textuais, atividades matemáticas e outros instrumentos avaliativos.

XI – Analisar os resultados das avaliações internas e externas, utilizando-os para o replanejamento pedagógico.

XII – Promover ações colaborativas entre professores, coordenadores pedagógicos e equipes gestoras para o acompanhamento dos estudantes.

XIII – Garantir estratégias de inclusão e acessibilidade, considerando as necessidades educacionais dos estudantes.

XIV – Compartilhar com as famílias informações sobre a progressão das aprendizagens e as estratégias de apoio desenvolvidas pela escola.

9.5 CONTINUIDADE DA ALFABETIZAÇÃO, DO LETRAMENTO E DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS NO 4º E 5º ANOS

A Política Municipal de Alfabetização reconhece que a garantia da alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental constitui prioridade, mas que o desenvolvimento da leitura, da escrita, da produção textual e do letramento matemático permanece ao longo da escolarização.

Nesse sentido, no 4º e 5º anos, deverão ser asseguradas práticas pedagógicas voltadas ao aprofundamento da compreensão leitora, à ampliação do repertório de gêneros textuais, ao desenvolvimento da escrita autoral, à utilização da linguagem nas diferentes áreas do conhecimento e ao fortalecimento das competências matemáticas. Para os estudantes que ainda não consolidaram a alfabetização, deverão ser desenvolvidas ações de recomposição das aprendizagens, articuladas ao currículo do ano escolar e organizadas a partir de avaliações diagnósticas.

Essas ações deverão considerar a idade, os conhecimentos prévios, as experiências socioculturais e as necessidades específicas dos estudantes, evitando práticas infantilizadas ou que produzam situações de constrangimento e exclusão.

As estratégias de recomposição deverão contemplar o ensino sistemático das habilidades não consolidadas, o acompanhamento individualizado, a utilização de materiais adequados, a organização de agrupamentos flexíveis e a avaliação periódica dos avanços.

A continuidade da alfabetização e do letramento deverá, portanto, constituir compromisso de toda a escola, envolvendo os professores dos diferentes componentes curriculares e as equipes gestoras.

9.6 ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DAS APRENDIZAGENS

A implementação da Política Municipal de Alfabetização deverá ser acompanhada de forma sistemática pela SEDUC em articulação com as unidades escolares.

O acompanhamento deverá considerar as especificidades das etapas e dos anos escolares, as condições de oferta educacional, os resultados das avaliações e as necessidades identificadas no desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Constituem diretrizes para o acompanhamento da implementação:

I – Realizar diagnósticos periódicos das aprendizagens, utilizando instrumentos adequados às diferentes etapas e anos escolares.

II – Acompanhar a progressão das habilidades de leitura, escrita, compreensão e produção textual e dos conhecimentos matemáticos.

III – Identificar estudantes que necessitem de intervenções pedagógicas específicas, assegurando atendimento oportuno.

IV – Analisar os resultados das avaliações internas e externas, considerando os contextos educacionais e as evidências produzidas pelas escolas.

V – Promover reuniões periódicas de acompanhamento pedagógico, com participação das equipes técnicas, equipes gestoras e docentes.

VI – Orientar a elaboração e a execução de planos de intervenção pedagógica, acompanhando sua efetividade.

VII – Acompanhar as ações de formação continuada e sua articulação com as necessidades identificadas nas escolas.

VIII – Incentivar o compartilhamento de experiências pedagógicas e a produção colaborativa de materiais educacionais.

IX – Monitorar as desigualdades de aprendizagem, considerando as condições de acesso, participação e permanência dos estudantes.

X – Sistematizar informações que subsidiem a avaliação e o aperfeiçoamento contínuo da política municipal.

O acompanhamento deverá assumir caráter formativo, orientador e colaborativo, evitando a utilização isolada dos resultados educacionais para classificação de escolas, turmas, professores ou estudantes.

As informações produzidas deverão subsidiar decisões pedagógicas e administrativas, assegurando o respeito à privacidade e à proteção dos dados pessoais dos estudantes.

A implementação da política deverá ser detalhada em instrumentos próprios de planejamento, nos quais serão definidos cronogramas, responsabilidades operacionais, recursos necessários, procedimentos de acompanhamento e indicadores de avaliação. Dessa forma, a Política Municipal de Alfabetização estabelece diretrizes permanentes para a garantia do direito à alfabetização, ao letramento e à aprendizagem, articulando as ações pedagógicas e institucionais em uma perspectiva de equidade, inclusão e qualidade social da educação.

Quadro 10 - Quadro-síntese dos marcos de aprendizagem.

ETAPA/ANO	PRIORIDADE PEDAGÓGICA	ACOMPANHAMENTO
Pré-escola	Oralidade, literatura, cultura escrita, brincadeiras e experiências matemáticas	Observação e documentação pedagógica, sem classificação
1º ano	Apropriação progressiva do SEA e práticas de letramento	Diagnósticos e intervenções contínuas
2º ano	Garantia da alfabetização, compreensão leitora, produção textual e desenvolvimento matemático	Avaliações periódicas e intervenções oportunas
3º ano	Fluência, compreensão, ortografia, produção textual e recomposição	Acompanhamento da progressão e dos planos de intervenção
4º e 5º anos	Aprofundamento dos letramentos e recomposição das aprendizagens não consolidadas	Diagnóstico, acompanhamento individualizado e reavaliação

Fonte: Elaboração própria, com base na BNCC (2018), em Soares (2020), Morais (2012) e na Lei nº 15.247/2025.

10 DIRETRIZES PARA A ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES ATÍPICOS E NEURODIVERGENTES

10.1 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

A Política Municipal de Alfabetização estabelece a alfabetização inclusiva como um compromisso com a garantia do direito à aprendizagem, reconhecendo que todas

as crianças e todos os estudantes possuem potencialidades, características, ritmos, interesses e formas singulares de aprender. Nesse sentido, o processo de alfabetização deverá ser planejado e desenvolvido de maneira a assegurar condições de acesso, participação, permanência e aprendizagem, respeitando a diversidade humana e eliminando as barreiras que possam comprometer o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

As orientações destinadas aos estudantes atípicos e neurodivergentes deverão fundamentar-se nos princípios da equidade, da acessibilidade, da valorização das diferenças, da não discriminação e da participação plena na vida escolar. A deficiência, as características do neurodesenvolvimento ou a necessidade de apoios específicos não poderão constituir justificativa para a exclusão das experiências de alfabetização, para a redução automática das oportunidades de aprendizagem ou para a ausência de intervenções pedagógicas intencionais.

A alfabetização inclusiva no contexto da Educação Especial pressupõe o reconhecimento das singularidades de cada estudante e a organização de práticas pedagógicas diversificadas, sistemáticas, acessíveis e fundamentadas em evidências, capazes de favorecer a apropriação progressiva da linguagem oral, da leitura e da escrita, considerando as necessidades educacionais identificadas e os apoios requeridos em cada contexto.

10.2 RECONHECIMENTO DAS SINGULARIDADES E IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE APOIO

O planejamento pedagógico deverá considerar as características individuais dos estudantes atípicos e neurodivergentes, suas formas de comunicação, seus interesses, suas potencialidades, seus conhecimentos prévios e as barreiras que enfrentam no cotidiano escolar.

Entre os estudantes que poderão demandar estratégias específicas estão aqueles com transtorno do espectro autista (TEA), transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), dislexia, outras condições relacionadas à aprendizagem e ao neurodesenvolvimento, deficiência intelectual, deficiência auditiva, deficiência visual,

deficiência física, deficiências múltiplas e altas habilidades ou superdotação, observadas as especificidades de cada situação e os critérios legais aplicáveis à Educação Especial.

A identificação das necessidades pedagógicas deverá ocorrer por meio da observação sistemática, de avaliações diagnósticas pedagógicas, da análise das produções dos estudantes, do acompanhamento de seu desenvolvimento e do diálogo com as famílias e os profissionais envolvidos no processo educacional. A existência ou ausência de diagnóstico clínico não deverá substituir a avaliação pedagógica nem impedir a adoção de estratégias de acessibilidade e apoio educacional compatíveis com as necessidades observadas.

A organização das intervenções deverá partir da compreensão de que os estudantes podem apresentar diferentes formas de demonstrar o que sabem, comunicar suas necessidades, participar das atividades e avançar na aprendizagem. Portanto, o planejamento deverá prever diferentes possibilidades de acesso aos conteúdos, de realização das tarefas e de demonstração das aprendizagens.

10.3 ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES ATÍPICOS E NEURODIVERGENTES

Os professores alfabetizadores deverão desenvolver práticas pedagógicas intencionais, estruturadas, flexíveis e acessíveis, assegurando a participação dos estudantes nas atividades comuns da turma e a oferta dos apoios necessários ao seu desenvolvimento.

Recomenda-se:

I – Realizar avaliação diagnóstica inicial e acompanhamento contínuo das habilidades de linguagem, consciência fonológica, reconhecimento de letras, relações entre sons e grafias, leitura, compreensão e produção escrita, respeitando a etapa de escolarização e as características individuais;

II – Estabelecer objetivos de aprendizagem claros, progressivos e compatíveis com o currículo, definindo estratégias e apoios individualizados quando necessários, sem excluir o estudante do acesso aos conhecimentos previstos para sua etapa escolar;

III – Utilizar instruções objetivas, linguagem clara, demonstrações práticas, modelagem das atividades, repetição planejada, retomadas frequentes e divisão das tarefas em etapas menores, quando essas estratégias favorecerem a compreensão e a participação;

IV – Promover atividades diversificadas que articulem consciência fonológica, conhecimento das letras, relações entre fonemas e grafemas, leitura compartilhada, leitura mediada, compreensão de textos, produção escrita e ampliação do vocabulário, de acordo com as necessidades de aprendizagem identificadas;

V – Organizar rotinas previsíveis, antecipar mudanças, utilizar recursos visuais, sequências ilustradas, agendas, pistas contextuais e sinalizações acessíveis, especialmente para estudantes que se beneficiem de maior previsibilidade e organização do ambiente;

VI – Possibilitar diferentes formas de participação e expressão, incluindo comunicação oral, escrita, gestual, visual, recursos de comunicação aumentativa e alternativa e tecnologias assistivas, quando necessários;

VII – Assegurar tempo adequado para a realização das atividades, pausas planejadas, organização dos estímulos ambientais e condições de conforto e autorregulação, conforme as necessidades individuais;

VIII – Selecionar materiais pedagógicos acessíveis, concretos, manipuláveis, ampliados, táteis, sonoros ou digitais, considerando as barreiras identificadas e a finalidade pedagógica de cada recurso;

IX – Desenvolver atividades contextualizadas e significativas, valorizando os interesses dos estudantes e promovendo sua participação em situações reais de leitura e escrita, como leitura de histórias, identificação de nomes, produção de listas, bilhetes, legendas, pequenos textos e outros gêneros adequados à etapa escolar;

X – Assegurar que as adaptações pedagógicas ampliem as possibilidades de acesso ao currículo e não sejam utilizadas para justificar a privação sistemática do ensino da leitura e da escrita.

10.4 ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS E RECURSOS DE ACESSIBILIDADE

A escolha das estratégias deverá considerar a singularidade de cada estudante, evitando a adoção de procedimentos padronizados exclusivamente com base em diagnósticos.

Para estudantes autistas, poderão ser utilizados recursos de antecipação da rotina, suportes visuais, instruções claras, interesses específicos como elementos de contextualização, organização dos estímulos sensoriais e alternativas de comunicação e participação.

Para estudantes com TDAH, poderão ser propostas tarefas organizadas em etapas, instruções breves, alternância planejada de atividades, recursos para acompanhamento visual das etapas, pausas e estratégias de apoio à organização e à manutenção da atenção.

Para estudantes com dificuldades persistentes na leitura e na escrita, incluindo aqueles com dislexia, deverão ser planejadas intervenções explícitas, sistemáticas e cumulativas, com ensino das relações entre sons e letras, desenvolvimento da consciência fonológica, prática orientada de leitura, ampliação do vocabulário e trabalho com compreensão textual, acompanhando regularmente a resposta às intervenções.

Para estudantes com deficiência intelectual, poderão ser utilizadas experiências concretas, materiais manipuláveis, exemplos contextualizados, retomadas frequentes, ensino por etapas e ampliação gradual da complexidade das atividades, preservando oportunidades de participação e aprendizagem significativas.

Para estudantes com deficiência visual, deverão ser assegurados recursos acessíveis, como materiais ampliados, recursos táteis, tecnologias assistivas e, quando indicado, ensino do Sistema Braille.

Para estudantes surdos ou com deficiência auditiva, deverão ser consideradas as necessidades linguísticas e comunicacionais, com recursos visuais, estratégias de acesso à comunicação e, conforme o caso, Libras e profissionais habilitados, observadas as disposições legais e as necessidades do estudante.

Para estudantes com deficiência física ou dificuldades de acesso motor à escrita, deverão ser disponibilizados meios acessíveis de resposta, instrumentos adaptados, recursos tecnológicos ou alternativas que permitam demonstrar conhecimentos sem que a limitação motora constitua uma barreira desnecessária à aprendizagem.

Para estudantes com altas habilidades ou superdotação, deverão ser propostas oportunidades de aprofundamento, ampliação de repertório, investigação, produção autoral e enriquecimento curricular, respeitando seus interesses e necessidades educacionais.

As estratégias mencionadas constituem possibilidades pedagógicas e deverão ser selecionadas, combinadas e revistas a partir do acompanhamento individual, considerando a efetividade dos recursos e a participação do estudante.

10.5 ESTUDANTES NÃO VERBAIS E COM NECESSIDADES COMPLEXAS DE APOIO

A alfabetização de estudantes não verbais e daqueles que apresentam necessidades complexas de apoio deverá ser orientada pelo reconhecimento de suas potencialidades, singularidades e direitos de aprendizagem, assegurando oportunidades efetivas de participação nas experiências de linguagem, leitura e escrita.

A ausência ou a limitação da fala oral não deverá ser interpretada como ausência de compreensão ou de capacidade de aprendizagem, sendo necessário identificar e valorizar as diferentes formas pelas quais o estudante compreende, expressa escolhas, manifesta interesses e estabelece comunicação com o ambiente.

Para tanto, deverão ser disponibilizados recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), quando necessários, tais como pranchas de comunicação, símbolos gráficos, imagens, objetos de referência, gestos, dispositivos eletrônicos e outros recursos acessíveis, associados a estratégias pedagógicas individualizadas e à mediação intencional do professor.

O trabalho de alfabetização com esse grupo de estudantes deverá contemplar o contato sistemático e significativo com livros, histórias, letras, palavras, nomes, imagens, símbolos e diferentes gêneros textuais, respeitando as possibilidades de acesso e resposta de cada estudante, sem restringir suas experiências à realização de atividades meramente sensoriais ou de ocupação.

Para estudantes que necessitem de apoio intensivo, deverão ser organizadas rotinas previsíveis, instruções acessíveis, atividades em etapas, tempo ampliado,

recursos de acessibilidade motora e comunicacional, pausas e condições adequadas de conforto e autorregulação, conforme as necessidades identificadas.

O planejamento deverá ser construído colaborativamente pelo professor alfabetizador, pela equipe pedagógica, pelo profissional do Atendimento Educacional Especializado e pelos demais profissionais envolvidos, com participação da família e consideração das formas de comunicação já utilizadas pelo estudante.

As estratégias e os recursos deverão ser avaliados e ajustados continuamente, registrando-se os avanços na comunicação, na participação, na compreensão e na apropriação da linguagem escrita.

A complexidade das necessidades de apoio não poderá constituir impedimento para o acesso ao currículo, nem justificar a privação de oportunidades de alfabetização, devendo a escola assegurar condições para que cada estudante desenvolva suas potencialidades e avance em seu percurso de aprendizagem.

10.6 AUTISTAS COM NECESSIDADES INTENSIVAS DE APOIO À AUTORREGULAÇÃO E À PERMANÊNCIA ESCOLAR

A alfabetização de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA) que apresentam dificuldades significativas de autorregulação e necessitam de apoios intensivos para participar das atividades e permanecer durante toda a jornada escolar deverá considerar suas necessidades individuais de comunicação, processamento sensorial, previsibilidade, organização da rotina e bem-estar.

A escola deverá identificar as situações e as barreiras ambientais, sensoriais, comunicacionais e pedagógicas que possam dificultar a participação do estudante, planejando estratégias de prevenção e apoio, como antecipação das atividades e transições, uso de rotinas visuais, adequação dos estímulos ambientais, oferta de pausas planejadas, disponibilização de espaços seguros e acessíveis para descanso e autorregulação e utilização de recursos de comunicação compatíveis com suas necessidades.

O planejamento da alfabetização deverá assegurar experiências pedagógicas significativas, com atividades organizadas em etapas, tempo flexível, mediação

individualizada quando necessária e respeito aos sinais de cansaço, desconforto e sobrecarga apresentados pelo estudante.

Nos casos em que ainda não seja possível a participação durante todo o período escolar, a equipe gestora, os professores, o Atendimento Educacional Especializado e os demais profissionais envolvidos deverão, em diálogo com a família, construir e revisar estratégias individualizadas que priorizem a segurança, o bem-estar, a ampliação da participação e a permanência escolar, sem transformar a redução da jornada em resposta automática ou permanente às dificuldades encontradas.

Eventuais ajustes na organização da frequência e da jornada deverão observar a legislação vigente, os direitos educacionais do estudante e os procedimentos institucionais aplicáveis, com acompanhamento sistemático e busca de alternativas que ampliem progressivamente as oportunidades de acesso ao currículo.

A dificuldade de autorregulação não deverá ser interpretada, por si só, como falta de capacidade para aprender, tampouco justificar a privação do ensino da leitura e da escrita.

Compete à rede municipal assegurar condições de acessibilidade, recursos, profissionais e articulação intersetorial, quando necessária, para favorecer a participação, a aprendizagem e a permanência com equidade.

10.7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E ACOMPANHAMENTO DOS AVANÇOS

A avaliação da alfabetização dos estudantes atípicos e neurodivergentes deverá assumir caráter diagnóstico, formativo, contínuo e processual, permitindo identificar conhecimentos já construídos, habilidades em desenvolvimento, barreiras à aprendizagem e necessidades de reorganização do ensino.

Os instrumentos avaliativos deverão contemplar diferentes formas de participação e resposta, considerando os recursos de acessibilidade utilizados pelo estudante, seu percurso de aprendizagem e os objetivos pedagógicos estabelecidos. Poderão ser utilizados registros de observação, portfólios, atividades práticas, produções escritas, leitura mediada, recursos visuais, respostas orais, gestuais ou alternativas de comunicação.

O acompanhamento deverá evidenciar os avanços alcançados, as habilidades que ainda demandam intervenção e as estratégias que demonstraram melhores resultados. Quando necessário, deverão ser estabelecidas metas pedagógicas intermediárias, articuladas aos objetivos curriculares e revistas periodicamente.

A avaliação não deverá comparar os estudantes de maneira descontextualizada nem utilizar a deficiência, a condição do neurodesenvolvimento ou o uso de recursos de acessibilidade como critérios de desvalorização de suas aprendizagens. Tampouco deverá se limitar à classificação ou à identificação de dificuldades, devendo orientar decisões pedagógicas e garantir novas oportunidades de aprendizagem.

10.8 ARTICULAÇÃO ENTRE PROFESSOR ALFABETIZADOR, PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE E FAMÍLIA

A alfabetização de estudantes atípicos e neurodivergentes requer planejamento colaborativo entre professor alfabetizador, professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), coordenação pedagógica, gestão escolar, demais profissionais da educação e famílias.

O professor da classe comum será responsável pelo planejamento e desenvolvimento do ensino da leitura e da escrita, assegurando a participação do estudante nas atividades curriculares. O AEE deverá atuar de forma complementar à escolarização dos estudantes com deficiência e transtorno do espectro autista e suplementar à escolarização dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, contribuindo para a identificação e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras à participação e à aprendizagem.

A articulação entre os profissionais deverá incluir o compartilhamento de observações pedagógicas, o planejamento de estratégias acessíveis, a avaliação da efetividade dos recursos e o acompanhamento dos avanços, respeitando as atribuições de cada profissional. O AEE não deverá substituir o ensino comum nem transferir exclusivamente ao professor especializado a responsabilidade pela alfabetização do estudante.

A família deverá ser reconhecida como parceira no processo educativo, sendo mantida informada sobre os avanços, as dificuldades identificadas e as estratégias desenvolvidas pela escola. O diálogo deverá valorizar os conhecimentos da família sobre o estudante, sem atribuir a ela a responsabilidade exclusiva pela superação das barreiras educacionais.

Quando necessário, a escola poderá articular-se com os serviços de saúde, assistência social e demais políticas públicas, observando as atribuições institucionais, o respeito à privacidade e a finalidade educacional dessa articulação.

10.9 CONTRIBUIÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA

A atuação do psicopedagogo no ambiente escolar constitui uma importante contribuição para o fortalecimento das práticas de alfabetização inclusiva, especialmente no acompanhamento dos processos de aprendizagem dos estudantes atípicos e neurodivergentes.

Por meio da análise das condições em que a aprendizagem ocorre, da identificação de possíveis barreiras pedagógicas e da colaboração com os professores e as equipes escolares, esse profissional poderá contribuir para a compreensão das necessidades educacionais dos estudantes e para a elaboração de estratégias de ensino diversificadas, acessíveis e adequadas às suas singularidades.

Sua atuação deverá favorecer a reflexão sobre as práticas pedagógicas, a orientação dos profissionais da educação, o acompanhamento dos avanços na leitura e na escrita e a articulação entre escola e família, contribuindo para a prevenção de dificuldades persistentes e para a construção de intervenções pedagógicas mais efetivas.

O trabalho psicopedagógico deverá ocorrer de forma colaborativa, respeitando as atribuições dos demais profissionais, sem substituir a responsabilidade docente pelo ensino, a atuação do Atendimento Educacional Especializado ou as avaliações e intervenções próprias de outras áreas profissionais, quando necessárias.

10.10 CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO PSICOSSOCIAL

O Serviço de Apoio Psicossocial constitui um importante aliado na promoção da alfabetização inclusiva, contribuindo para a identificação e o enfrentamento de barreiras sociais, familiares, relacionais e institucionais que possam interferir na participação, na permanência e na aprendizagem dos estudantes atípicos e neurodivergentes.

Por meio da escuta qualificada, do acolhimento às famílias, da articulação com a rede de proteção social e do trabalho colaborativo com as equipes escolares, poderá favorecer a construção de condições mais equitativas para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Sua atuação deverá ocorrer de forma integrada ao planejamento educacional, respeitando as atribuições dos profissionais envolvidos e reconhecendo que a garantia da alfabetização é uma responsabilidade institucional da rede de ensino.

10.11 FORMAÇÃO CONTINUADA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Compete à Secretaria Municipal de Educação promover condições institucionais para a implementação das diretrizes de alfabetização de estudantes atípicos e neurodivergentes, assegurando formação continuada aos professores alfabetizadores, coordenadores pedagógicos, profissionais do AEE e demais integrantes das equipes escolares.

A formação deverá abordar, entre outros temas, os processos de aquisição da leitura e da escrita para estudantes atípicos e neurodivergentes, as características do desenvolvimento infantil, a neurodiversidade, a educação especial na perspectiva inclusiva, a acessibilidade curricular, as tecnologias assistivas, a comunicação aumentativa e alternativa, a avaliação formativa e o planejamento de intervenções pedagógicas.

Compete também à gestão municipal orientar as unidades escolares na organização do planejamento, disponibilizar materiais e recursos acessíveis, acompanhar os indicadores de aprendizagem, identificar barreiras estruturais e pedagógicas e promover ações para prevenir discriminação, capacitismo, exclusão e baixas expectativas em relação aos estudantes atípicos e neurodivergentes.

A implementação deverá ser acompanhada por mecanismos de monitoramento que considerem a participação dos estudantes, a oferta de apoios, a evolução das aprendizagens e a efetividade das estratégias pedagógicas, de modo a subsidiar a revisão das ações e o aprimoramento contínuo da política.

10.12 DISPOSIÇÃO ORIENTADORA

A Política Municipal de Alfabetização reafirma que a garantia do direito à leitura e à escrita exige compromisso institucional, planejamento pedagógico, acessibilidade, formação profissional e acompanhamento contínuo. A alfabetização de estudantes atípicos e neurodivergentes não consiste apenas em inserir o estudante nas atividades escolares, mas em assegurar que ele tenha oportunidades efetivas de participar, aprender, comunicar-se e desenvolver suas potencialidades.

Dessa forma, a rede municipal deverá promover práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade dos estudantes, removam barreiras à aprendizagem e assegurem a continuidade do processo de alfabetização desde as experiências com a cultura escrita na Educação Infantil até a consolidação e o aprofundamento das habilidades de leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A garantia desse direito constitui responsabilidade compartilhada entre o poder público, a gestão educacional, as equipes escolares e a comunidade, orientada pelo princípio de que todos os estudantes devem ter acesso a oportunidades educacionais equitativas, inclusivas e socialmente relevantes.

11 GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

A efetivação da Política Municipal de Alfabetização constitui compromisso público e responsabilidade compartilhada entre a SEDUC, as equipes técnicas e pedagógicas, os gestores escolares, os professores, oficineiros, as famílias e os demais segmentos da comunidade escolar, respeitadas as competências institucionais e as atribuições de cada participante.

A garantia do direito à alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental exige a articulação de ações administrativas, pedagógicas e formativas, bem como o acompanhamento sistemático das aprendizagens e a implementação de estratégias de recomposição para os estudantes que não tenham consolidado as habilidades essenciais no período previsto.

A implementação deverá observar os princípios da gestão democrática, da equidade educacional, da inclusão, da valorização dos profissionais da educação, da participação social e do regime de colaboração entre os entes federativos.

Assim, a responsabilidade pela alfabetização não se limita à atuação individual do professor, mas envolve a organização das condições institucionais necessárias para assegurar o ensino e a aprendizagem.

Dessa forma, ficam estabelecidos os seguintes compromissos e responsabilidades.

11.1 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

A SEDUC, por meio da Diretoria de Planejamento Pedagógico e de sua equipe técnico-pedagógica, é responsável pela coordenação institucional, pelo planejamento, pela orientação, pelo acompanhamento e pela avaliação da Política Municipal de Alfabetização, em articulação com os demais setores da administração municipal e com as unidades escolares.

Compete à SEDUC assegurar as condições necessárias à implementação da política, cabendo à Diretoria de Planejamento Pedagógico e à equipe técnico-pedagógica operacionalizar, orientar e monitorar as ações pedagógicas, respeitadas as competências administrativas de cada setor.

Constituem atribuições da SEDUC, por meio de suas instâncias administrativas e técnico-pedagógicas:

I – Coordenar a implementação, a continuidade e o aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização, assegurando sua articulação com o planejamento educacional do município, os documentos curriculares vigentes e os projetos político-pedagógicos das unidades escolares.

II – Elaborar, executar e acompanhar o Plano Anual de Ação da política, estabelecendo prioridades, metas, estratégias, cronograma, responsáveis, recursos e indicadores, considerando as necessidades da Rede Municipal de Ensino e os referenciais educacionais vigentes.

III – Assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental como prioridade da política educacional municipal, garantindo, nos anos subsequentes, estratégias de consolidação e recomposição das aprendizagens.

IV – Orientar e acompanhar o planejamento pedagógico das unidades escolares, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os documentos curriculares municipais e os marcos de aprendizagem estabelecidos nesta política.

V – Planejar, organizar e acompanhar a formação continuada dos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares, supervisores e demais profissionais envolvidos nos processos de alfabetização e letramento, considerando as necessidades identificadas na rede.

VI – Assegurar que as ações formativas contemplem os fundamentos teóricos e metodológicos da alfabetização e do letramento, incluindo o SEA, a consciência fonológica, a leitura, a compreensão e a produção textual, a literatura, o letramento matemático, a avaliação das aprendizagens e as práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas.

VII – Coordenar e orientar a utilização de instrumentos de avaliação diagnóstica e formativa, promovendo a sistematização e a análise dos resultados das avaliações internas e externas para subsidiar o planejamento, a identificação de dificuldades e a tomada de decisões pedagógicas.

VIII – Prestar apoio técnico-pedagógico às unidades escolares, por meio de orientações, visitas técnicas, reuniões e acompanhamento dos registros de aprendizagem, contribuindo para a elaboração, a execução e a avaliação dos planos de intervenção e recomposição das aprendizagens.

IX – Promover a articulação curricular e pedagógica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, assegurando a continuidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento, com respeito às especificidades de cada etapa.

X – Assegurar, conforme o planejamento e a disponibilidade orçamentária, materiais didáticos, obras literárias, jogos pedagógicos, recursos de acessibilidade e demais instrumentos necessários ao desenvolvimento das práticas de alfabetização e letramento.

XI – Orientar a organização das turmas de alfabetização e a distribuição dos profissionais, considerando as necessidades pedagógicas da rede, a formação e a experiência dos docentes, observadas as normas administrativas e os direitos dos profissionais da educação.

XII – Promover ações voltadas à equidade educacional, à inclusão, à acessibilidade e ao respeito à diversidade, assegurando apoio às unidades escolares no atendimento aos estudantes com deficiência e àqueles que apresentam dificuldades persistentes de aprendizagem.

XIII – Articular as ações de alfabetização com as experiências da Educação Integral em Tempo Integral, nas unidades escolares favorecendo a integração entre as atividades curriculares, as oficinas pedagógicas e os projetos de leitura, escrita, Matemática, arte e cultura.

XIV – Fortalecer a articulação entre as unidades escolares, as famílias, a comunidade e as políticas públicas de saúde, assistência social, cultura e proteção à infância, bem como promover a integração das ações municipais aos programas estaduais e federais de alfabetização, observando o regime de colaboração.

XV – Sistematizar informações e produzir relatórios periódicos sobre a implementação da política, contemplando os indicadores educacionais, os resultados das aprendizagens, os desafios identificados e as recomendações para o aperfeiçoamento das ações, respeitando a legislação de proteção de dados pessoais.

XVI – Promover a avaliação anual da Política Municipal de Alfabetização, assegurando mecanismos de transparência, participação e acompanhamento dos resultados, de modo a subsidiar a revisão das estratégias e o cumprimento das metas estabelecidas.

11.2 GESTORES, COORDENADORES PEDAGÓGICOS E SUPERVISORES DAS UNIDADES ESCOLARES

Os gestores, coordenadores pedagógicos e supervisores são responsáveis pela organização institucional e pelo acompanhamento pedagógico da implementação da Política Municipal de Alfabetização no âmbito das unidades escolares. Sua atuação deverá favorecer o trabalho colaborativo, a formação em serviço, o acompanhamento das aprendizagens e a construção de condições adequadas para o desenvolvimento das práticas de alfabetização e letramento.

11.2.1 Gestores

Compete às equipes gestoras das unidades escolares:

I – Assegurar a implementação da Política Municipal de Alfabetização em articulação com o projeto político-pedagógico da unidade escolar.

II – Organizar, em conjunto com a coordenação pedagógica, supervisores, professores e oficineiros as condições institucionais necessárias ao desenvolvimento das ações de alfabetização.

III – Garantir a disponibilidade e a utilização pedagógica dos materiais didáticos, livros, jogos e demais recursos destinados à alfabetização.

IV – Promover ambientes escolares acolhedores, acessíveis, inclusivos e favoráveis ao desenvolvimento das aprendizagens.

V – Acompanhar sistematicamente os indicadores de frequência, participação e aprendizagem dos estudantes, articulando medidas de busca ativa e prevenção do abandono escolar, quando necessárias.

VI – Assegurar espaços e tempos institucionais para planejamento coletivo, formação continuada e análise dos resultados de aprendizagem.

VII – Apoiar a implementação dos planos de intervenção pedagógica e das ações de recomposição das aprendizagens.

VIII – Promover a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, especialmente nos processos de transição entre as etapas.

IX – Estimular a participação das famílias e da comunidade escolar nas ações de valorização da leitura e da escrita.

X – Assegurar o acompanhamento dos estudantes que necessitem de recursos de acessibilidade e apoios educacionais específicos, em articulação com os profissionais responsáveis.

XI – Zelar pela aplicação adequada dos recursos financeiros e materiais destinados à alfabetização, observando as normas de gestão e os mecanismos de controle social.

XII – Participar das reuniões de acompanhamento e avaliação da política, contribuindo para a identificação de desafios e a definição de soluções.

XIII – Garantir que os resultados das avaliações sejam utilizados prioritariamente para o aprimoramento das práticas pedagógicas, evitando processos de exposição, rotulação ou classificação indevida de estudantes e profissionais.

11.2.2 Coordenação pedagógica e supervisores

Compete aos coordenadores pedagógicos e supervisores:

I – Orientar e acompanhar o planejamento docente, assegurando sua articulação com as habilidades curriculares e os objetivos da Política Municipal de Alfabetização.

II – Promover momentos sistemáticos de estudo e reflexão sobre os processos de alfabetização e letramento, considerando os referenciais teóricos e as necessidades identificadas na escola.

III – Acompanhar a organização das rotinas pedagógicas, assegurando a presença de práticas sistemáticas de leitura, escrita, oralidade, reflexão sobre o SEA e letramento matemático.

IV – Apoiar os professores e oficineiros na seleção e na utilização de estratégias pedagógicas adequadas aos diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes.

V – Orientar a realização e a análise de avaliações diagnósticas e formativas, considerando evidências relativas à apropriação da escrita alfabética, à leitura, à compreensão textual, à produção escrita e aos conhecimentos matemáticos.

VI – Coordenar a elaboração, a execução e o acompanhamento dos planos de intervenção e recomposição das aprendizagens.

VII – Promover reuniões pedagógicas para análise da progressão das aprendizagens, identificação de dificuldades e replanejamento das ações.

VIII – Acompanhar as práticas pedagógicas por meio de análise dos planejamentos, observação de situações de ensino e devolutivas formativas aos professores.

IX – Incentivar a realização de projetos de leitura, escrita e literatura, considerando as características socioculturais da comunidade escolar.

X – Apoiar a elaboração de estratégias inclusivas e a utilização de recursos de acessibilidade, em articulação com os profissionais da Educação Especial.

XI – Organizar processos de formação continuada em serviço, valorizando o compartilhamento de experiências e a reflexão coletiva sobre os desafios da alfabetização.

XII – Acompanhar a documentação pedagógica e os registros de aprendizagem, assegurando sua utilização para a tomada de decisões.

XIII – Promover a articulação entre professores de diferentes anos escolares, favorecendo a continuidade das aprendizagens e o acompanhamento dos estudantes que necessitem de apoio.

XIV – Participar das ações de acompanhamento promovidas pela SEDUC, contribuindo para a avaliação e o aperfeiçoamento da política.

11.2.3 Professores

Os professores desempenham papel central na efetivação do direito à alfabetização, sendo responsáveis pela organização e pelo desenvolvimento das práticas de ensino, pela avaliação das aprendizagens e pela realização de intervenções pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes.

Sua atuação deverá fundamentar-se nos princípios da alfabetização articulada ao letramento, reconhecendo a importância do ensino sistemático do SEA e da participação dos estudantes em práticas sociais significativas de leitura e escrita.

Conforme Soares (2020), a aprendizagem da escrita exige a articulação entre a apropriação do sistema alfabético e o desenvolvimento das capacidades de utilização

da linguagem escrita em diferentes situações sociais. Morais (2012), por sua vez, destaca a necessidade de intervenções pedagógicas que favoreçam a compreensão das propriedades do SEA.

Compete aos professores:

I – Conhecer e observar as diretrizes da Política Municipal de Alfabetização, da BNCC e dos documentos curriculares vigentes.

II – Elaborar planejamentos pedagógicos intencionais, sistemáticos e adequados às habilidades previstas para cada etapa e ano escolar.

III – Identificar os conhecimentos prévios, as potencialidades e as necessidades de aprendizagem dos estudantes, utilizando essas informações para orientar o ensino.

IV – Desenvolver práticas de alfabetização que articulem a reflexão sobre o SEA, a leitura, a escrita, a oralidade e os usos sociais da linguagem.

V – Promover situações frequentes de leitura de diferentes gêneros textuais, ampliando o repertório cultural e as capacidades de compreensão dos estudantes.

VI – Desenvolver atividades de produção textual, contemplando planejamento, escrita, revisão, reescrita e socialização das produções, conforme as possibilidades de cada ano escolar.

VII – Utilizar estratégias de ensino que favoreçam a consciência fonológica, a compreensão das relações entre fonemas e grafemas e o desenvolvimento progressivo da precisão e da fluência leitora.

VIII – Desenvolver práticas de letramento matemático, valorizando a resolução de problemas, a argumentação, a utilização de diferentes representações e a compreensão dos conhecimentos matemáticos em situações significativas.

IX – Organizar ambientes alfabetizadores que favoreçam o contato com livros, textos, materiais escritos, jogos e recursos pedagógicos diversificados.

X – Realizar avaliações diagnósticas e formativas, utilizando diferentes instrumentos para acompanhar a progressão das aprendizagens.

XI – Analisar os resultados das avaliações e reorganizar o planejamento, desenvolvendo intervenções pedagógicas oportunas para os estudantes que apresentem dificuldades.

XII – Implementar estratégias de recomposição das aprendizagens, com atividades diferenciadas e acompanhamento sistemático dos avanços.

XIII – Respeitar os diferentes ritmos e percursos de aprendizagem, evitando práticas discriminatórias, rotulações e expectativas reduzidas em relação às capacidades dos estudantes.

XIV – Desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, utilizando adaptações razoáveis, recursos de acessibilidade e apoios necessários à participação e à aprendizagem.

XV – Contemplar a educação das relações étnico-raciais e a valorização das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas, conforme a legislação vigente.

XVI – Valorizar os conhecimentos, as experiências, as manifestações culturais e as práticas de linguagem presentes na comunidade de Acajutiba.

XVII – Participar das ações de formação continuada, reuniões pedagógicas e momentos de estudo promovidos pela rede e pela unidade escolar.

XVIII – Manter atualizados os registros pedagógicos e de acompanhamento da aprendizagem, respeitando as orientações institucionais e a proteção dos dados dos estudantes.

XIX – Compartilhar com as famílias informações sobre o desenvolvimento das aprendizagens, orientando formas de acompanhamento compatíveis com suas condições e possibilidades.

XX – Participar dos processos coletivos de planejamento, avaliação e aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização.

Na Educação Infantil, essas responsabilidades deverão ser exercidas em consonância com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e com os campos de experiências previstos na BNCC, preservando as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes, sem antecipar exigências formais de alfabetização próprias do Ensino Fundamental.

11.2.4 Oficineiros

As oficinas deverão constituir espaços de ampliação e aprofundamento das experiências educativas, favorecendo o desenvolvimento da oralidade, da leitura, da escrita, do raciocínio lógico-matemático, da criatividade, da expressão artística, da cultura corporal, da convivência e da participação social.

A contribuição dos oficineiros deverá respeitar as especificidades de cada oficina e suas atribuições profissionais, sem substituir o trabalho pedagógico sistemático de alfabetização desenvolvido pelos professores habilitados.

Constituem compromissos e responsabilidades dos oficineiros da Educação Integral em Tempo Integral:

I – Conhecer os princípios e objetivos da Política Municipal de Alfabetização, contribuindo para sua implementação no âmbito das atividades sob sua responsabilidade.

II – Planejar e desenvolver oficinas articuladas ao projeto político-pedagógico da unidade escolar e às orientações da coordenação pedagógica, considerando os objetivos formativos de cada atividade.

III – Promover experiências educativas que favoreçam o desenvolvimento da linguagem oral, da comunicação, da expressão, da criatividade, da autonomia e do pensamento crítico.

IV – Incorporar, quando pertinente à natureza da oficina, práticas sociais de leitura e escrita, como leitura de instruções, interpretação de regras, produção de registros, elaboração de cartazes, relatos, roteiros e outros textos significativos.

V – Desenvolver situações que estimulem o raciocínio lógico-matemático, a resolução de problemas, a organização de informações e a utilização de conhecimentos matemáticos em contextos práticos.

VI – Utilizar metodologias participativas, lúdicas, investigativas e interdisciplinares, respeitando as características, os interesses e as necessidades dos estudantes.

VII – Contribuir para o desenvolvimento de projetos integradores que articulem as oficinas às práticas de alfabetização, letramento e ampliação das aprendizagens.

VIII – Participar, conforme suas atribuições e organização institucional, de momentos de planejamento coletivo e diálogo com professores, coordenadores

pedagógicos e supervisores, favorecendo a integração entre as atividades curriculares e as oficinas.

IX – Observar e compartilhar com a equipe pedagógica informações relevantes sobre a participação, o envolvimento, as potencialidades e as necessidades de apoio dos estudantes, sem substituir os procedimentos formais de avaliação da aprendizagem.

X – Desenvolver práticas inclusivas e acessíveis, assegurando oportunidades de participação dos estudantes com deficiência e daqueles que necessitem de apoios específicos.

XI – Valorizar a diversidade cultural, étnico-racial e social, promovendo atividades que reconheçam as identidades, os saberes e as manifestações culturais da comunidade de Acajutiba.

XII – Contribuir para o fortalecimento do protagonismo estudantil, da cooperação, da convivência democrática e do respeito às diferenças.

XIII – Participar das ações formativas pertinentes às suas funções, especialmente aquelas relacionadas à Educação Integral, à inclusão, ao desenvolvimento infantil e às práticas interdisciplinares de aprendizagem.

XIV – Colaborar com o acompanhamento pedagógico das atividades desenvolvidas nas oficinas, por meio de registros e devolutivas compatíveis com suas atribuições.

A atuação dos oficineiros deverá ser orientada pela concepção de Educação Integral, compreendendo que a ampliação da jornada escolar precisa estar associada à ampliação das oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, e não apenas ao aumento do tempo de permanência dos estudantes na escola.

11.3 FAMÍLIAS E RESPONSÁVEIS

A participação das famílias e dos responsáveis constitui elemento importante para o desenvolvimento integral das crianças e para o fortalecimento de seus vínculos com a escola, com a leitura, com a escrita e com as diferentes manifestações da cultura. A relação entre família e escola deverá fundamentar-se no diálogo, no respeito,

na corresponsabilidade e no reconhecimento da diversidade das organizações familiares e de suas condições sociais, econômicas e culturais.

A participação familiar não substitui a responsabilidade do poder público e da escola pela oferta de ensino de qualidade, tampouco pressupõe que os responsáveis dominem conhecimentos específicos sobre métodos de alfabetização.

Constituem compromissos das famílias e dos responsáveis, observadas suas possibilidades e as disposições legais:

I – Assegurar a matrícula e acompanhar a frequência escolar das crianças, conforme as exigências legais.

II – Manter diálogo com os professores e as equipes escolares, compartilhando informações relevantes para o acompanhamento do desenvolvimento e da aprendizagem.

III – Participar, sempre que possível, de reuniões, encontros e atividades promovidas pela escola.

IV – Incentivar o interesse das crianças por livros, histórias, narrativas, brincadeiras com palavras e outras manifestações da linguagem.

V – Valorizar as experiências de leitura e escrita desenvolvidas na escola, reconhecendo os avanços e as conquistas das crianças.

VI – Proporcionar, dentro de suas possibilidades, momentos de conversa, contação de histórias, leitura compartilhada e exploração de textos presentes no cotidiano.

VII – Acompanhar as orientações e os comunicados encaminhados pela unidade escolar, buscando esclarecimentos quando necessário.

VIII – Apoiar a organização de hábitos de estudo e de participação nas atividades escolares, respeitando a idade e as necessidades da criança.

IX – Comunicar à escola situações que possam interferir na frequência, na participação ou na aprendizagem do estudante.

X – Colaborar com as ações de acompanhamento pedagógico, mantendo diálogo com a escola sobre as estratégias de apoio necessárias.

XI – Participar de iniciativas de valorização da leitura, da literatura e da cultura local, quando promovidas pela unidade escolar.

XII – Contribuir para a construção de um ambiente de respeito, acolhimento, inclusão e valorização da diversidade.

A escola deverá assegurar formas diversificadas de comunicação e participação, considerando as condições de trabalho, os horários, a escolaridade e as possibilidades de acesso das famílias. As ações de aproximação entre família e escola deverão ter caráter acolhedor e orientador, evitando a responsabilização individual dos responsáveis por dificuldades de aprendizagem cuja superação depende de ações pedagógicas e institucionais.

11.4 GOVERNANÇA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

A governança da Política Municipal de Alfabetização compreende o conjunto de mecanismos de coordenação, articulação, planejamento, acompanhamento, avaliação e participação destinados a assegurar a implementação integrada, a continuidade institucional e o aperfeiçoamento das ações voltadas à garantia do direito à alfabetização.

A estrutura de governança deverá fundamentar-se nos princípios da gestão democrática, da transparência, da equidade educacional, da cooperação institucional e da responsabilidade compartilhada, respeitando a autonomia das unidades escolares e as competências dos órgãos do Sistema Municipal de Ensino. Em consonância com a Lei Federal nº 15.247/2025, a governança municipal deverá articular-se às estratégias do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e aos mecanismos de colaboração estabelecidos entre União, Estado e Município.

11.4.1 Organização da governança

A governança da Política Municipal de Alfabetização será organizada de forma articulada entre as seguintes instâncias:

I – Instância de coordenação institucional: SEDUC, responsável pela direção institucional, pela articulação intersetorial, pela definição das prioridades e pela garantia das condições necessárias à implementação da política.

II – Instância de coordenação técnico-pedagógica: Diretoria de Planejamento Pedagógico, responsável pela orientação e pelo acompanhamento técnico da política, contando com o apoio operacional do Núcleo Municipal de Alfabetização.

III – Instância de implementação escolar: equipes gestoras, professores e oficineiros das unidades escolares, responsáveis pela execução das ações pedagógicas, pelo acompanhamento dos estudantes e pela avaliação das estratégias desenvolvidas.

IV – Instância de articulação intersetorial e acompanhamento: Comitê Municipal Intersetorial Permanente em prol da Alfabetização, instituído pelo Decreto Municipal nº 184/2025 e presidido pelo Conselho Municipal de Educação, responsável, nos termos de suas atribuições, pelo acompanhamento e pela avaliação do Plano de Ação Emergencial de Alfabetização, pela análise sistemática dos indicadores municipais de alfabetização, pela proposição de melhorias e ajustes nas políticas públicas e pela integração das ações de educação, saúde, assistência social e demais áreas que impactam o processo de alfabetização. Compete-lhe, ainda, promover a participação e o controle social, assegurando a transparência e a divulgação das atividades, decisões e resultados. Suas deliberações terão caráter consultivo, subsidiando a SEDUC e os demais órgãos competentes na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de alfabetização.

V – Instância de participação e acompanhamento social: conselhos escolares, famílias, representantes da comunidade escolar e Conselho Municipal de Educação, respeitadas as atribuições legais de cada órgão e os mecanismos de participação existentes.

VI – Instância de articulação interfederativa: representação municipal nos espaços e nas redes de colaboração vinculados às políticas estaduais e nacionais de alfabetização, conforme os instrumentos de adesão, pactuação e regulamentação aplicáveis.

A organização dessas instâncias deverá favorecer a circulação de informações, a construção de decisões fundamentadas e o acompanhamento contínuo dos compromissos estabelecidos.

11.4.2 Núcleo Municipal de Acompanhamento da Política de Alfabetização

Para fortalecer a implementação, o acompanhamento e a avaliação da Política Municipal de Alfabetização, será organizado, no âmbito da SEDUC, o Núcleo Municipal de Alfabetização, com atuação técnico-pedagógica, articuladora e de monitoramento.

O Núcleo terá como finalidade coordenar e acompanhar as ações pedagógicas relacionadas à alfabetização e ao letramento, subsidiar a tomada de decisões e contribuir para o aperfeiçoamento contínuo da política, em articulação com as equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares.

Sua composição será formada por profissionais da SEDUC, preferencialmente contemplando:

I – Representante da Diretoria de Planejamento Pedagógico, responsável pela coordenação do Núcleo.

II – Técnico pedagógico responsável pela Educação Infantil.

III – Técnico pedagógico responsável pelo Ensino Fundamental Anos Iniciais.

IV – Técnico pedagógico responsável pela Educação Especial e Inclusiva.

V – Outros profissionais da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, conforme as necessidades de implementação e acompanhamento da política.

A composição e o funcionamento do Núcleo serão definidos por ato administrativo próprio da Secretaria Municipal de Educação, observadas as competências legais, a estrutura organizacional e a disponibilidade de profissionais da rede.

11.4.3 Atribuições do Núcleo Municipal de Alfabetização

Compete ao Núcleo Municipal de Alfabetização:

I – Apoiar tecnicamente a implementação e o acompanhamento das ações previstas na Política Municipal de Alfabetização e no respectivo Plano Anual de Ação.

II – Reunir, organizar e sistematizar os resultados das avaliações internas e externas, identificando avanços, dificuldades e necessidades de intervenção pedagógica.

III – Colaborar com o acompanhamento técnico-pedagógico das unidades escolares, por meio de visitas, reuniões, análise de registros e devolutivas às equipes gestoras e pedagógicas.

IV – Apoiar a realização das ações de formação continuada e a socialização de práticas pedagógicas relacionadas à alfabetização, ao letramento e à recomposição das aprendizagens.

V – Contribuir para a articulação das ações pedagógicas entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, considerando a inclusão, a equidade e as necessidades dos estudantes.

VI – Elaborar registros e relatórios de acompanhamento, apresentando à Diretoria de Planejamento Pedagógico informações sobre a execução das ações e a evolução dos indicadores de alfabetização.

VII – Apresentar subsídios e recomendações técnico-pedagógicas para o aperfeiçoamento das estratégias de alfabetização, com base nas evidências de aprendizagem e nas necessidades identificadas na rede.

O Núcleo desenvolverá suas atividades de forma integrada à Diretoria de Planejamento Pedagógico e às unidades escolares, respeitando as competências institucionais da SEDUC e as responsabilidades das equipes gestoras, dos coordenadores pedagógicos e dos professores.

11.4.4 Planejamento, monitoramento e avaliação da política

A governança da Política Municipal de Alfabetização deverá assegurar a elaboração e a execução de um plano de implementação, articulado ao planejamento educacional da rede.

Esse plano deverá estabelecer:

I – Objetivos operacionais e prioridades anuais.

II – Metas de alfabetização e de redução das desigualdades de aprendizagem.

III – Ações pedagógicas e formativas necessárias ao alcance das metas.

IV – Responsáveis pela execução e pelo acompanhamento das ações.

V – Cronograma de implementação.

VI – Recursos humanos, materiais e financeiros necessários.

VII – Indicadores de processo, de aprendizagem e de resultados.

VIII – Procedimentos de avaliação e replanejamento.

O monitoramento deverá contemplar, entre outros aspectos, a participação dos profissionais nas formações, a disponibilidade de materiais pedagógicos, a realização de avaliações diagnósticas, a implementação das intervenções e a progressão das aprendizagens.

Entre os indicadores prioritários, deverão ser considerados o percentual de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano, a evolução das habilidades de leitura e escrita, a participação dos estudantes nas ações de recomposição e a redução das desigualdades de aprendizagem.

A análise dos resultados deverá considerar as características das escolas, as condições de oferta educacional e os diferentes contextos socioculturais, evitando interpretações baseadas exclusivamente em resultados numéricos. Os dados de acompanhamento deverão subsidiar decisões pedagógicas e administrativas, respeitando a privacidade, a confidencialidade e a legislação de proteção de dados pessoais.

11.4.5 Regime de colaboração e articulação institucional

A implementação da Política Municipal de Alfabetização deverá observar o regime de colaboração previsto na Constituição Federal e na legislação educacional, fortalecendo a articulação entre o Município de Acajutiba, o Estado da Bahia e a União. Essa articulação deverá favorecer o acesso às ações de formação continuada, aos instrumentos de avaliação, aos materiais pedagógicos, à assistência técnica e às demais iniciativas de apoio à alfabetização.

A SEDUC deverá acompanhar as orientações e os instrumentos de pactuação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, buscando integrar as ações municipais às estratégias estaduais e federais, sem prejuízo da autonomia do Sistema Municipal de Ensino.

A governança deverá, ainda, promover a articulação com instituições de formação, universidades e demais organizações que possam contribuir tecnicamente

para o desenvolvimento da política, observadas as normas administrativas e os interesses educacionais do município.

11.4.6 Transparência, participação e aperfeiçoamento contínuo

A gestão da Política Municipal de Alfabetização deverá adotar mecanismos de transparência e participação, assegurando à comunidade escolar acesso a informações institucionais sobre as ações desenvolvidas, os resultados gerais alcançados e os desafios identificados.

A divulgação dos resultados deverá preservar a identidade e os dados pessoais dos estudantes, evitando a exposição individual e a utilização de informações para produzir classificações ou constrangimentos.

A avaliação da política deverá considerar tanto os indicadores de aprendizagem quanto as condições de implementação, a qualidade das práticas pedagógicas, a participação dos profissionais e as necessidades identificadas nas unidades escolares. Os resultados do acompanhamento deverão orientar processos de revisão e aperfeiçoamento, garantindo que a Política Municipal de Alfabetização se consolide como uma ação pública permanente, articulada, inclusiva e comprometida com a aprendizagem de todas as crianças.

12 METAS E INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A Política Municipal de Alfabetização estabelece metas e indicadores destinados a orientar o planejamento, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino, tendo como finalidade assegurar o direito à alfabetização e ao letramento de todos os estudantes.

As metas expressam os resultados educacionais e institucionais que o município pretende alcançar, enquanto os indicadores constituem instrumentos de acompanhamento que permitem verificar os avanços, identificar dificuldades, analisar desigualdades e subsidiar decisões para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e da gestão educacional.

O monitoramento da política não deverá limitar-se à verificação de resultados em avaliações externas, mas contemplar também a qualidade das práticas pedagógicas, a formação dos profissionais, as condições de oferta educacional, a equidade e a efetividade das estratégias de intervenção.

Os indicadores deverão ser analisados considerando as especificidades das etapas e dos anos escolares, os contextos socioculturais, as condições de aprendizagem e as necessidades dos estudantes, evitando interpretações exclusivamente quantitativas ou práticas de responsabilização individual de professores, gestores e estudantes.

12.1 DIRETRIZES PARA A DEFINIÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DAS METAS

A definição, a implementação e o acompanhamento das metas da Política Municipal de Alfabetização deverão observar as seguintes diretrizes:

I – Priorizar a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em consonância com a legislação educacional vigente.

II – Assegurar o acompanhamento contínuo da progressão das aprendizagens, desde a Educação Infantil, respeitando as especificidades de cada etapa.

III – Garantir a utilização de instrumentos de avaliação diagnóstica e formativa para orientar o planejamento e as intervenções pedagógicas.

IV – Promover a recuperação e a recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentem dificuldades na leitura, na escrita e nos conhecimentos matemáticos essenciais.

V – Fortalecer a formação continuada dos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais profissionais envolvidos na implementação da política.

VI – Assegurar a articulação entre as atividades curriculares e as oficinas da Educação Integral em Tempo Integral, respeitando as atribuições dos profissionais envolvidos.

VII – Promover a equidade educacional, identificando e enfrentando desigualdades de aprendizagem entre escolas, turmas e grupos de estudantes.

VIII – Garantir práticas pedagógicas inclusivas, acessíveis e comprometidas com a valorização das diversidades culturais, sociais e étnico-raciais.

IX – Fortalecer a participação das famílias e da comunidade escolar no acompanhamento das aprendizagens.

X – Estabelecer mecanismos de governança, transparência, monitoramento e avaliação que assegurem a continuidade e o aperfeiçoamento da política.

12.2 METAS E INDICADORES DE APRENDIZAGEM

As metas de aprendizagem constituem o eixo central da Política Municipal de Alfabetização, orientando as ações pedagógicas e institucionais destinadas à garantia do direito à alfabetização e ao letramento. O acompanhamento deverá considerar os resultados das avaliações internas e externas, os registros pedagógicos das unidades escolares e as evidências de progressão das aprendizagens.

META 1 – ALFABETIZAÇÃO ATÉ O FINAL DO 2º ANO
Assegurar, progressivamente, que 100% das crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, adotando os critérios e parâmetros de aferição estabelecidos pelos instrumentos oficiais de avaliação e pelas orientações curriculares vigentes.
INDICADORES:
▪ Percentual de estudantes do 2º ano classificados como alfabetizados, conforme o instrumento oficial adotado.
▪ Evolução anual do percentual de estudantes alfabetizados.
▪ Percentual de estudantes do 2º ano que ainda necessitam de intervenções específicas.
▪ Diferenças nos resultados de alfabetização entre unidades escolares e grupos de estudantes.

META 2 – PROGRESSÃO DAS APRENDIZAGENS NO 1º ANO
Garantir que todos os estudantes do 1º ano sejam acompanhados sistematicamente em seu processo de apropriação do SEA, assegurando intervenções pedagógicas adequadas às necessidades identificadas.
INDICADORES:

▪ Percentual de estudantes do 1º ano com registros diagnósticos e formativos atualizados.
▪ Percentual de estudantes que apresentam avanços nas habilidades de consciência fonológica, conhecimento das letras, relações entre fonemas e grafemas, leitura e escrita.
▪ Percentual de estudantes com necessidades identificadas que recebem intervenções pedagógicas planejadas.

META 3 – CONSOLIDAÇÃO DA LEITURA E DA PRODUÇÃO TEXTUAL
Ampliar progressivamente o percentual de estudantes do 2º ao 5º ano que demonstram habilidades de leitura, compreensão e produção textual compatíveis com os objetivos de aprendizagem previstos para cada ano escolar.
INDICADORES:
▪ Percentual de estudantes que alcançam os níveis de aprendizagem esperados em leitura e compreensão textual.
▪ Evolução dos resultados de fluência leitora, quando aferida por instrumento adequado.
▪ Percentual de estudantes que apresentam avanços na produção escrita, considerando critérios de avaliação definidos pela rede.
▪ Evolução dos resultados das avaliações internas e externas de Língua Portuguesa.

META 4 – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO MATEMÁTICO
Ampliar progressivamente o percentual de estudantes que desenvolvem as habilidades matemáticas essenciais previstas para cada ano escolar, com ênfase na compreensão do sistema de numeração decimal, no raciocínio lógico e na resolução de problemas.
INDICADORES:
▪ Percentual de estudantes que alcançam as habilidades matemáticas essenciais previstas para o ano escolar.
▪ Evolução dos resultados das avaliações de Matemática.
▪ Percentual de estudantes que apresentam avanços na resolução de problemas e na utilização de diferentes estratégias matemáticas.

META 5 – RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS
Assegurar que 100% dos estudantes identificados com aprendizagens essenciais não consolidadas tenham acesso a intervenções pedagógicas planejadas, acompanhadas e reavaliadas periodicamente.
INDICADORES:

▪ Número e percentual de estudantes identificados com necessidade de recomposição.
▪ Percentual de estudantes identificados que possuem plano ou registro de intervenção pedagógica.
▪ Percentual de estudantes atendidos pelas ações de recomposição.
▪ Percentual de estudantes que apresentam avanços após as intervenções.
▪ Percentual de estudantes que consolidam as habilidades priorizadas.

12.3 METAS E INDICADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As metas relacionadas às práticas pedagógicas deverão orientar a organização do trabalho docente e assegurar condições para o desenvolvimento de experiências sistemáticas, significativas e inclusivas de alfabetização e letramento.

META 6 – PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO
Assegurar que 100% das turmas envolvidas na política desenvolvam planejamento pedagógico articulado à BNCC, ao RCMA, aos objetivos de aprendizagem e aos resultados das avaliações diagnósticas e formativas.
INDICADORES:
▪ Percentual de turmas com planejamento pedagógico atualizado.
▪ Percentual de planejamentos acompanhados pela coordenação pedagógica.
▪ Percentual de turmas que registram intervenções fundamentadas nos resultados das avaliações.

META 7 – AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA E FORMATIVA
Garantir que 100% das turmas do Ensino Fundamental abrangidas pela política realizem acompanhamento diagnóstico e formativo das aprendizagens, conforme os instrumentos e a periodicidade estabelecidos pela rede.
INDICADORES:
▪ Percentual de turmas que realizam as avaliações previstas.

▪ Percentual de estudantes avaliados em cada período.
▪ Percentual de turmas que realizam análise pedagógica dos resultados.
▪ Percentual de estudantes com necessidades identificadas que recebem intervenções decorrentes da avaliação.

Na Educação Infantil, o acompanhamento deverá ocorrer por meio da observação e da documentação pedagógica, sem utilização de instrumentos classificatórios ou exigência de alfabetização convencional.

META 8 – AMBIENTES ALFABETIZADORES E MATERIAIS PEDAGÓGICOS
Assegurar que todas as unidades escolares abrangidas pela política disponham de ambientes e recursos pedagógicos adequados ao desenvolvimento das práticas de alfabetização e letramento.
INDICADORES:
▪ Percentual de unidades escolares com acervo literário acessível aos estudantes.
▪ Percentual de turmas com materiais pedagógicos adequados às atividades planejadas.
▪ Percentual de unidades escolares que desenvolvem ações sistemáticas de incentivo à leitura.
▪ Percentual de unidades escolares com recursos de acessibilidade necessários às atividades propostas.

META 9 – ARTICULAÇÃO COM A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL
Promover, nas unidades que ofertam Educação Integral em Tempo Integral, a articulação entre as práticas curriculares de alfabetização e letramento e as experiências desenvolvidas nas oficinas pedagógicas.
INDICADORES:
• Percentual de unidades de tempo integral que registram ações de planejamento integrado entre professores, coordenação pedagógica e oficineiros.
• Número de projetos ou atividades interdisciplinares que envolvem práticas significativas de leitura, escrita ou letramento matemático.
• Percentual de oficineiros que participam de orientações ou formações pertinentes às suas atribuições.
• Registros qualitativos das contribuições das oficinas para o desenvolvimento dos estudantes.

12.4 METAS E INDICADORES DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada constitui condição fundamental para a melhoria das práticas de alfabetização e letramento, devendo estar articulada às necessidades identificadas nas unidades escolares e aos resultados do acompanhamento pedagógico.

META 10 – FORMAÇÃO DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES
Assegurar a participação de 100% dos professores que atuam no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental nas ações de formação continuada previstas no planejamento anual da rede, observadas as condições institucionais necessárias à participação.
INDICADORES:
• Percentual de professores alfabetizadores participantes das formações.
• Carga horária de formação ofertada e realizada.
• Percentual de professores que concluem os percursos formativos previstos.
• Avaliação dos participantes quanto à pertinência dos conteúdos e à aplicabilidade das propostas.

META 11 – FORMAÇÃO DAS EQUIPES GESTORAS E PEDAGÓGICAS
Assegurar a participação dos gestores escolares e coordenadores pedagógicos nas ações formativas relacionadas à alfabetização, à avaliação, ao acompanhamento pedagógico e à recomposição das aprendizagens.
INDICADORES:
• Percentual de gestores e coordenadores participantes das formações.
• Número de encontros formativos realizados.
• Percentual de unidades escolares que desenvolvem formação em serviço.
• Registros de aplicação dos conhecimentos construídos no planejamento e no acompanhamento pedagógico.

META 12 – FORMAÇÃO PARA INCLUSÃO, EQUIDADE E PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES

Promover ações formativas que contemplem educação inclusiva, relações étnico-raciais, diversidade cultural, letramento matemático e articulação das aprendizagens na Educação Integral em Tempo Integral.
INDICADORES:
• Número de ações formativas desenvolvidas por temática.
• Percentual de profissionais participantes.
• Número de práticas ou projetos pedagógicos desenvolvidos a partir das formações.
• Registros qualitativos das mudanças e dos aperfeiçoamentos identificados nas práticas escolares.

12.5 METAS E INDICADORES DE EQUIDADE EDUCACIONAL

A equidade constitui princípio estruturante da Política Municipal de Alfabetização, exigindo a identificação e o enfrentamento das desigualdades que interferem nas oportunidades de aprendizagem.

META 13 – REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE ALFABETIZAÇÃO
Reduzir progressivamente as diferenças nos resultados de alfabetização entre as unidades escolares e os grupos de estudantes, assegurando apoio pedagógico prioritário àqueles que apresentem maiores necessidades.
INDICADORES:
• Diferença, em pontos percentuais, entre os resultados de alfabetização das unidades escolares.
• Evolução dos resultados dos grupos de estudantes acompanhados, observada a disponibilidade e a proteção dos dados.
• Percentual de unidades escolares com maiores necessidades que recebem acompanhamento técnico-pedagógico prioritário.
• Evolução da proporção de estudantes que necessitam de recomposição das aprendizagens.

META 14 – INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE
Assegurar que 100% dos estudantes que necessitem de recursos de acessibilidade e apoios educacionais específicos tenham suas necessidades identificadas e contempladas no planejamento pedagógico, observadas as atribuições dos

profissionais e serviços responsáveis.
INDICADORES:
• Percentual de estudantes com necessidades de apoio identificadas e registradas.
• Percentual de estudantes que recebem os recursos e apoios educacionais indicados.
• Percentual de unidades escolares que desenvolvem ações de formação ou orientação sobre práticas inclusivas.
• Registros de participação e progressão das aprendizagens dos estudantes atendidos.

META 15 – PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS
Fortalecer a participação das famílias no acompanhamento da vida escolar e no incentivo às práticas de leitura e escrita, respeitando suas diferentes condições e possibilidades.
INDICADORES:
• Número de ações de aproximação entre escola e família.
• Percentual de unidades escolares que desenvolvem ações de incentivo à leitura com participação familiar.
• Registros de participação das famílias nas atividades propostas.
• Avaliação qualitativa das estratégias de comunicação e acolhimento adotadas pelas escolas.

12.6 METAS E INDICADORES DE GOVERNANÇA E GESTÃO

A governança da Política Municipal de Alfabetização deverá assegurar a coordenação institucional, a articulação entre os diferentes profissionais e instâncias, o acompanhamento das metas e a utilização das informações educacionais para o aperfeiçoamento das ações.

META 16 – ESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA
Instituir ou formalizar, conforme as competências administrativas e as normas municipais, os mecanismos de coordenação e acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização, incluindo a definição das atribuições dos setores responsáveis e,

caso aprovada, a instituição do Comitê Municipal de Acompanhamento.
INDICADORES:
• Existência de ato formal de organização da governança.
• Existência de plano municipal de implementação da política.
• Número de reuniões de acompanhamento realizadas.
• Percentual de encaminhamentos institucionais executados nos prazos estabelecidos.

META 17 – MONITORAMENTO SISTEMÁTICO
Assegurar o acompanhamento periódico das metas e dos indicadores da política, com sistematização dos resultados e elaboração de encaminhamentos pedagógicos e institucionais.
INDICADORES:
• Número de relatórios de monitoramento produzidos.
• Percentual de indicadores com informações atualizadas.
• Percentual de unidades escolares contempladas pelo acompanhamento técnico-pedagógico.
• Percentual de ações previstas no plano de implementação efetivamente realizadas.

META 18 – AVALIAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA
Realizar avaliação anual da implementação da Política Municipal de Alfabetização, utilizando seus resultados para subsidiar o planejamento do período seguinte.
INDICADORES:
• Existência de relatório anual de avaliação.
• Percentual de metas com resultados analisados.
• Número de recomendações de aperfeiçoamento produzidas.
• Percentual de recomendações incorporadas ao planejamento subsequente.

12.7 DEFINIÇÃO DA LINHA DE BASE E DOS PARÂMETROS DE ACOMPANHAMENTO

A implementação das metas e dos indicadores deverá ser precedida da definição de uma linha de base, compreendida como o conjunto de informações que expressa a situação inicial da Rede Municipal de Ensino de Acajutiba em relação às aprendizagens e às condições de implementação da política.

A linha de base deverá ser construída a partir dos resultados mais recentes das avaliações oficiais de alfabetização, das avaliações internas, dos registros pedagógicos e das informações administrativas disponíveis.

A SEDUC, deverá coordenar esse levantamento, em articulação com as unidades escolares. A definição da linha de base permitirá estabelecer metas intermediárias realistas e progressivas, especialmente para os indicadores relacionados aos resultados de aprendizagem e à redução das desigualdades educacionais.

As metas de universalização expressam compromissos de garantia de direitos e deverão orientar o planejamento da rede. Entretanto, sua implementação exigirá a definição de estratégias, recursos, prazos e etapas de acompanhamento compatíveis com o diagnóstico municipal. Os percentuais e os parâmetros operacionais poderão ser detalhados e revisados nos planos de implementação, sem prejuízo dos objetivos permanentes estabelecidos nesta política.

12.8 SISTEMÁTICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento das metas e dos indicadores deverá ocorrer de maneira contínua, articulando os registros produzidos pelas unidades escolares, as avaliações de aprendizagem e os instrumentos de acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação.

A sistemática de monitoramento deverá contemplar três níveis complementares:

I – Monitoramento escolar: realizado pelas equipes gestoras, professores e oficineiros com foco no acompanhamento das aprendizagens, na identificação das necessidades dos estudantes e na implementação das intervenções pedagógicas.

II – Monitoramento da rede: coordenado pela SEDUC, com foco na análise dos resultados das unidades escolares, na identificação das desigualdades e na definição de estratégias de apoio técnico-pedagógico.

III – Avaliação institucional da política: realizada pela SEDUC, com participação das instâncias de governança e acompanhamento, destinada à análise dos resultados gerais, das condições de implementação e das necessidades de aperfeiçoamento.

Os resultados deverão ser utilizados para orientar o planejamento, a formação continuada, a distribuição de recursos, as ações de recomposição e as decisões institucionais relacionadas à melhoria das aprendizagens.

A divulgação das informações deverá observar os princípios da transparência e da proteção de dados pessoais, preservando a identidade dos estudantes e evitando a utilização dos resultados para práticas de exposição ou responsabilização individual. A avaliação da política deverá considerar tanto os indicadores quantitativos quanto as evidências qualitativas produzidas pelas escolas, reconhecendo que a qualidade da alfabetização e do letramento envolve processos complexos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento.

13 PLANO ANUAL DE AÇÃO E FINANCIAMENTO

A implementação da Política Municipal de Alfabetização será operacionalizada por meio de um Plano Anual de Ação e Financiamento, elaborado e acompanhado pela SEDUC, em articulação com as equipes gestoras, os professores e os demais profissionais envolvidos.

O Plano Anual de Ação constitui um instrumento de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, destinado a organizar as estratégias necessárias ao alcance das metas e dos indicadores estabelecidos nesta política, considerando as necessidades de aprendizagem dos estudantes, as prioridades da rede e a disponibilidade de recursos.

O plano deverá ser elaborado anualmente, preferencialmente antes do início do ano letivo, e atualizado quando necessário, de acordo com os resultados das avaliações, as necessidades identificadas e as condições orçamentárias.

13.1 QUADRO-SÍNTESE DO PLANO ANUAL DE AÇÃO

Quadro 11 – Plano Anual de Ação da Política Municipal de Alfabetização.

EIXO ESTRATÉGICO	AÇÕES PRIORITÁRIAS	RESPONSÁVEIS	PERÍODO PREVISTO	INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO
1. Diagnóstico das aprendizagens	Realizar avaliação diagnóstica inicial; identificar habilidades consolidadas e necessidades de aprendizagem; estabelecer a linha de base.	SEDUC, coordenadores e professores.	Fevereiro–março	Percentual de estudantes avaliados; diagnóstico consolidado por escola e ano.
2. Planejamento pedagógico	Elaborar planos de ensino articulados à BNCC e ao RCMA; organizar rotinas de alfabetização e estratégias diferenciadas.	Coordenadores pedagógicos e professores.	Fevereiro e acompanhamento contínuo	Percentual de turmas com planejamento atualizado e acompanhado.
3. Alfabetização no 1º e 2º anos	Desenvolver práticas sistemáticas de apropriação do SEA, leitura, escrita e compreensão textual.	Professores alfabetizadores e coordenação pedagógica.	Durante o ano letivo	Progressão das habilidades; percentual de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano.
4. Recomposição das aprendizagens	Identificar estudantes com dificuldades; elaborar intervenções; organizar agrupamentos flexíveis e acompanhar os avanços.	Professores, coordenadores e supervisores.	Março–dezembro	Percentual de estudantes atendidos; percentual com avanços nas habilidades priorizadas.
5. Letramento matemático	Desenvolver atividades de resolução de problemas, raciocínio lógico, sistema de numeração e operações.	Professores, coordenação pedagógica e supervisores.	Durante o ano letivo	Evolução das habilidades matemáticas e dos resultados avaliativos.
6. Formação continuada	Realizar encontros formativos sobre	Secretaria de Educação.	Conforme calendário formativo	Número de formações; carga horária; percentual de profissionais

	alfabetização, letramento, avaliação, inclusão, Matemática e recomposição.		anual	participantes.
7. Educação Infantil e transição	Fortalecer experiências com oralidade, literatura e cultura escrita; promover articulação entre pré-escola e 1º ano.	Equipes técnicas, gestores, coordenadores e professores.	Durante o ano letivo; articulação intensificada no último trimestre	Registros de experiências; número de encontros de transição realizados.
8. Educação Integral em Tempo Integral	Articular as oficinas às práticas de leitura, escrita, oralidade e matemática, respeitando as especificidades de cada atividade.	Gestores, coordenadores, professores e oficineiros.	Durante o ano letivo	Número de ações integradas; registros de planejamento e participação.
9. Inclusão e equidade	Identificar barreiras à aprendizagem; assegurar recursos de acessibilidade; priorizar apoio às escolas e aos estudantes com maiores necessidades.	Secretaria, equipes escolares e profissionais de apoio.	Contínuo	Percentual de estudantes com apoios identificados e disponibilizados; evolução das desigualdades.
10. Materiais e ambientes alfabetizadores	Levantar necessidades; adquirir ou disponibilizar livros, jogos, materiais pedagógicos e recursos acessíveis.	Secretaria de Educação, setor administrativo e equipes gestoras.	1º semestre e reposição conforme necessidade	Percentual de escolas atendidas; materiais disponibilizados.
11. Participação das famílias	Desenvolver encontros e ações de incentivo à leitura; compartilhar orientações sobre o acompanhamento das aprendizagens.	Gestores, coordenadores e professores.	Durante o ano letivo	Número de ações realizadas; registros de participação familiar.
12. Governança e monitoramento	Acompanhar metas e indicadores;	Secretaria, Diretoria de Planejamento	Trimestral e anual	Relatórios produzidos; percentual de ações executadas;

	realizar reuniões de análise; elaborar relatórios e replanejar as ações.	Pedagógico e instâncias de governança.		recomendações implementadas.

Fonte: Elaboração própria, com base nas diretrizes, metas e responsabilidades da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba.

Observação: os períodos apresentados são referências para o planejamento anual e deverão ser ajustados ao calendário escolar e administrativo do município.

13.2 FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

O financiamento da Política Municipal de Alfabetização deverá ser assegurado mediante planejamento orçamentário e financeiro, observadas as disposições constitucionais e legais relativas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

As ações previstas deverão ser compatibilizadas com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e os instrumentos de planejamento educacional do município.

Poderão ser utilizados recursos próprios vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), transferências e programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), bem como recursos provenientes de programas estaduais e federais, observadas as finalidades, condições de elegibilidade e regras específicas de cada fonte.

A previsão de determinada fonte não implica disponibilidade automática de recursos nem autoriza sua utilização fora das despesas legalmente permitidas.

Quadro 12 – Previsão de financiamento por eixo de ação

EIXO DE INVESTIMENTO	DESPESAS OU NECESSIDADES PREVISTAS	FONTES POSSÍVEIS DE FINANCIAMENTO
Formação continuada	Materiais formativos, serviços e despesas necessárias à realização das formações.	Recursos municipais, Fundeb quando legalmente admissível, programas e assistência técnica

		estadual ou federal.
Materiais pedagógicos e literatura	Livros, jogos, materiais de alfabetização, recursos didáticos e acervos literários.	Recursos municipais, Fundeb conforme elegibilidade, PDDE e programas específicos.
Avaliação e monitoramento	Instrumentos avaliativos, materiais de aplicação, sistematização de dados e acompanhamento pedagógico.	Recursos municipais, Fundeb conforme a natureza da despesa e apoio de programas oficiais.
Recomposição das aprendizagens	Materiais específicos, recursos pedagógicos e organização de atendimento complementar.	Recursos municipais, Fundeb e programas de apoio à alfabetização, conforme regras vigentes.
Educação Integral em Tempo Integral	Materiais para oficinas, recursos educativos e atividades integradoras.	Recursos municipais e programas de educação integral, observadas as condições de financiamento.
Inclusão e acessibilidade	Materiais acessíveis, tecnologia assistiva e recursos pedagógicos adaptados.	Recursos municipais, Fundeb quando cabível, PDDE Equidade e outros programas específicos.
Ambientes alfabetizadores	Organização de espaços de leitura, mobiliário e recursos pedagógicos.	Recursos municipais, Fundeb conforme elegibilidade, PDDE e ações específicas do FNDE.
Governança e acompanhamento	Materiais de gestão, instrumentos de monitoramento e atividades de acompanhamento institucional.	Recursos municipais e fontes legalmente compatíveis.

Fonte: Elaboração própria. A utilização das fontes indicadas dependerá de disponibilidade orçamentária, enquadramento da despesa e observância das normas de cada programa.

14 DISPOSIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO

A implementação da Política Municipal de Alfabetização ocorrerá de forma gradual, articulada e contínua, sob a coordenação da SEDUC, em colaboração com as unidades escolares e demais instâncias envolvidas.

A execução da política será orientada pelo Plano Anual de Ação e Financiamento, considerando as metas e os indicadores estabelecidos, as necessidades educacionais da rede e a disponibilidade de recursos, em consonância com a legislação vigente.

O acompanhamento e a avaliação ocorrerão sistematicamente, com base nos resultados das aprendizagens, nos registros pedagógicos e nos indicadores de implementação, subsidiando o planejamento e o aperfeiçoamento das ações.

A política será submetida à avaliação anual e à revisão periódica, preferencialmente a cada quatro anos, ou antecipadamente, quando houver alterações

significativas na legislação educacional, nas diretrizes curriculares ou nas necessidades da Rede Municipal de Ensino.

O processo de revisão deverá assegurar a participação dos profissionais da educação, das equipes gestoras, das instâncias de governança e do Conselho Municipal de Educação, respeitadas suas competências institucionais.

15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba representa o compromisso da Rede Municipal de Ensino com a garantia do direito à alfabetização e ao letramento, reconhecendo-os como condições fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes, a continuidade das aprendizagens e o exercício pleno da cidadania. Sua construção expressa a necessidade de consolidar uma política pública educacional permanente, fundamentada em princípios de equidade, inclusão, qualidade social da educação e respeito às diferentes realidades e necessidades de aprendizagem.

O diagnóstico educacional apresentado neste documento evidencia avanços nos indicadores de alfabetização do município, mas também revela desafios que exigem atenção contínua, especialmente quanto à garantia da alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e à consolidação das aprendizagens nos anos subsequentes. Nesse sentido, os resultados das avaliações internas e externas devem constituir instrumentos de reflexão, planejamento e intervenção pedagógica, orientando decisões que contribuam efetivamente para a melhoria da aprendizagem dos estudantes.

A efetivação desta política pressupõe a compreensão de que alfabetizar e letrar são processos indissociáveis, que exigem práticas pedagógicas intencionais, sistemáticas e contextualizadas, articulando a apropriação do SEA às práticas sociais de leitura e escrita. Da mesma forma, reconhece a importância da alfabetização e do letramento matemático, da continuidade entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e da recomposição das aprendizagens, respeitando as especificidades de cada etapa da escolarização.

Para transformar os princípios e objetivos estabelecidos em resultados concretos, torna-se indispensável fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação, o planejamento coletivo, o acompanhamento pedagógico, a avaliação formativa e a disponibilização de condições adequadas de ensino. A articulação entre as atividades curriculares e as experiências da Educação Integral em Tempo Integral deverá contribuir para ampliar as oportunidades educativas, valorizando diferentes linguagens, conhecimentos e práticas socioculturais.

A implementação da *Alfabetiza Acajutiba* requer o compromisso articulado da SEDUC, das equipes gestoras, dos coordenadores pedagógicos, supervisores, professores, oficineiros e famílias, respeitando as atribuições de cada segmento. Nesse processo, o Núcleo Municipal de Alfabetização assume papel estratégico no acompanhamento técnico-pedagógico, na análise dos indicadores educacionais e no apoio às unidades escolares, contribuindo para a continuidade e o aperfeiçoamento das ações.

As metas, os indicadores e o Plano Anual de Ação e Financiamento constituem instrumentos essenciais para assegurar que a política seja efetivamente implementada, monitorada e avaliada. Sua execução deverá considerar as necessidades identificadas no diagnóstico municipal, a disponibilidade de recursos e a responsabilidade institucional pela promoção de condições equitativas de aprendizagem.

Por fim, a Política Municipal de Alfabetização reafirma que alfabetizar todas as crianças é um compromisso coletivo e uma responsabilidade prioritária do poder público. Sua consolidação dependerá da continuidade das ações, da valorização dos profissionais da educação, da utilização pedagógica das evidências de aprendizagem e da capacidade de transformar os desafios identificados em estratégias efetivas de intervenção.

Espera-se, assim, que esta política se constitua como referência permanente para o planejamento e a organização das práticas educacionais da Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, contribuindo para que todas as crianças tenham assegurado o direito de aprender a ler, escrever, compreender, interpretar e utilizar os conhecimentos construídos na escola para participar, com autonomia e consciência crítica, da sociedade.

143

REFERÊNCIAS

ACAJUTIBA. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. **Referencial Curricular Municipal de Acajutiba – RCMA**. Acajutiba, BA: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, 2020.

BAHIA. Secretaria da Educação. **Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE)**. Salvador: SEC, [s. d.].

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília, DF: Inep, [s. d.].

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicador Criança Alfabetizada**. Brasília, DF: Inep, [s. d.].

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**. Brasília, DF: Inep, [s. d.].

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 18 dez. 2009.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 13 jun. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11556.htm. Acesso em: 16 out. 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI). **Diário Oficial da União** Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e

Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 15 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025. Dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Compromisso). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 3 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento**. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

DANYLUK, Ocsana Sônia. **Alfabetização matemática**: as primeiras manifestações da escrita infantil. 5. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2015.

DIAMOND, Adele. Executive functions. **Annual Review of Psychology**, v. 64, p. 135-168, 2013. DOI: https://doi.org/10.1146/annurev-psych-113011-143750.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2014.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LAPLANE, Adriana Lia Friszman de; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; CAVALCANTE, Ticia Cassiany Ferro; SILVA, Maria Simone da. **Práticas inclusivas em alfabetização e letramento**. Organização: Francisca Geny Lustosa, Francisca Sueli Farias Nunes e Maria Simone da Silva. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 10).

MORAIS, Artur Gomes de. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

NACARATO, Adair Mendes; MENGALI, Brenda Leme da Silva; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglion. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental**: tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NÓVOA, António. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

SÃO VALENTIM (RS). Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. **Política Municipal de Alfabetização e Letramento**. São Valentim, 2025. Documento de referência estrutural.

SARGIANI, Renan. **Alfabetização baseada em evidências**: da ciência à sala de aula. Porto Alegre: Penso, 2022.

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.



PARECER CME 03/2026 - CME

CME Conselho Municipal de Educação de Acajutiba - BA

PARECER CME Nº 03/2026	
INTERESSADO:	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
ASSUNTO:	Apreciação e análise da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba.
CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS:	Deivson Nascimento da Silva Santos
	Lucas Bispo de Souza
	Michele Santos Barbosa
	Moisés dos Santos Correia
RELATORIA:	Conselheiro Moisés dos Santos Correia
Aprovado pela plenária em: 27 de outubro de 2026	

I - INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Acajutiba encaminhou a este Conselho Municipal de Educação, por meio do Ofício nº 350/2026, de 23 de outubro de 2026, dirigido à Presidente Maria Valdice Oliveira de Carvalho Menezes, a Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba, para análise e aprovação.

A proposta estabelece princípios, objetivos, orientações pedagógicas, responsabilidades, mecanismos de governança, metas e instrumentos de acompanhamento destinados à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, com continuidade, consolidação e recomposição das aprendizagens nos anos subsequentes. Abrange, ainda, as experiências com as linguagens na Educação Infantil, sem antecipar as exigências formais de alfabetização próprias do Ensino Fundamental.

A matéria foi apreciada em reunião extraordinária realizada em 27 de outubro de 2026, na Casa dos Conselhos, ocasião em que o documento foi analisado na íntegra e recebeu considerações para ajustes e aperfeiçoamento de seu conteúdo. A proposta, acompanhada das sugestões apresentadas, foi encaminhada à Câmara de Legislação e Normas para elaboração deste parecer.

II - BASE NORMATIVA

A análise fundamenta-se nos seguintes marcos legais e curriculares, considerados em suas relações com o objeto deste parecer:

Certificação Digital: ZSE6PUAZ-ZJC2FOJG-UPPOVMJZ-DG7HCWFL
Versão eletrônica disponível em: http://acajutiba.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

a) Constituição Federal de 1988, especialmente os arts. 205, 206, 208 e 211, quanto ao direito à educação, à igualdade de condições, à qualidade do ensino e à atuação dos entes federativos em regime de colaboração;

b) Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente o art. 11, relativo às incumbências municipais na organização do ensino, e as disposições referentes à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental, à avaliação e à recuperação das aprendizagens;

c) Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere à proteção integral e à garantia do direito à educação;

d) Resolução CNE/CEB nº 7/2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos, orientando a organização curricular, a continuidade das aprendizagens nos anos iniciais, a alfabetização e o letramento, bem como a avaliação e as intervenções pedagógicas necessárias à superação das dificuldades de aprendizagem;

e) Resolução CNE/CEB nº 5/2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, particularmente quanto às interações e brincadeiras, à avaliação por acompanhamento e registro e à continuidade na transição para o Ensino Fundamental, sem antecipação de seus conteúdos;

f) Base Nacional Comum Curricular, instituída para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental pela Resolução CNE/CP nº 2/2017, que define as aprendizagens essenciais a serem asseguradas aos estudantes;

g) Resolução CME nº 02/2021, que aprova, institui e orienta a implementação do Referencial Curricular de Acajutiba – RCMA para a Educação Infantil e Ensino Fundamental para as escolas integrantes do Sistema Municipal de Ensino;

h) Lei nº 15.247/2025 e Decreto nº 11.556/2023, relativos ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que orientam a cooperação federativa, a alfabetização ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, a recomposição das aprendizagens, a formação profissional e o acompanhamento dos resultados;

Certificação Digital: ZSE6PUAZ-ZJC2FOJG-UPPOVMJZ-DG7HCWFL
Versão eletrônica disponível em: http://acajutiba.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

i) Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, pertinente ao tratamento dos registros de aprendizagem e à divulgação de resultados, com proteção da identidade dos estudantes.

III - ANÁLISE TÉCNICA

A análise da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba permite reconhecer sua pertinência diante das dificuldades de aprendizagem identificadas na rede municipal. Conforme os dados apresentados no documento, embora o Indicador Criança Alfabetizada tenha avançado de 36%, em 2024, para 49%, em 2025, mais da metade das crianças consideradas na avaliação ainda não havia alcançado o padrão esperado. Esse resultado justifica a adoção de uma política que organize a atuação da rede e assegure continuidade às intervenções, pois o crescimento do indicador, isoladamente, não representa a superação das dificuldades de alfabetização.

A proposta apresenta como mérito a articulação entre ensino, formação docente, avaliação e acompanhamento pedagógico. Essa organização pode contribuir para que as dificuldades identificadas nas escolas recebam respostas coordenadas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Sua efetividade, contudo, dependerá da capacidade de transformar as orientações em decisões sobre o trabalho pedagógico: quais aprendizagens precisam ser retomadas, quais estudantes necessitam de apoio, quem realizará as intervenções e como serão verificados os avanços.

Esta Câmara considera adequada a articulação entre a aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética – SEA e o uso da leitura e da escrita em situações de comunicação. Essa opção oferece uma referência para enfrentar tanto práticas restritas à cópia e à memorização quanto atividades que, embora proporcionem contato com textos, não assegurem o ensino sistemático necessário à alfabetização. Para que essa orientação alcance a sala de aula, a formação e o acompanhamento pedagógico deverão apoiar os professores na escolha de intervenções relacionadas às dificuldades efetivamente observadas.

Na Educação Infantil, a pertinência da proposta depende da preservação das finalidades próprias dessa etapa. As experiências com a oralidade, a literatura e a cultura escrita devem ampliar as possibilidades de expressão e participação das crianças, sem transformar o domínio da escrita convencional em exigência de aprendizagem. Nesse sentido, a explicitação da ludicidade nos princípios, sugerida durante a apreciação,

Certificação Digital: ZSE6PUAZ-ZJC2FOJG-UPPOVMJZ-DG7HCWFL
Versão eletrônica disponível em: http://acajutiba.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

contribui para orientar a interpretação dos marcos de aprendizagem e evitar sua utilização como uma lista de desempenhos obrigatórios.

A previsão de encontros entre professores da pré-escola e do 1º ano, com momentos definidos no calendário, responde à necessidade de organizar a transição entre as etapas. Entretanto, a realização dos encontros, por si só, não assegura continuidade pedagógica. É necessário que o compartilhamento dos registros resulte em decisões sobre acolhimento, planejamento e acompanhamento das crianças, evitando tanto a desconsideração das experiências anteriores quanto a antecipação de práticas próprias do Ensino Fundamental.

A previsão de recomposição das aprendizagens é necessária diante do diagnóstico apresentado, mas exige maior precisão na organização do atendimento. A indicação de acompanhamento individualizado ou em pequenos grupos precisa ser acompanhada, nos planos de implementação, da definição dos responsáveis, dos tempos destinados às intervenções e dos procedimentos de registro e reavaliação.

O caráter orientador da política permite que as unidades escolares adequem as estratégias às suas realidades, mas essa autonomia não deve resultar em indefinição de responsabilidades ou em diferenças injustificadas nas condições de atendimento. Cabe à SEDUC estabelecer orientações comuns e assegurar apoio às escolas; às equipes gestoras e pedagógicas, organizar e acompanhar as ações; e aos professores, planejar as intervenções e registrar a progressão das aprendizagens.

Também merece atenção a relação entre recomposição e acesso ao currículo. O estudante que apresenta dificuldades de alfabetização deve receber apoio específico sem permanecer restrito, de forma prolongada, a atividades elementares ou repetitivas. A intervenção precisa favorecer sua participação nas aprendizagens do ano em que está matriculado, evitando que o atendimento destinado a superar defasagens produza novas limitações à sua trajetória escolar.

O diagnóstico sustenta a necessidade da política, mas ainda requer complementação para orientar a distribuição do apoio pedagógico. Os resultados agregados do município não permitem identificar, por si mesmos, quais escolas, turmas e grupos de estudantes enfrentam maiores dificuldades. A criação de uma linha de base deverá conferir as fontes e os anos de referência dos indicadores, incorporar os resultados disponíveis do SABE e relacioná-los aos registros produzidos pelas unidades escolares.

Certificação Digital: ZSE6PUAZ-ZJC2FOJG-UPPOVMJZ-DG7HCWFL
Versão eletrônica disponível em: http://acajutiba.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

A avaliação terá utilidade pedagógica se houver uma relação verificável entre o que foi identificado e as providências adotadas. Assim, o acompanhamento não deve se limitar à aplicação de instrumentos e à produção de relatórios: precisa permitir verificar se os estudantes receberam as intervenções previstas, se avançaram e quais mudanças serão necessárias quando as estratégias não produzirem os resultados esperados.

Da mesma forma, a análise das diferenças de desempenho deverá considerar as condições de oferta, a frequência escolar, a disponibilidade de materiais e os apoios recebidos. Essa leitura é necessária para orientar a atuação da gestão e evitar que os resultados sejam atribuídos exclusivamente aos estudantes ou aos professores.

A formação continuada prevista na política será pertinente na medida em que responder aos problemas encontrados no ensino. Sua avaliação não deve se restringir ao número de encontros ou à participação dos profissionais, mas considerar a contribuição das ações formativas para o planejamento, a análise das produções dos estudantes e a realização de intervenções mais adequadas.

As considerações apresentadas durante a apreciação indicam aspectos que merecem tratamento explícito. A valorização das diferenças linguísticas sociais e regionais deve orientar o trabalho com a oralidade e a escrita, para que formas de expressão dos estudantes não sejam tratadas como incapacidade de aprender. O ensino das convenções da escrita deve ampliar seu repertório, preservando o respeito às suas experiências linguísticas.

Quanto às diferentes formas de letras, o documento já contempla a apresentação progressiva das letras de imprensa e cursivas. O aperfeiçoamento necessário consiste em assegurar que essa orientação seja abordada na formação docente, evitando a adoção de uma única forma gráfica como critério de alfabetização e respeitando as condições de desenvolvimento e acessibilidade dos estudantes.

No campo da Matemática, a menção expressa à leitura, interpretação e construção de gráficos simples tornará mais precisa a orientação sobre probabilidade e estatística. Esse ajuste contribui para que o tratamento de informações seja efetivamente contemplado no planejamento, em articulação com situações de investigação e resolução de problemas.

A distribuição de atribuições e a previsão de um núcleo de acompanhamento constituem uma resposta à necessidade de continuidade da política. Entretanto, a existência dessas instâncias deverá corresponder a uma rotina de trabalho definida, com

Certificação Digital: ZSE6PUAZ-ZJC2FOJG-UPPOVMJZ-DG7HCWFL
Versão eletrônica disponível em: http://acajutiba.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

profissionais responsáveis, fluxo de informações, acompanhamento das escolas e devolutivas que auxiliem a tomada de decisões.

O Plano Anual de Ação e Financiamento será decisivo para demonstrar a viabilidade das medidas propostas. Deverá relacionar prioridades, metas intermediárias, prazos, responsáveis e estimativas de recursos, permitindo verificar quais ações serão executadas e em que condições.

IV - CONCLUSÃO

Diante da análise apresentada, a Câmara de Legislação e Normas manifesta-se **FAVORÁVEL** à aprovação da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Acajutiba e o submete à apreciação e deliberação da Plenária.

V - DELIBERAÇÃO DA PLENÁRIA

A plenária do Conselho Municipal de Educação de Acajutiba **APROVA** o presente Parecer, em 27 de outubro de 2026.

CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

Moisés dos Santos Correia
Conselheiro Relator

Deivson Nascimento da Silva Santos
Conselheiro

Lucas Bispo de Souza
Conselheiro

Michele Santos Barbosa
Conselheira

Acajutiba, 27 de outubro de 2026.

Maria Valdice Oliveira de Carvalho Menezes
Conselheira Presidente
Decreto nº 109/2024

Rua Severino Vieira, S/N – Centro, Acajutiba – BA. CEP: 48360-000
E-mail: cme.acajutiba2021@gmail.com